

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS – MESTRADO

**CULTURA POLÍTICA E DEMOCRACIA:
APOIO DIFUSO E ESPECÍFICO ENTRE UM SEGMENTO DA ELITE
NÃO ESTATAL DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ (PR)**

ÉDER RODRIGO GIMENES

Maringá

2011

ÉDER RODRIGO GIMENES

**CULTURA POLÍTICA E DEMOCRACIA:
APOIO DIFUSO E ESPECÍFICO ENTRE UM SEGMENTO DA ELITE
NÃO ESTATAL DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ (PR)**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual
de Maringá como requisito para obtenção do
título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Ednaldo Aparecido Ribeiro.

Maringá

2011

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá – PR., Brasil)

G491c Gimenes, Éder Rodrigo
Cultura política e democracia: apoio difuso e específico entre um segmento da elite não estatal do município de Maringá (PR) / Éder Rodrigo Gimenes. -- Maringá, 2011.
178 f. : il.

Orientador: Profº Drº Ednaldo Aparecido Ribeiro.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais.

1. Cultura política. 2. Democracia. 3. Elites. 4. Apoio difuso. 5. Apoio específico. I. Ribeiro, Ednaldo Aparecido, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. III. TÍTULO.

CDD 21. ed. 306.2

**“CULTURA POLÍTICA E DEMOCRACIA: APOIO DIFUSO E ESPECÍFICO
ENTRE UM SEGMENTO DA ELITE NÃO ESTATAL DO MUNICÍPIO DE
MARINGÁ (PR)”**

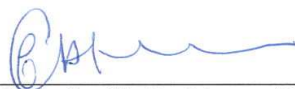
Dissertação de Mestrado apresentada a Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais, área de concentração: Sociedade e Políticas Públicas.

Aprovada em **06 de dezembro de 2011.**

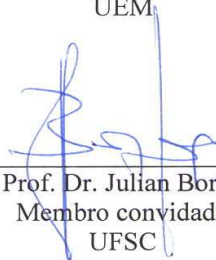
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Ednaldo Aparecido Ribeiro
Orientador
UEM



Profa. Dra. Carla Cecilia Rodrigues Almeida
Membro convidado
UEM



Prof. Dr. Julian Borba
Membro convidado
UFSC

DEDICATÓRIA

À memória de meu pai, Alfredo Gabriel Gimenes, parâmetro de hombridade e melhor homem que conheci, em quem busco me espelhar, e à presença de minha mãe, Aparecida Rico Gimenes, uma mulher de incrível garra e dedicação incondicional aos filhos a quem espero sempre orgulhar.

AGRADECIMENTOS

Por mais individual que seja a realização de uma dissertação, ainda mais quando da realização da análise de dados, é impossível tratar essa conquista como algo que seja apenas meu.

Dividir essa conquista com aqueles que contribuíram para que esse momento fosse possível é mais que um dever ou uma obrigação, para mim é um prazer e uma honra!

Agradeço a Deus, pela vida, saúde, oportunidade e perseverança a mim concedidos;

Ao meu pai, Alfredo, pelo amor, educação e exemplo;

À minha mãe, Aparecida, pelo amor, força, paciência e cuidado;

Aos meus irmãos de sangue, Paulo e Junior, e aos de coração, Valéria, Rafael Vieira, Vivian, Rafael Zanin e Paulinho, pela paciência, apoio, incentivo e demonstração de amor em sua forma mais pura em cada momento dessa atribulada caminhada;

Àquelas que sempre me trataram como filho, Silvia (Binha) e Maria (Tia Quita), a quem devo muito e considero como segundas mães;

À minha avó Josefa, que muito me incentiva a cada conquista;

À minha comadre Paty Silva (Zanin), Alessandra (Lelê) e Jucemara, sempre presentes, amigas e torcedoras do meu sucesso;

À Maria Beatriz, princesinha do tio, para quem espero fazer desse mundo um lugar um pouco melhor;

Aos Empanados Vôlei Clube, pela presença e prontidão nesse período;

À Marcia, Celenei, Amélia e Inez, companheiras de trabalho que se tornaram amigas e muito torceram pela conclusão deste trabalho;

À Carla Ayres, Solange e Elza, pela amizade surgida no Mestrado e pelo apoio mútuo que nos fortaleceu;

Aos demais colegas de Mestrado, pelas conversas, discussões e divagações que em muito colaboraram para o meu desenvolvimento acadêmico e pessoal;

A todos os amigos que contribuíram e torceram por mim;

Aos meus familiares, pela confiança em mim depositada;

Aos meus chefes durante esse período, Mauro, José Márcio e Nehemias, pela flexibilização de meu horário de trabalho, fundamental à realização das entrevistas e orientações;

Ao Prof. Ednaldo Aparecido Ribeiro, pela ajuda, apoio, incentivo, orientação e pela parceria nessa viagem de um contabilista pelo mundo das Ciências Sociais, com quem muito aprendi e com espero continuar aprendendo;

À Prof^a. Celene, pelas considerações na banca de qualificação;

À Prof^a. Carla, pelas contribuições nas bancas de qualificação e de defesa, além da parceria que se estendeu ao projeto e espero se replicar;

Ao Prof. Julian, pela disponibilidade em participar da banca de defesa e pelas observações decorrentes de tal participação;

Aos demais professores, que contribuíram, direta ou indiretamente, com a minha formação acadêmica;

Aos funcionários das secretarias do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e do Departamento de Ciências Sociais, Junior, Denise e Flora, pela presteza e paciência;

Aos gestores das entidades que concederam as entrevistas analisadas.

A todos que participaram, rezaram e acreditaram nesta conquista, meu
MUITO OBRIGADO!

“[...]”

Muda, que quando a gente muda o mundo muda com a gente!

A gente muda o mundo na mudança da mente!

E quando a mente muda, a gente anda pra frente!

E quando a gente muda ninguém manda na gente!

Na mudança de atitude não há mal que não se mude, nem doença sem cura

Na mudança de postura a gente fica mais seguro

Na mudança do presente a gente molda o futuro!”

“Até quando?”

Gabriel, o Pensador

RESUMO

O Brasil encontra-se atualmente no segundo período de transição democrática, após a experiência autoritária ocorrida no século passado. O novo regime tem dado sinais positivos de desenvolvimento, experimentando outras formas de participação para além do voto, como orçamentos participativos, audiências públicas, conselhos gestores e plebiscitos, por exemplo. Apesar disso, autores como Moisés (1995, 2005), Lima e Cheibub (1996) e Ribeiro (2008, 2011) identificaram em suas pesquisas diferentes níveis de adesão ao regime democrático no Brasil, com distinção entre o apoio à democracia em termos abstratos e avaliativos, conforme medidas definidas por Easton (1975). Em geral esses pesquisadores têm verificado que a incorporação de valores abstratos pró-democracia têm se disseminado entre a sociedade nacional, ao mesmo tempo em que as avaliações sobre o seu funcionamento concreto tem se mostrado negativas. Se a existência dessa incongruência entre a população em geral pode ser interpretada como fator de instabilidade política no médio e longo prazo, supomos que os seus efeitos sejam ainda mais relevantes quando se verifica entre o que podemos chamar de elites políticas. Nesse sentido, esta pesquisa tem por objetivo verificar a existência desse hiato entre o apoio difuso e o apoio específico à democracia entre indivíduos pertencentes a um segmento da elite não-estatal do município de Maringá (PR), com vistas à compreensão de seus valores acerca do referido regime e da identificação de concordância ou discrepância em relação a amostras nacionais, regionais e locais quanto a essa incongruência. Para tanto, foi aplicado em questionário tipo *survey* a uma amostra representativa dos dirigentes de fundações e associações privadas sem fins lucrativos e legalmente constituídas no município, que detém certificado de reconhecimento por parte do Governo Federal. Os resultados encontrados evidenciaram um forte apoio abstrato à democracia e medidas intermediárias de apoio específico, demonstrando que esse segmento de uma elite não-estatal possui uma cultura política que não difere da população brasileira de modo geral quanto ao *gap* entre os dois níveis de adesão.

Palavras-chave: Cultura política. Democracia. Elites. Apoio difuso. Apoio específico.

ABSTRACT

The Brazil is currently in the second period of democratic transition after the authoritarian experience occurred in the past century. The new regime has shown positive signs of development, experiencing other forms of participation other than voting, such as participatory budgets, public hearings, management councils and plebiscites, for example. Despite this, authors as Moisés (1995, 2005), Lima and Cheibub (1996) and Ribeiro (2008, 2011) identified in their research different levels of adherence to democratic regime in Brazil, with distinction between support for democracy in the abstract and evaluative measures, as defined by Easton (1975). In general, these researchers have found that the incorporation of abstract values pro-democracy have spread between the national society, while the evaluations on their performance concrete has been shown to be negative. If the existence of this incongruity between the general population can be interpreted as a factor of political instability in the medium and long term, we assume that the effects are even more relevant when there is between what we might call the political elites. In this sense, this research aims to verify the existence of this gap between diffuse support and specific support for democracy among individuals belonging to an non-state segment of elite of Maringá (PR), with a view to understanding their values about scheme and the identification of agreement or disagreement with respect to sample national, regional and local about this incongruity. To do so, survey type questionnaire was administered to a representative sample of heads of associations and private foundations nonprofit legally established in the municipality, which holds certificate of recognition by the Federal Government. The results found showed a strong abstract support to democracy and intermediate measures of specific support, demonstrating that this segment of the elite non-state has a political culture that does not differ from the Brazilian population in general about the gap between the two levels of membership.

Keywords: Political culture. Democracy. Elites. Diffuse support. Specific support.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Tipos de cultura política.....	25
Tabela 2. Congruência ou incongruência entre cultura política e estrutura.....	26
Tabela 3. Renda familiar.....	66
Tabela 4. Grupos de profissões.....	67
Tabela 5. Associações significativas com interesse por política.....	70
Tabela 6. Associações significativas com eficácia política subjetiva.....	71
Tabela 7. Associações significativas com identificação ideológica.....	72
Tabela 8. Associações significativas com declaração de preferência por partido político...	74
Tabela 9. Associações significativas com declaração de que nunca votaria em algum partido político.....	75
Tabela 10. Associações significativas com a opinião sobre a democracia.....	80
Tabela 11. Tipos de sistemas políticos (%).....	81
Tabela 12. Associações significativas com o sistema político relacionado à afirmação “Ter um líder forte que não precise se preocupar com deputados e senadores e com eleições”.....	82
Tabela 13. Associações significativas com o sistema político relacionado à afirmação “Ter técnicos especializados ao invés de políticos, que tomem as decisões que acham que são as melhores para o país”.....	83
Tabela 14. Associações significativas com o sistema político relacionado à afirmação “Ter um governo militar”.....	84
Tabela 15. Associações significativas com o sistema político relacionado à afirmação “Ter um sistema político democrático”.....	85
Tabela 16. Associações significativas com o índice de adesão ao sistema político democrático.....	86
Tabela 17. Associações significativas com a medida de importância de viver em um país governado de maneira democrática.....	87
Tabela 18. Características fundamentais da democracia.....	89
Tabela 19. Associações significativas com a afirmação “O povo escolhe seus líderes em eleições livres”.....	90
Tabela 20. Associações significativas com a afirmação “As mulheres têm os mesmos direitos que os homens”.....	92

Tabela 21. Associações significativas com a afirmação “Direitos do cidadão protegem a liberdade do povo contra a opressão”.....	93
Tabela 22. Associações significativas com a afirmação “O povo pode mudar as leis pelo voto”.....	94
Tabela 23. Associações significativas com a afirmação “Os criminosos são severamente punidos”.....	95
Tabela 24. Participação política.....	97
Tabela 25. Associações significativas com a afirmação de que “Só há democracia se houver participação pelo voto”.....	99
Tabela 26. Associações significativas com a afirmação de que “Só há democracia se houver participação direta em todas as decisões políticas”.....	100
Tabela 27. Associações significativas com a afirmação de que “Só há democracia se houver participação por plebiscitos”.....	101
Tabela 28. Associações significativas com a afirmação de que “Só há democracia se houver participação por orçamentos participativos”.....	102
Tabela 29. Associações significativas com a afirmação de que “Só há democracia se houver participação por conselhos gestores”.....	103
Tabela 30. Associações significativas com a medida que o Brasil está sendo governado de maneira democrática hoje.....	109
Tabela 31. Avaliação do sistema político.....	110
Tabela 32. Associações significativas com a avaliação do sistema político há dez anos atrás.....	111
Tabela 33. Associações significativas com a avaliação do sistema político atual.....	112
Tabela 34. Associações significativas com a expectativa em relação ao sistema político daqui a dez anos.....	113
Tabela 35. Confiança em instituições democráticas.....	116
Tabela 36. Associações significativas com confiança em sindicatos.....	117
Tabela 37. Associações significativas com confiança no Sistema Judiciário.....	118
Tabela 38. Associações significativas com confiança no Governo Federal.....	119
Tabela 39. Associações significativas com confiança no Governo Estadual.....	120
Tabela 40. Associações significativas com confiança no Governo Municipal.....	121
Tabela 41. Associações significativas com confiança no Congresso Nacional.....	122
Tabela 42. Associações significativas com confiança na Assembleia Legislativa Estadual	123
Tabela 43. Associações significativas com confiança na Câmara de Vereadores.....	124
Tabela 44. Associações significativas com confiança em partidos políticos.....	125
Tabela 45. Associações significativas com confiança nos serviços públicos.....	126
Tabela 46. Avaliação dos gestores.....	127
Tabela 47. Associações significativas com avaliação do presidente.....	128

Tabela 48. Associações significativas com avaliação do governador.....	129
Tabela 49. Associações significativas com avaliação do prefeito.....	130
Tabela 50. Tipos de sistemas políticos (WVS).....	138

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1. Questionário da pesquisa “Cultura política e elites não-estatais”.....	162
Anexo 2. Modelos de cartões de respostas.....	175
Anexo 3. Relação de entidades sorteadas para a amostra.....	176

LISTA DE SIGLAS

CCB – Código Civil Brasileiro
CEBAS – Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social
CFC – Conselho Federal de Contabilidade
CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
CMDI – Conselho Municipal de Direitos do Idoso
CMDPD – Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência
COMAS – Conselho Municipal de Assistência Social
CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
DEM – Democratas
ESEB – Estudo Eleitoral Brasileiro
FASFIL – Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LAPOP – *Latin American Public Opinion Project*
NUSP – Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMM – Prefeitura do Município de Maringá
PP – Partido Progressista
PR – Paraná
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL – Partido Socialismo e Liberdade
PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PV – Partido Verde

RMM – Região Metropolitana de Maringá

SASC – Secretaria de Assistência Social e Cidadania

UFPR – Universidade Federal do Paraná

UPF – Utilidade Pública Federal

WVS – *World Values Survey*

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	18
2 CULTURA POLÍTICA E DEMOCRACIA	22
2.1 A ABORDAGEM CULTURALISTA	23
2.2 APOIO DIFUSO E APOIO ESPECÍFICO À DEMOCRACIA.....	34
2.3 ELITES POLÍTICAS E DEMOCRACIA	41
2.4 CULTURA POLÍTICA NO BRASIL	43
3 METODOLOGIA.....	54
3.1 INSTRUMENTO PARA COLETA DE DADOS	54
3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA	56
3.3 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE	59
4 CARACTERIZAÇÃO DO SEGMENTO DE ELITE NÃO-ESTATAL.....	64
4.1 DADOS DEMOGRÁFICOS	65
4.2 CONSTITUIÇÃO DAS FASFIL E ENGAJAMENTO	67
4.3 RELAÇÃO COM A POLÍTICA	70
4.4 PERFIL DO SEGMENTO DE ELITE NÃO-ESTATAL	76
5 APOIO DIFUSO À DEMOCRACIA.....	79
5.1 ADESÃO À DEMOCRACIA	79
5.2 CARACTERÍSTICAS DA DEMOCRACIA	88
5.3 PARTICIPAÇÃO POLÍTICA	96
5.4 CONSIDERAÇÕES SOBRE OS TESTES DE ASSOCIAÇÕES	104
6 APOIO ESPECÍFICO À DEMOCRACIA	108
6.1 AVALIAÇÃO DO SISTEMA POLÍTICO	108
6.2 CONFIANÇA EM INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS	114
6.3 AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DE GOVERNANTES	127
6.4 CONSIDERAÇÕES SOBRE OS TESTES DE ASSOCIAÇÕES	131
7 O GAP EM PERSPECTIVA COMPARADA.....	135
8 CONCLUSÃO.....	150
REFERÊNCIAS	155

ANEXOS161

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, os países latino-americanos têm experimentado mudanças significativas em seu desenvolvimento econômico, político e social. As jovens democracias enfrentam pressões populares pela geração de maiores oportunidades equitativas de acesso à arena política, pelo aumento da transparência na atuação dos gestores públicos e das instituições políticas.

Em se tratando da academia, considerando o desenvolvimento democrático como resultado de um conjunto de fatores, uma ênfase demasiadamente excessiva tem sido depositada nas instituições e sua reforma como caminho para superação dos problemas, ao passo que pouca atenção tem sido dispensada a outros elementos, principalmente à cultura política (BAQUERO, 2010a).

Conforme alerta o autor,

Nesse cenário, as explicações dos déficits democráticos em países em processo de fortalecimento de suas democracias precisam encontrar outras explicações que as institucionalistas. Na medida em que as explicações se tornaram insuficientes, passou-se a analisar outras dimensões teóricas. As temáticas que assumiram centralidade na agenda dos cientistas sociais dizem respeito à democracia, a cultura política e a governabilidade (BAQUERO, 2010a, p. 17).

Dados coletados pelo Latinobarómetro (2007) apontam que em metade dos países latino-americanos o percentual de cidadãos que considera a democracia como a melhor forma de governo é inferior ou ligeiramente superior à metade do número de entrevistados. Em termos quantitativos, o Brasil ocupa apenas a décima terceira posição dentre os dezoito países analisados, com percentual de 50,48% de indivíduos que entendem que a democracia é melhor que os demais tipos de regimes políticos.

Na verdade, o Brasil, assim como outros países submetidos no século passado a regimes autoritários, tem vivenciado apenas nas últimas décadas a experiência democrática, de modo que o termo jovem democracia se aplica com propriedade ao atual contexto nacional. A implantação do referido regime após o período militar, ao menos no que tange ao que Lima

e Cheibub (1996) denominam primeira transição já se consolidou, uma vez que tal período se estende da queda do regime autoritário prévio até a instalação do primeiro governo democraticamente eleito, fatos que ocorreram ainda na década de 1980.

Ainda segundo tais autores, o problema ocorre após a primeira transição, quando se trata do conteúdo da democracia, ou seja, sua consolidação e seu funcionamento efetivo. A segunda transição seria uma área nebulosa com muitos problemas que dificultam a sua definição, dentre os quais se destacam as bases para adesão dos atores às regras do jogo político democrático, com oposição entre adesão instrumental com ênfase nas instituições e adesão baseada em princípios e valores (LIMA e CHEIBUB, 1996).

Nesse momento de indefinição quanto à segunda transição, nossa jovem democracia vem experimentando outras formas de participação para além do voto, como orçamentos participativos, audiências públicas, conselhos gestores e plebiscitos, por exemplo. Diante desse cenário e corroborando com o segundo problema apontado por Lima e Cheibub (1996), autores como Moisés (1995, 2005) e Ribeiro (2008) identificaram em suas pesquisas diferentes níveis de adesão ao regime democrático no Brasil, com distinção entre o apoio à democracia em termos abstratos e avaliativos, conforme medidas definidas por Easton (1975). Segundo esse último autor, o primeiro nível de adesão se refere aos valores dos indivíduos acerca do sistema, ao passo que o segundo trata da avaliação dos indivíduos quanto ao desempenho de instituições e autoridades.

Nesse sentido, a discrepância entre os níveis de apoio encontrada no Brasil vai ao encontro daquela identificada também entre os demais países da América Latina, conforme expõe Baquero (2010a, p. 37):

As pesquisas de opinião pública mostram um crescendo constante de descontentamento, distanciamento e descrença dos cidadãos em relação à política e aos políticos especificamente, ao mesmo tempo em que apoiam a democracia como princípio estruturador da sociedade.

González (2010) corrobora com tal afirmação e afirma que nos últimos anos tem havido flutuações em ambas as dimensões de apoio, o que, no entanto, não têm sido suficiente para eliminar a diferenciação das medidas difusas e específicas entre as populações das jovens democracias latino-americanas. Ainda são incertos os efeitos concretos dessa discrepância no médio e longo prazo, mas desde já esse fenômeno merece a atenção da Ciência Política, pois é plausível supor que sucessivas avaliações negativas sobre o funcionamento concreto do sistema político podem impactar negativamente as chances de

consolidação e aprofundamento de jovens democracias.

Tais constatações se dão em virtude de pesquisas desenvolvidas tanto nacional quanto internacionalmente, por institutos como o Latinobarómetro. Sobre tais pesquisas, é importante salientar que apesar de o Brasil ter sido incluído em alguns importantes estudos internacionais sobre o tema, como as análises se dão sempre no nível agregado, não existem considerações sobre eventuais singularidades da situação nacional e menos ainda sobre o comportamento de grupos de indivíduos no que se refere ao tema.

Diante do exposto, a presente pesquisa tem por objetivos verificar a existência do hiato entre o apoio difuso e o apoio específico à democracia entre indivíduos pertencentes a um determinado grupo, segmento da elite não-estatal do município de Maringá (PR), com vistas à compreensão de seus valores acerca do referido regime, da identificação das características com que tais valores se encontram associados e de discrepâncias em relação à população nacional quanto ao *gap* apontado por Lima e Cheibub (1996), Moisés (1995, 2005) e Ribeiro (2008, 2011), dentre outros autores, bem como a comparação com outros segmentos específicos de elite.

Para tanto, a presente dissertação apresenta-se disposta em oito capítulos. Este primeiro, referente à introdução da pesquisa, trata da apresentação do tema, justificativa da pesquisa, definição de objetivos e da estruturação da dissertação.

O segundo trata do debate concernente à relação entre cultura política e democracia por meio da discussão acerca do clássico “*The Civic Culture*” (1989), de Almond e Verba, bem como de autores que se destacam na segunda geração de culturalistas. O capítulo expõe ainda a teoria de Easton (1965) sobre formas de manifestação de apoio ao regime democrático e a relação entre elitismo e crenças de ativistas políticos destacada por Dahl em “*Poliarquia*” (1997). Por fim, são apresentados estudos nacionais produzidos a partir da década de 1990 sobre cultura política e democracia.

O terceiro capítulo discorre sobre a metodologia empregada, descrevendo os instrumentos e procedimentos utilizados, a definição da população e amostra e as ferramentas estatísticas que permitiram a realização de análises descritivas e bivariadas.

O quarto capítulo dedica-se à caracterização do segmento de elite não estatal pesquisado, apresentando seus dados demográficos, informações sobre as entidades que compuseram a amostra e outras com o objetivo de compor um perfil dos pesquisados.

O quinto capítulo apresenta, por meio de análise estatística descritiva e bivariada, a avaliação do regime em termos de apoio difuso, tanto por meio de medidas quantitativas de adesão quanto por qualidades do regime para os entrevistados, por meio de identificação das

características fundamentais da democracia e do entendimento quanto às formas de participação política.

O sexto capítulo apresenta, também através de análise descritiva e bivariada, a avaliação do regime em termos de apoio específico, por meio de testes envolvendo variáveis relacionadas à percepção dos dirigentes sobre a forma como o Brasil está sendo governado atualmente e a avaliação do sistema político, sobre confiança em instituições democráticas e sobre a avaliação do desempenho dos gestores municipal, estadual e federal.

O sétimo capítulo estabelece a relação entre os pressupostos teóricos abordados, especialmente no que se refere aos dados nacionais sobre apoio difuso e específico à democracia, e os resultados encontrados nesta pesquisa, com vistas à identificação de contradições na cultura política nacional e local em perspectiva comparativa, bem como da comparação dos resultados da pesquisa com aqueles de outros estudos envolvendo segmentos de elites.

Por fim, o oitavo capítulo trata das conclusões da pesquisa, retomando sua discussão com a finalidade de sintetizar os resultados encontrados quanto à identificação dos níveis de adesão à democracia, as variáveis mais relevantes em termos associativos e a comparação com outros estudos.

2 CULTURA POLÍTICA E DEMOCRACIA

No âmbito das Ciências Sociais, o conceito de cultura política se apresenta complexo e polissêmico. Parte da literatura defende que a democracia resulta do equilíbrio entre diferentes forças políticas, de modo que fatores econômicos e institucionais seriam suficientes para explicar de maneira convincente a dinâmica das democracias, em detrimento aos traços culturais e religiosos dominantes na análise da durabilidade do referido regime. Em contrapartida, há autores que sustentam a ideia de que apenas instituições e procedimentos não são suficientes para alcançar a estabilidade democrática, uma vez que as crenças e valores dos cidadãos são relevantes à consolidação do regime (DIAMOND, 1994, MOISÉS, 2005, AMORIM, 2006).

Desta maneira, apesar da relevância de fatores culturais para a explicação de fenômenos políticos ainda ser objeto de polêmica entre os cientistas sociais, dificilmente serão encontrados pesquisadores que afirmem a total irrelevância dessa dimensão subjetiva, mesmo dentre aqueles não vinculados à abordagem culturalista que,

[...] com sua proposta de superação dos limites estritamente institucionais [...] tem ganhado bastante destaque nas últimas décadas e tem tornado comum o emprego de termos como capital social, confiança interpessoal, cultura cívica e cultura política, tanto dentro quanto fora da academia (RIBEIRO e BORBA, 2011, pp. 1-2).

Nesse sentido e visando atingir ao objetivo proposto para a presente dissertação, este capítulo tem por finalidade apresentar uma discussão teórica e metodológica acerca dos estudos desenvolvidos sobre os valores e atitudes políticas e sua influência sobre o regime democrático. Assim como Ribeiro (2011), entendemos que a sistematização e síntese de tais estudos não sejam desnecessárias, principalmente quando se trata do intuito da construção de um panorama sobre a evolução das pesquisas sobre o tema.

Para tanto, este capítulo foi dividido em quatro seções. A primeira seção trata da pioneira abordagem culturalista desenvolvida por Almond e Verba na clássica obra “*The civic culture*”, com destaque para suas formulações e para as críticas sofridas posteriormente. Além

disso, a seção apresenta ainda breves comentários sobre três estudos desenvolvidos após a retomada dos estudos culturalistas na década de 1980, produzidos por autores que fazem parte da segunda geração de estudiosos de cultura política, quais sejam: “Comunidade e democracia: a experiência da Itália Moderna”, de Robert Putnam, “*The renaissance of political culture*”, de Ronald Inglehart e “*Causes and effects*”, capítulo de conclusão do livro “*Political culture and democracy in developing countries*”, organizado por Larry Diamond.

A segunda seção discorre sobre o artigo intitulado “*A re-assessment of the concept of political support*”, de autoria de David Easton, um trabalho contemporâneo à obra de Almond e Verba que enfatizou aspectos componentes da dimensão valorativa da cultura política, compondo uma teoria acerca do apoio difuso e específico dispensados aos regimes políticos.

A terceira seção se justifica em função das afirmações de Almond e Verba (1989), Putnam (1996), Inglehart (1988), Diamond (1994), Easton (1975) e outros autores de que se os valores, crenças e atitudes políticas dos indivíduos são importantes, a cultura política partilhada pelas elites é ainda mais relevante ao regime democrático. Diante disso, nessa parte apresentamos a discussão empreendida por Robert Dahl em “Poliarquia” acerca das crenças de ativistas políticos.

Por fim, a quarta seção dispõe uma breve revisão acerca de estudos desenvolvidos no Brasil após o período de retomada na abordagem culturalista no fim do século passado, com destaque a autores como José Álvaro Moisés, Marcello Baquero e Ednaldo Aparecido Ribeiro, bem como às pesquisas desenvolvidas em nível estadual e municipal, uma vez que a presente investigação tem como objeto de estudos um segmento da elite não-estatal do município de Maringá.

2.1 A ABORDAGEM CULTURALISTA

A preocupação com determinantes culturais dos fenômenos políticos não é recente. Platão, Aristóteles, Maquiavel e Tocqueville empregaram em suas obras noções e conceitos relacionados a uma abordagem culturalista acerca dos assuntos políticos (RENNÓ, 1998; AMORIM, 2006; RIBEIRO, 2008a, 2011).

Apesar desses antecedentes, o marco de institucionalização das pesquisas sobre o assunto foi o pioneiro estudo “*The Civic Culture*” (1989 [1963]), de Almond e Verba, que investigou a congruência entre variáveis subjetivas e o sistema político de cinco países (Alemanha, Estados Unidos, Grã-Bretanha, Itália e México). Essa obra continua sendo

referência quando tratamos da chamada teoria da cultura política.

Tal estudo, que introduziu “[...] a estatística na pesquisa comparada, permitindo a observação de determinadas regularidades e a comparação de sistemas políticos, independentemente de suas diferenças culturais ou políticas”, teve como objetivo a caracterização do sistema político democrático por meio da verificação das atitudes e valores compatíveis com o a estabilidade e legitimidade do regime e da avaliação de tal estabilidade a partir dos níveis de institucionalização dos procedimentos democráticos, da participação política e da confiança dos cidadãos nas instituições políticas (AMORIM, 2006, p. 50).

A despeito de todas as críticas endereçadas à obra, sua tentativa de construção de uma conexão entre variáveis individuais e estruturas políticas estabeleceu um promissor programa de pesquisas que tem envolvido atualmente um número crescente de investigadores das Ciências Sociais.

A partir de múltiplas influências que vão da psicologia social à psico-antropologia, esses pesquisadores definiram o conceito central de sua pesquisa como “[...] *political orientations – attitudes toward the political system and its various parts, and attitudes toward the role of the self in the system*”¹ (ALMOND e VERBA, 1989, p. 12), entendendo a cultura política de uma determinada sociedade como a particular configuração dos padrões de orientações em relação aos objetos políticos partilhada por seus membros. Esse padrão supostamente poderia explicar em alguma medida as motivações que estão por trás das ações dos atores sociais no campo da política.

Nesse sentido, Gohn (2005, p. 34) reitera o conceito acima exposto ao afirmar que “concebemos a cultura política como o conjunto de valores, crenças, atitudes, comportamentos sobre a política, entendida como algo além daquela que se desenrola nos parlamentos, no governo, ou no ato de votar”.

As orientações a que se referiram Almond e Verba (1989, p. 14) compreenderiam níveis diferenciados de racionalidade e consciência, representando as formas de internalização do sistema político, ou seja, a distribuição dos padrões de orientações em relação aos objetos políticos pelos indivíduos. Tais orientações poderiam ser divididas em três tipos básicos: cognitivas, afetivas e avaliativas.

As orientações cognitivas envolveriam os conhecimentos e crenças dos indivíduos sobre os diferentes objetos políticos. As afetivas, por sua vez, se referem aos sentimentos de ligação e envolvimento dos mesmos em relação a esses alvos. Por fim, as avaliativas

¹ Tradução livre do autor: [...] orientações políticas – atitudes com relação ao sistema político e as suas diversas partes, e atitudes em relação ao seu papel no sistema.

envolvem os julgamentos e opiniões, que podem ser entendidos como resultado da combinação dos conhecimentos e sentimentos partilhados pelos atores sociais em relação às partes que compõem o sistema político.

Ao nos referirmos aos objetos a que se dirigem tais orientações é preciso destacar que se incluem nessa categoria o sistema político entendido como um todo, suas estruturas de encaminhamento e satisfação de demandas e também a visão que cada um dos indivíduos possui sobre a sua própria atuação como ator político relevante ou não. Na obra de Almond e Verba essa espécie de auto-avaliação recebe a denominação de eficácia política subjetiva (1989, p. 168).

Ainda tratando de orientações individuais, os autores classificaram sistematicamente, por meio de uma matriz, os tipos de cultura política em três: paroquial, sujeita e participante, conforme exposto na Tabela 1.

Tabela 1. Tipos de cultura política

	Sistema como objeto geral	<i>Estruturas de incorporação de demandas (inputs)</i>	<i>Estruturas de satisfação de demandas (outputs)</i>	O próprio indivíduo como participante ativo
Paroquial	0	0	0	0
Sujeita	1	0	1	0
Participante	1	1	1	1

Fonte: Almond e Verba, 1989, p. 16.

A cultura política paroquial se verificaria em indivíduos que não possuem conhecimento sobre o sistema político e, conseqüentemente, desconhecem as formas de manifestação política (*inputs*), os órgãos burocráticos que desenvolvem as políticas públicas (*outputs*) e seu papel enquanto atores políticos (*self*), o que constitui uma cultura política alienada, alheia ao funcionamento do sistema político.

Já a cultura política sujeita diz respeito àqueles indivíduos capazes de discernir o que é democracia e o regime político de seus países, além de conhecerem o sistema político e os seus *outputs*. No entanto, tais cidadãos desconhecem os caminhos de participação e não se veem como atuantes, de fato, do sistema no qual se encontram inseridos, se caracterizando como sujeitos passivos por sua condição de sujeição ao sistema político.

Por fim, uma cultura política participante está relacionada a indivíduos que conhecem o sistema político, as estruturas de *inputs* e *outputs* e compreendem sua capacidade de influência nesse contexto, ou seja, são indivíduos participativos no cenário político, independente de seu posicionamento quanto à adesão ou não ao sistema.

Ainda segundo os autores, “*political cultures may or may not be congruent with the structures of the political system*”², de modo que tal congruência exprimiria uma relação de compatibilidade entre cultura e estrutura política (ou instituições) em um determinado sistema. A Tabela 2 exprime a relação entre congruência ou incongruência entre cultura política e estrutura.

Tabela 2. Congruência ou incongruência entre cultura política e estrutura

	Fidelidade	Apatia	Alienação
Orientações cognitivas	+	+	+
Orientações afetivas	+	0	-
Orientações avaliativas	+	0	-

Fonte: Almond e Verba, 1989, p. 21.

Quando os indivíduos possuem conhecimento sobre o sistema, sentimentos positivos em relação a tal estrutura e ainda a avaliam positivamente existe um cenário de estabilidade política ou de congruência entre as variáveis em discussão. Já em casos de cidadãos que conhecem a estrutura do sistema, mas são indiferentes a ele em termos de sentimentos e não possuem opinião formada verifica-se um cenário de apatia, em que existe uma congruência fraca entre a cultura política e a estrutura, que pode resultar em instabilidade. Por fim, cenários em que os indivíduos conhecem a estrutura do sistema político e manifestam sentimentos negativos em relação a ela, com consequentes avaliações também negativas da estrutura, tendem à alienação e incongruência, resultando também em instabilidade política.

No entanto, a relação anteriormente destacada encontra-se constantemente em processo de alteração, o que significa não apenas que a congruência ou incongruência não é permanente, como também que podemos nos deparar com culturas políticas mistas, com características pertencentes àqueles tipos mencionados de maneira concomitante. Tais culturas mistas são nominadas por Almond e Verba como paroquial-sujeita, sujeita-participante e paroquial-participante (1989, p. 22).

A cultura paroquial-sujeita se manifesta em situações em que parte dos indivíduos começa a demandar por estruturas mais elaboradas, geralmente em função do questionamento ou da rejeição em relação a líderes autoritários em nível local e em favor daqueles especializados e burocratas. A cultura paroquial-sujeita pode ser identificada em momentos em que a estrutura política e a cultura política de uma determinada sociedade se encontram em processo de alteração na relação entre congruência e incongruência, sendo que tal tipo de

² Tradução livre do autor: “Culturas políticas podem ou não ser congruentes com as estruturas do sistema político”.

misto é temporário à medida que, gradualmente, a “porção” sujeita suplanta a paroquial em virtude das alterações em curso.

A cultura sujeita-participante surge antes do desaparecimento completo dos valores paroquiais, sendo que quando tal sentimento começa a surgir dentre os indivíduos passa a demandar participação e autonomia dentro das estruturas de *inputs*, ao invés de apenas receber *outputs* do sistema. Assim, tal cultura política mista tende a ser instável frente à mobilização de grupos participantes, gerando como resultado a suplantação de tais cidadãos, que tendem a se tornar alienados ou apáticos, ou o desencadeamento de uma revolução diante da instabilidade política potencial.

A cultura política paroquial-participante é identificada em jovens democracias do século XX, colônias com modelos paroquiais que se tornaram independentes quando instituições democráticas já eram hegemônicas no mundo, ou seja, em nações que passaram de uma cultura política paroquial à participante sem vivenciar a experiência sujeita.

Cabe destacar que a separação entre cultura política e estrutura se dá apenas no nível analítico, tendo como finalidade a otimização do estudo de sua congruência, uma vez que, em termos práticos, “a cultura política forma o contexto da ação política e provê o ambiente para a mudança ou continuação de certo regime político” (RENNÓ, 1998, p. 75).

Ribeiro (2002) salienta ainda que o desenvolvimento de uma cultura cívica ocorre necessariamente por meio de uma redução das disparidades sociais e pela participação moderada dos cidadãos na política, mas “[...] isso não quer dizer que os homens devem se comportar de forma passiva diante dos governantes, mas que seu comportamento combina um ativismo racional, com uma boa dose de confiança no sistema e naqueles que o conduz [...]” (p. 35).

Por fim, em se tratando de resultados, Almond e Verba destacaram no penúltimo capítulo de seu livro seus achados acerca da cultura política dos cinco países pesquisados por meio da realização de *surveys*. Primeiramente, identificaram na Itália uma alienação política com explicação histórica, permeada pela desconfiança e isolamento social que levaram os indivíduos à aversão aos assuntos políticos em face de governos fragmentados e centralizados, sendo que os italianos viam seu governo como imprevisível e ameaçador, alheio às vontades da população.

No México visualizaram uma alienação política mais fraca que a italiana, com sentimento político subjetivo considerável a ponto de lhes permitir inferir que apesar da recente transição à época existia uma tendência à superação da alienação pelos mexicanos.

Na Alemanha, que teve na década de 1950 um desenvolvimento econômico potencial,

os autores encontraram um bom nível intelectual e de conhecimento sobre política, além de grandes taxas de confiança política e de satisfação. No entanto, verificou-se também que os alemães não participam por meios não formalizados, restringindo sua participação ao voto.

Os Estados Unidos foram considerados o berço da cultura cívica por conta da congruência de sua cultura política com a democracia, uma vez que seus cidadãos são potencialmente ativos e orgulhosos das instituições representativas do regime democrático.

Por fim, a Grã-Bretanha, também considerada como nação com cultura política estabilizada, foi o local onde os autores identificaram os indivíduos politicamente mais sofisticados e orgulhosos, além de muitos respeitosos para com as elites.

Em discussão acerca dos resultados apresentados em “*The Civic Culture*”, Tonella (2008, p. 4) destaca que

Na obra original, Estados Unidos e Grã-Bretanha eram mais estáveis e sólidos graças à solidez da cultura política e, por outro lado, os outros países estudados, principalmente Alemanha e Itália, resultaram em democracias frágeis devido à fragilidade da cultura política.

Em termos gerais, as conclusões a que os autores chegaram, ainda que não pudessem responder a questionamentos sobre a relação de causalidade existente entre as duas ordens de fatores envolvidos, apontavam para a associação entre estabilidade democrática e a ocorrência de um padrão de orientações subjetivas a que chamaram de cultura cívica, cujos elementos centrais seriam moderação e tolerância, combinando ativismo político racional e confiança no sistema político e nas elites políticas instituídas (RIBEIRO e BOLOGNESI, 2008).

Sobre o sucesso alcançado por “*The Civic Culture*” quando de sua publicação, Ribeiro (2002) destaca alguns elementos considerados impulsionadores, dentre os quais o desenvolvimento da psicologia social e da psicoantropologia, a influência da sociologia europeia e o desenvolvimento de técnicas metodológicas sofisticadas para as Ciências Sociais, em especial aquelas baseadas em *surveys*.

O autor ressalta ainda que

Apesar do conceito de cultura política poder ser aplicado ao estudo de qualquer sistema político, uma vez que o que interessa é avaliar disposições subjetivas pessoais que existem em qualquer forma de organização política, as formulações originais acerca deste tema estão irremediavelmente atreladas à forma de governo democrática. Uma preocupação central no desenvolvimento dos estudos que culminaram na publicação de *The Civic Culture* foi sobre as condições de desenvolvimento e estabilização de regimes democráticos [...] (RIBEIRO, 2002, p. 34).

Apesar do sucesso alcançado pela obra em discussão, Tonella (2008) destaca que Almond e Verba não consideraram em seu estudo os modelos de democracia e os níveis de desenvolvimento dos países estudados, dentre outros indicadores relevantes. Por conta de tais limitações e ainda de outras encontradas por diversos pesquisadores, “*The Civic Culture*” recebeu muitas críticas ao longo dos anos (RENNÓ, 1998, AMORIM, 2006, MOISÉS, 2008, RIBEIRO, 2008a, RIBEIRO e BOLOGNESI, 2008, RIBEIRO e BORBA, 2011, RIBEIRO, 2011).

Uma dessas críticas diz respeito à adesão normativa ao paradigma minimalista schumpeteriano por conta de sua “análise essencialmente ideológica que claramente celebra o *status quo* existente nas sociedades de capitalismo desenvolvido”, limitação que pôde ser superada apenas quando os estudos de cultura política passaram a se orientar no sentido de buscar a interpretação das culturas de cada nação, considerando suas particularidades, buscando entender sua origem e as relações com a estrutura política, em detrimento de uma pretensa classificação das culturas políticas nacionais a partir de tipologias arbitrárias (RIBEIRO e BOLOGNESI, 2008, p. 87).

Outra crítica relacionada à obra diz respeito à proposição por Almond e Verba de uma análise comparativa entre as nações estudadas em que tomaram por referência o modelo de democracia liberal que apontou os sistemas políticos norte-americano e britânico como ideais, de modo que “a cultura cívica corresponderia a cidadãos que, relativamente ativos na vida política, mostrariam propensão para combinar participação com confiança interpessoal e deferência às autoridades” (MOISÉS e CARNEIRO, 2008, p. 17). Apesar da apresentação da teoria no livro, diferentes experiências evidenciaram que a democracia pode conviver com situações em que há baixo nível de participação, atitudes de protesto e até mesmo distanciamento das autoridades.

Já a crítica que gerou mais discussão questiona a propriedade causal e a capacidade explicativa das variáveis que compõem o termo cultura política. Brian Barry, dentre outros, entende que a obra em discussão se sustenta na suposição de que variáveis que compõem a cultura política afetam os sistemas democráticos, sem tratar de forma adequada da natureza e da extensão desse efeito, de modo que a relação segura entre as duas variáveis se daria pelo estabelecimento de critérios para a definição de níveis significativos de cultura política e democracia.

Nesse sentido, Ribeiro e Bolognesi (2008, p.90) afirmam que

Em razão desta fragilidade, [Barry] propõe uma inversão da relação causal, ou seja,

ao invés da cultura política causar a estabilidade democrática, seria mais plausível entender que as experiências sob instituições democráticas gerariam nos indivíduos os valores, crenças e atitudes congruentes com sua consolidação.

Tal crítica se configurou sobremaneira relevante, tanto que duas décadas depois Almond e Verba organizaram a obra “*The Civic Culture Revisited*”, na qual a relação causal entre a cultura e a estrutura política se destacou como um das principais questões em discussão. Almond (1989) afirmou que essas duas dimensões são variáveis influenciáveis entre si, que devem ser tratadas simultaneamente como dependentes e independentes, de modo que a cultura política causa e é causada pela estrutura política.

Por fim, em se tratando das críticas a “*The Civic Culture*”, Amorim (2006) afirma que os questionamentos aos pressupostos políticos e teóricos da obra comprometem sua capacidade explicativa, mas não invalidam o conceito de cultura política e o emprego de técnicas de *survey* no processo de aferição da percepção dos indivíduos acerca do sistema político.

Diante do exposto, pode-se inferir que tratando especificamente do regime em termos gerais, Almond e Verba defenderam em “*The Civic Culture*” que o sucesso de um sistema político qualquer depende em grande medida da existência de um grau significativo de congruência entre as instituições concretas e os valores, crenças e atitudes políticas partilhadas pelos cidadãos.

Dessa forma, em termos subjetivos é fundamental que ocorra a adesão dos indivíduos ao sistema político vigente. No caso das democracias essa afirmação se torna ainda mais relevante, pois essa forma de governo pressupõe a existência de uma larga margem de legitimidade para funcionar adequadamente.

Uma vez aceito o argumento que afirma a relevância dessa adesão, caberia perguntar se existe uma hierarquia de importância entre as disposições individuais favoráveis ou contrárias entre os distintos grupos que compõem uma mesma nação. Mais especificamente, podemos formular as seguintes questões: a adesão normativa de quem importa? A adesão das elites é especialmente relevante?

A maior parte dos estudos recentes que seguem a abordagem culturalista tem se mantido fiel à tradição estabelecida por Almond e Verba no que diz respeito à focalização de unidades nacionais, sem distinguir grupos ou subgrupos. Esses estudos têm sido realizados a partir de *surveys* nacionais e terminam por estabelecer um quadro da cultura política de uma sociedade como um todo. Ainda que a importância dessas investigações não possa ser questionada, nos parece plausível supor que se os valores dos cidadãos comuns são relevantes,

aqueles partilhados pelas elites sejam ainda mais importantes.

Diante do exposto, discutiremos a relação entre cultura política e elites em seção específica posteriormente. Nesse momento, faz-se relevante identificar os esforços de uma segunda geração de estudos orientados pela abordagem culturalista que buscaram superar os limites da abordagem inicial.

Em virtude das críticas endereçadas à *“The Civic Culture”*, a agenda de pesquisa em cultura política sofreu um período de refluxo, como salienta Ribeiro (2008a, p. 50). No entanto,

essa situação começou a se alterar nos anos 80, quando alguns autores a partir de pesquisas empíricas de longo alcance geográfico ou histórico recuperaram teses principais desta abordagem evitando os equívocos dos estudos pioneiros. O número de livros e artigos publicados em importantes revistas internacionais neste período de retomada é impressionante [...].

Discutindo essa nova geração culturalista, Rennó afirma que (1998, p. 71), “o tema geral dessas pesquisas é a importância de valores, sentimentos, crenças e conhecimentos na explicação do comportamento político”. Já Borba (2005, p. 151) afirma que o objetivo das análises de cultura política atualmente se constitui em “[...] contribuir para a explicação do comportamento político dos indivíduos, destacando a forma como os valores culturais são componentes endógenos da tomada de decisão”.

Diante do grande número de autores contemporâneos dedicados ao assunto, destacam-se três trabalhos que discutem teórica e empiricamente os valores, atitudes e crenças políticas de determinados grupos e, desta forma, contribuem para o esclarecimento de alguns pontos fundamentais do debate sobre o tema da causalidade (RIBEIRO, 2008, 2011).

Em seu estudo com vistas à averiguação das razões pelas quais organizações estruturadas de maneira semelhante e que dispunham dos mesmos recursos materiais apresentaram desde sua fundação diferentes desempenhos no que concerne à democratização, Robert Putnam em *“Comunidade e Democracia: a experiência da Itália Moderna”* (1996) apresentou um estudo acerca dos governos regionais implantados na década de 1970 na Itália, com destaque à perspectiva comparada entre as províncias das regiões norte e sul do país.

O autor afirmou que a relação entre desempenho administrativo e desenvolvimento econômico era muito frágil, de modo que não se fazia suficiente à explicação completa quanto aos níveis de desempenho advindos dos índices de êxito administrativo das administrações regionais estabelecidas nas regiões norte e sul da Itália na década de 1970.

Nesse sentido, o autor discutiu o conceito de cultura cívica, uma relação entre civismo

e desempenho institucional que teria como atributos a participação cívica, por meio do envolvimento dos indivíduos nos assuntos públicos em que a busca pelos interesses seria pautada pelo respeito aos concidadãos, a igualdade política, marcada por relações horizontais entre os indivíduos (desprovidas de critérios de mando e subserviência característicos de relações verticais), a existência de associações tanto sociais quanto políticas e ainda solidariedade, tolerância e confiança, sendo a última o principal atributo da cultura cívica.

Segundo Putnam, a cultura cívica não apenas seria relevante como também teria capacidade explicativa para identificar os motivos que tornaram as regiões norte e sul italianas tão distintas em termos de valores políticos, tanto que o autor afirma que tais diferenças tiveram início ainda na Idade Média e com o passar do tempo se consolidaram, ao ponto de no fim do século passado a região sul se apresentar predominantemente pouco cívica em relação àquela ao norte da Itália.

Numa crítica ao predomínio da abordagem da escolha racional baseada em variáveis econômicas, Inglehart (1988) também afirmou em *“The renaissance of political culture”* a relevância dos fatores culturais. Mesmo os fatores econômicos sendo politicamente importantes, as sociedades se caracterizam por diferentes atitudes políticas, que são duradouras, mas não imutáveis, com grande influência política e forte ligação com a viabilidade das instituições democráticas.

Sobre a importância da confiança interpessoal, Inglehart (1988) afirma que a literatura sobre cultura política argumenta que a evolução e a persistência da democracia de massa requerem a emergência de certos hábitos e atitudes de apoio entre o público em geral, sendo uma das atitudes mais básicas o sentimento de confiança interpessoal. No entanto, apesar de sua importância, a confiança interpessoal não seria suficiente à estabilidade da democracia. Também seria necessário um compromisso de longo prazo do público com as instituições democráticas, de modo a sustentar o regime frente a condições ruins.

Dentre os dados discutidos pelo autor destaca-se a hipótese de que muitas décadas de vida sob instituições democráticas produzam maior satisfação com a vida. Nesse sentido, Inglehart (1988, p. 1218) ressalta que *“though political satisfaction shows sharp fluctuations from one month to the next, the publics of some societies consistently manifest higher levels of satisfaction than the publics of others”*³.

Numa referência ao conceito anteriormente estabelecido por Putnam, Inglehart (1988) entende que a cultura cívica seria uma síndrome composta por três indicadores, quais sejam:

³ Tradução livre do autor: Apesar da satisfação política mostrar oscilações bruscas de um mês para outro, o público de algumas sociedades constantemente manifesta níveis mais elevados de satisfação do que o de outras.

(1) confiança interpessoal, (2) satisfação com a vida e (3) apoio à mudança revolucionária⁴. Tal composição possui forte ligação com o número de anos pelos quais as instituições democráticas funcionam em uma sociedade, o que sugere que mais da metade da variância na persistência de tais instituições poderia ser atribuída aos efeitos da cultura política. O desenvolvimento econômico não conduziria necessariamente à democracia, mas parece estar ligado a mudanças socioculturais que aumentam suas chances.

Inglehart expõe ainda o processo de mudanças econômicas e sociais que levou ao surgimento da democracia no Ocidente em longo prazo, sugerindo que a relação entre a mudança econômica e cultural seria uma causalidade recíproca complexa em que os fatores culturais influenciam e são influenciados por mudanças econômicas, de modo que em virtude da prosperidade sem precedentes históricos e da ausência de guerra que prevaleceu nos países ocidentais desde 1945, as gerações mais jovens conferiram menos ênfase à segurança econômica e física dos que os grupos mais velhos, que sofreram com a insegurança econômica, ao passo que os estratos mais jovens tenderiam a dar maior prioridade às necessidades não-materiais, caracterizando-os como indivíduos pós-materialistas⁵.

Já Larry Diamond, no último capítulo do livro por ele organizado, *“Political culture and democracy in developing countries”* (1994), denominado *“Causes and effects”*, discute as causas e efeitos da cultura política em alguns países. O autor expõe discussões sobre a origem da cultura política, seus efeitos sobre a democracia, os elementos mais relevantes para os processos de democratização, a existência de pré-requisitos para democratização e do estabelecimento de um relacionamento entre desenvolvimento econômico e democratização no qual a cultura política atuaria como variável interveniente.

A obra apresentou a cultura política como um complexo processo multifacetado e, ao mesmo tempo, um fenômeno dinâmico com potenciais efeitos sobre a democracia, tanto imediatos quanto de longo prazo. Segundo Diamond, a cultura democrática não é uma pré-condição para a emergência da democracia, uma vez que não existem culturas puramente democráticas. Além disso, todas as democracias se encontram permanentemente em estado de transformação, sendo que sua estabilidade depende do quanto o regime sofre desgastes ao longo do tempo. Desta forma, a persistência do referido regime dependeria de alguns tipos de

⁴ Para fins de composição do referido índice a medida de apoio à mudança revolucionária é utilizada de maneira inversa, conforme exposto por Inglehart (1988).

⁵ Uma discussão mais aprofundada acerca das teorias expostas por Putnam, Inglehart e Diamond nos textos discutidos na presente pesquisa pode ser encontrada em seção que aborda as novas perspectivas da abordagem culturalista após o período de ostracismo proveniente das críticas sofridas por *“The civic culture”* na obra de Ribeiro (2011), a qual dedica ainda um capítulo exclusivamente à discussão acerca da relação entre os valores pós-materialistas, abordados por Inglehart no artigo exposto nesta seção, e o regime democrático.

atributos culturais, como anteriormente destacaram Almond e Verba, com quem Diamond corrobora com a afirmação de que algumas características da cultura política são mais importantes do que outras à democracia, assim como a manifestação de tais características por um grupo específico, a saber, as elites. Da mesma maneira, Diamond reitera em seu texto o argumento de Dahl acerca da maior importância da crença de ativistas políticos.

Apesar da ênfase nas elites, Diamond não descarta a importância relativa da cultura política das massas em seu texto, tanto que afirma que as crenças de tal grupo podem exercer um grau considerável de influência e pressão sobre ações das elites em determinadas situações em que a sociedade se mostre vigorosa e ao lado de um sistema partidário articulado, capaz de subsidiar arenas em que os indivíduos possam praticar a democracia, interiorizar os seus valores e limites e, desta forma, manter as elites responsáveis por conta do controle e avaliação a que estariam submetidas.

Além disso, “*another reason why attention to mass political culture is important is that the composition of the political elite does not remain stable over time*”⁶, uma vez que mudanças econômicas, sociais e de geração originam novos grupos de interesses e o surgimento de novos líderes entre as massas (DIAMOND, 1994, p. 246).

Diante do exposto, a discussão acerca dos valores, crenças e atitudes políticas dos atores se apresenta relevante ao entendimento acerca do comportamento dos indivíduos frente ao regime democrático. Nesse sentido, após a apresentação das principais ideias da abordagem culturalista é possível avançar a discussão em direção às especificidades teóricas relacionadas ao objetivo proposto, quais sejam: o apoio à democracia em medidas difusa e específica, a relevância de estudos sobre cultura política de elites e os resultados de pesquisas desenvolvidas na área no Brasil, temas das próximas seções.

2.2 APOIO DIFUSO E APOIO ESPECÍFICO À DEMOCRACIA

Alguns trabalhos contemporâneos ao de Almond e Verba trataram de temas relacionados à cultura política, enfatizando aspectos que compõem essa dimensão valorativa. Dentre os trabalhos que diretamente se relacionam ao objetivo desta dissertação destaca-se um artigo de David Easton, *A re-assessment of the concept of political support* (1975), no qual o autor distingue claramente duas dimensões da adesão valorativa dos indivíduos à democracia. Nesse sentido, tal estudo se caracteriza como um aprofundamento ou

⁶ Tradução livre do autor: Outra razão pela qual a atenção para a cultura política de massas é importante é que a

especificação do projeto de pesquisa culturalista, uma vez que, assim como “*The civic culture*”, se preocupa com os valores, crenças e atitudes dos cidadãos em relação ao sistema político.

Na década de 1970, momento da publicação do artigo mencionado, os Estados Unidos sofriam uma crise de regime e a Europa enfrentava problemas relacionados à relação de confiança entre governo e governados, uma vez que desde a Primeira Guerra Mundial não havia mais aceitação geral dos governos. A esse tipo de cenário, em que se destacam problemas políticos de ordem prática, se dirige o conceito de apoio político.

A partir da metade do século passado, segundo Easton, o conceito de apoio político passou a ser crescentemente utilizado nas pesquisas empíricas e uma variedade de problemas previsíveis começou a emergir, relacionados a questões como melhores indicadores do conceito, medição das flutuações de apoio, condições em que tais atitudes são transformadas em ação e modelos alternativos para explicar tanto a alteração dos níveis de apoio quanto suas conseqüências sistêmicas.

Tendo em vista as pesquisas anteriormente realizadas, o autor afirma que um esforço de reavaliação desse conceito parece oportuno. “*Since, however, the concept is more complex than appears on the surface, it will be impossible in this paper to deal with all aspects – even all major aspects – of its meaning*”⁷ (EASTON, 1975, p. 435). Assim, se propõe a considerar em sua análise apenas algumas questões particularmente problemáticas, quais sejam:

*Can a valid distinction be made between specific and diffuse support? Ought support in either of these modes to be construed as uni- or multidimensional? To what extent, if any, might some of the presumed constituent elements of support be more usefully regarded instead as indicators, determinants or consequences of it?*⁸ (EASTON, 1975, p. 435).

O autor ressalta que seus comentários se ativeram ao apoio destinado a dois objetos políticos básicos, as autoridades políticas e o regime, uma vez que as ambiguidades relevantes relacionadas a tais objetos são complexas.

Na linguagem comum, o conceito de apoio se refere a comportamentos relacionados a atitudes, ao passo que nas Ciências Sociais tal termo é mais utilizado para tratar de atitudes do

composição da elite política não permanece estável ao longo do tempo.

⁷ Tradução livre do autor: Como, no entanto, o conceito é mais complexo do que parece na superfície, será impossível neste trabalho lidar com todos os aspectos - até mesmo todos os principais aspectos - do seu significado.

⁸ Tradução livre do autor: Pode ser feita uma distinção válida entre apoio específico e difuso? Deve o apoio em qualquer um desses modos ser interpretado como uni ou multidimensional? Em que medida, se houver, podem alguns dos elementos constitutivos presumidos de apoio ser considerados mais úteis ao invés de indicadores,

que de ações. Na verdade, a ênfase à palavra apoio recai sobre o comportamento manifesto, seja uma ação ou uma defesa, o que poderia caracterizá-lo como um tipo de avaliação, que pode ser positiva ou negativa, conforme o posicionamento favorável ou desfavorável do indivíduo em relação a um determinado objeto. Nesse sentido conforme Easton (1975, p. 436), o apoio “[...] *common usage support refers to the way in which a person evaluatively orients himself to some object through either his attitudes or his behavior*”⁹. A maioria das pesquisas sobre o apoio político consciente ou implicitamente adota esse sentido comum.

O autor afirma ainda que existem dois tipos de apoio, específico e difuso, distintos pelo fato de que há situações em que mesmo havendo um descontentamento generalizado com os governantes percebe-se reduzida perda de confiança no regime, de modo que a expressão de opiniões desfavoráveis por meio de ações pode conduzir à manutenção do sistema político ou levar a mudanças. Nesse sentido, Easton afirma que existem avaliações intimamente relacionadas às ações das autoridades políticas e à forma como tais ações são implementadas e ainda avaliações de aspectos básicos do sistema, que representam laços mais duradouros, o que tornaria possível a oposição às autoridades políticas paralela ao apoio da manutenção do sistema. A divisão entre apoio específico e difuso é útil conforme sua justificativa teórica e sua aplicabilidade na pesquisa.

A singularidade do apoio específico reside na sua relação com a satisfação que os membros de um sistema sentem em relação aos resultados percebidos e ao desempenho das autoridades políticas. Assim, o apoio específico é direcionado às decisões políticas percebidas pelos indivíduos, sejam elas ações, declarações ou o estilo geral das autoridades.

Além disso, a aplicabilidade do conceito depende da validade da suposição de que as pessoas possam saber, ainda que vagamente, quais são suas necessidades, desejos e demandas e ainda sobre o comportamento das autoridades políticas, ou seja, os indivíduos devem ter a percepção de que a satisfação de suas necessidades e demandas pode ser associada com as autoridades de alguma maneira. No entanto, não é suficiente que os indivíduos percebem esta conexão, é preciso interpretá-la de tal maneira que eles se tornem propensos a atribuir força causal ao comportamento das autoridades. Sem este laço causal, o desempenho das autoridades teria pouca probabilidade de influenciar o nível de apoio a elas dirigido.

A avaliação das autoridades pode surgir de duas diferentes maneiras. A primeira trata do atendimento das demandas dos indivíduos, em que as autoridades são avaliadas de acordo

determinantes ou conseqüências disso?

⁹ Tradução livre do autor: [...] suporta o uso comum referente à maneira pela qual uma pessoa se orienta valorativamente a algum objeto, quer através de suas atitudes ou seu comportamento.

com o cumprimento destas exigências. Nesse sentido, o apoio específico pode ser de grande importância para a estabilidade ou a mudança de um sistema, uma vez que é concebível que uma pessoa que deposita pouca confiança nas autoridades políticas e não acredita sequer em sua legitimidade pode identificar o cumprimento de suas demandas pelas autoridades.

A segunda maneira diz respeito ao fato de que as avaliações positivas ou negativas podem ser estimuladas por ações não explícitas por parte das autoridades ou pelo seu desempenho percebido de modo geral. Entretanto, tal situação só ocorreria em culturas onde os membros se sentem livres para elogiar ou culpar as autoridades pelas condições sociais em geral, o que significa que mesmo se os membros são incapazes de apresentar-se como um produto das ações de identificação (ou falta de ações) por parte das autoridades diante de suas condições e necessidades, eles podem, contudo, estar predispostos à manutenção do governo responsável por sua situação (EASTON, 1975).

Desta forma, o apoio específico se manifesta sob condições nas quais a cultura permite aos indivíduos ter a noção de que as autoridades podem ser responsabilizadas pelo que acontece na sociedade, de modo que “[...] *this kind of support varies with perceived benefits or satisfactions. When these decline or cease, support will do likewise*”¹⁰ (EASTON, 1975, p. 439).

Por sua vez, o apoio difuso se refere às avaliações do que um objeto é ou representa, ou seja, seu sentido na visão do indivíduo, sem considerar sua atuação. Assim, o apoio difuso consiste num reservatório de atitudes favoráveis que auxiliam os cidadãos a aceitar ou tolerar ações as quais se opõem ou os efeitos que eles veem como prejudiciais aos seus desejos, de modo que o desempenho das autoridades varia, geralmente, mais que o apoio difuso.

Uma das propriedades do apoio difuso é sua maior durabilidade em relação ao apoio específico, o que significa que tal avaliação não pode ser alterada em curtos intervalos de tempo, mas, por causa de suas fontes, o apoio em questão normalmente independe do desempenho do sistema no curto prazo, de modo que não sofre variações extremas em função da insatisfação com o governo em um dado momento por conta de suas atitudes, por exemplo.

Easton ressalta, no entanto, que um sistema pode ser capaz de se sustentar apenas baseado no apoio específico dos cidadãos, uma vez que sempre que o apoio difuso é baixo ou praticamente inexistente os benefícios advindos das ações das autoridades políticas podem ser capazes de fornecer uma base suficientemente favorável até a constituição de uma reserva a partir de atitudes aceitáveis. Segundo o autor, o apoio difuso é o suporte que sustenta o regime

¹⁰ Tradução livre do autor: Este tipo de apoio varia de acordo com benefícios percebidos ou satisfações. Quando estes declinam ou cessam, o apoio fará o mesmo.

como um todo. Além disso, Easton afirma ainda que o apoio difuso geralmente surge a partir de duas fontes, a socialização na infância e vida adulta e as experiências diretas dos indivíduos.

Logicamente os sentimentos de apoio podem ser estimulados de forma dissociada de benefícios relacionados ao desempenho das autoridades. O apoio difuso, entretanto, pode também derivar da experiência, já que os indivíduos não se identificam com os objetos políticos apenas porque aprenderam a fazê-lo, mas também por aspectos críticos de seu processo de socialização. Como exemplo, Easton cita os compromissos ideológicos, pois na medida em que a adoção de uma ideologia ou visão do futuro pode ser o produto de um cálculo racional sobre o arranjo político atual, metas e instituições, tem-se uma fonte de experiência de apego ou desafeto aos objetos políticos existentes. Tal crença sobre o que é fundamentalmente correto e adequado em política não precisa ter origem no que os indivíduos herdaram de outras pessoas no início de sua vida, mas em sua própria avaliação das circunstâncias políticas de modo geral.

Em se tratando da dimensionalidade do apoio difuso, o autor destaca que este não é homogêneo e se constitui em um termo abrangente e difícil de lidar empiricamente. Desta forma, o *“diffuse support for the political authorities and regime will typically express itself in two forms: first, in trust as against cynicism [...] and, second, in belief in the legitimacy of political objects”*¹¹ (EASTON, 1975, p. 447).

A confiança pode ser entendida como a probabilidade (pelo entendimento dos indivíduos) de que seus interesses serão atendidos pelo regime, o que implicaria até mesmo à exposição das autoridades a pouca supervisão ou fiscalização, ou seja, seria uma medida de satisfação simbólica com a forma como a política é executada na nação. Considerando as sociedades modernas, nenhum governo assumiria as responsabilidades pelo atendimento dos interesses de seus cidadãos sem a confiança destes por longos períodos de tempo, uma vez que teria que governar por meio da coerção e, segundo Easton, poucos governos são capazes de sobreviver por muito tempo sob tal forma.

A confiança pode ser adquirida em parte por meio de processos de socialização, uma vez que pode ser convertida no sentimento socialmente aceito de que faz parte do dever cívico confiar nas autoridades em exercício. Além disso, a confiança pode também advir das experiências dos indivíduos com as autoridades ao longo do tempo, pois as ações e o desempenho dessas autoridades podem estimular ou desencorajar lentamente os sentimentos

¹¹ Tradução livre do autor: Apoio difuso para as autoridades políticas e regime expressam-se tipicamente de duas formas: primeiro, na confiança contra o cinismo [...] e, segundo, na crença na legitimidade da política objetos.

de confiança dos cidadãos, que, com tempo, podem se converter em sentimentos de autonomia ou desprendimento em relação às autoridades e até mesmo ao regime (EASTON, 1975).

O autor discorre ainda sobre a dificuldade de manter uma necessária distinção conceitual entre apoio específico e confiança, uma vez que parecemos propensos a descobrir que a confiança seria a satisfação ou insatisfação com as autoridades em particular. Segundo Easton, “[...] *variations in trust can refer to no more than specific support*”¹². Desta maneira, é perceptível que existe certa ambiguidade em se tratando da confiança, o que resulta em negligenciar a distinção de confiança nas autoridades enquanto forma de apoio específico de confiança nas funções das autoridades enquanto classe.

O apoio difuso geralmente se manifesta através de uma crença na legitimidade dos objetos políticos. Para Easton (1975), a legitimidade pode ser definida como uma convicção acerca do que é correto e apropriado para que as autoridades sejam aceitas e obedecidas, cumprindo os requisitos do regime. Assim, a legitimidade reflete, de maneira vaga ou explícita, o modo como os indivíduos veem os objetos políticos em conformidade com seus princípios morais e seu senso quanto ao comportamento mais adequado na esfera política.

Nesse sentido, a natureza positiva da crença na legitimidade normalmente traz consigo a implicação da obrigação de aceitar os atos daqueles considerados legítimos, as autoridades. Da mesma maneira, a situação inversa é igualmente provável, já que em relação àqueles considerados ilegítimos para governar os indivíduos se sentem aliviados de todas as obrigações, o que culmina na total ausência de apoio.

Em se tratando das autoridades e do regime, Easton identificou três fontes separadas com as quais a crença na legitimidade pode estar associada, classificadas em três tipos: ideológica, estrutural e pessoal. A fonte ideológica de legitimidade tem por objeto de apoio difuso as convicções morais sobre a validade do regime e por objeto de apoio específico as convicções morais sobre a validade dos operadores históricos dos papéis de autoridade. A fonte estrutural de legitimidade trata como objetos a crença na validade independente da estrutura e das normas enquanto manifestação de apoio difuso e o extravasamento da crença em estrutura aos titulares dos papéis de autoridade enquanto medida de apoio específico. Por fim, a fonte de legitimidade pessoal se refere ao extravasamento da crença na validade dos titulares de papéis de autoridade para os papéis de autoridade (estrutura e normas do regime) em si em se tratando do apoio difuso e da crença na validade independente das autoridades

¹² Tradução livre do autor: Variações na confiança pode se referir a não mais do que um apoio específico.

por causa de suas qualidades pessoais como objeto do apoio específico (Easton, 1975).

Diante do exposto, o autor afirma que

*If diffuse support can in fact be sensibly confined to two major components – it becomes of some importance to recognize clearly the distinction between them. We can expect them to vary independently of one another even though it is very likely that those who consider a system legitimate will also have considerable confidence in it.*¹³ (EASTON, 1975, p. 453).

No entanto, as pessoas podem perder a sua confiança na capacidade das autoridades para governar o país, mas não estarem preparadas para negar às autoridades em geral o direito moral de governar. Porém, ambos os sentimentos – confiança e legitimidade – são semelhantes na medida em que representam um tipo de apoio teoricamente importante para a visualização da independência das atitudes em relação a resultados imediatos (EASTON, 1975).

Em suma, a compreensão da questão da legitimidade democrática estaria no apoio político, cujas orientações são divididas em apoio difuso (também chamado apoio abstrato ou adesão normativa), composto pelos valores fundamentais do sistema, e apoio específico, relativo às avaliações mais concretas acerca do desempenho das suas instituições e autoridades (MOISÉS, 2005, RIBEIRO, 2008, TORCAL e BRUSATTIN, 2010), conforme anteriormente mencionado.

Nesses termos, o apoio difuso corresponde aos valores atribuídos pelos indivíduos aos objetos políticos e se configura de forma forte e duradoura, independente dos resultados e desempenho atingidos pelo regime, ao passo que o apoio específico tem sua existência condicionada à possibilidade de responsabilização das autoridades de determinada sociedade por suas ações e consequências, sendo, então, decorrente da percepção da população quanto aos benefícios e satisfações atingidos.

Na prática, tanto o apoio difuso pode se dar a partir de resultados de avaliações de desempenho governamentais quanto o apoio específico pode ocorrer sem que o indivíduo entenda que suas necessidades e reivindicações são atendidas.

Relacionando os conceitos expostos por Easton às conclusões de Almond e Verba em “*The civic culture*” e considerando que ambas as obras se dedicaram à discussão acerca da cultura política é possível inferir que, se o apoio em níveis difuso e específico partilhado pelos

¹³ Tradução livre do autor: Se o apoio difuso pode de fato ser sensivelmente limitado a dois componentes principais - torna-se importante reconhecer claramente a distinção entre eles. Podemos esperar que eles variem independentemente um do outro, embora seja muito provável que aqueles que consideram um sistema legítimo também terão considerável confiança no mesmo.

cidadãos médios é importante, aquele verificado entre as elites ao sistema político democrático é ainda mais relevante.

2.3 ELITES POLÍTICAS E DEMOCRACIA

Diante dos argumentos de Almond e Verba (1989), Putnam (1996), Inglehart (1988), Diamond (1994) acerca da relevância da cultura política e de Easton (1975) sobre as medidas de apoio difuso e específico à democracia, cabe uma discussão acerca dos valores de ativistas políticos e sua relação com a democracia.

Os autores clássicos da teoria das elites, Gaetano Mosca(1992 [1896]), Vilfredo Pareto (1984) e Robert Michels (1982 [1911]), discorreram em suas obras sobre uma quase inegável demonstração histórica da existência de uma vanguarda que leva à frente as decisões políticas: as elites (GRYNSZPAN, 1996, PERISSINOTTO *et al*, 2007, PERISSINOTTO, 2009). Segundo tais autores, mesmo nos momentos em que é possível pensar num maior ativismo político por parte das massas, não se pode desconsiderar a existência de elites que conduzem as principais diretrizes do processo histórico.

É importante destacar que não faz parte dos objetivos desta pesquisa apresentar uma revisão sobre a teoria das elites, uma vez que tal assunto já foi discutido competentemente por outros autores, como Rennó (1998) e Ribeiro (2008, 2011). Nesse sentido, esta seção busca estabelecer a ligação entre o pressuposto elitista e a teoria da cultura política.

Em se tratando das crenças de ativistas políticos, Robert Dahl, em seu já clássico “Poliarquia” (1997), dedicou um capítulo ao assunto durante sua discussão acerca dos fatores que favorecem o estabelecimento de regimes democráticos. Em uma frase que sintetiza o conjunto dos seus argumentos sobre o tema, afirma que seria difícil que um regime dessa natureza pudesse vir a existir sem que uma camada politicamente atuante do país em questão acreditasse nos méritos da democracia e rejeitasse fortemente as demais alternativas de caráter autoritário. De maneira inversa, “num regime hegemônico, os líderes, presumivelmente, pelo menos, devem preferir a hegemonia a qualquer alternativa” (1997, p.129).

Entendendo que pessoas diferentes provocam efeitos distintos em qualquer sistema político, Dahl propõe como importante questão a identificação de quem alimenta quais crenças políticas. Apesar de ressaltar que essa abordagem não implica na desconsideração dos valores difundidos entre o restante da população, aponta que o conjunto dos valores das camadas politicamente mais atuantes e envolvidas com as atividades políticas pode ser um

importante fator nos estudos sobre poliarquias. Esses ativistas políticos, diferentemente da maioria das pessoas, teriam sistemas de crenças complexos e ricos, o que poderia ser explicado em grande medida pela associação entre essa sofisticação e os níveis de escolaridade e interesse em política. No que diz respeito à dimensão estritamente cognitiva da cultura política, Dahl é categórico ao afirmar que é plausível supor que o conhecimento sobre os diferentes aspectos da vida política de um país qualquer seja maior entre os membros dessa elite do que entre a população geral.

Por possuírem esse sistema supostamente mais sofisticado, os ativistas também teriam a maior probabilidade de serem guiados por suas crenças. Quanto mais rudimentares e desorganizadas são as crenças de um indivíduo, menores são as chances de que tais orientações guiem o seu comportamento, ou seja,

[...] uma pessoa cujo sistema de crenças contém efetivamente os pontos fundamentais da argumentação de Mill sobre a liberdade, muito provavelmente se oporá a um regime que ameace impor a censura à imprensa ou a supressão de partidos políticos. [...] Mas é muito difícil prever o tipo de regime, movimento ou partido que sofreria oposição ou respaldo de alguém cujo credo político pode ser resumido em “os tempos estão ruins e pessoas como eu estão na pior, neste país” (DAHL, 1997, pp. 130-131).

Além desses fatores que tornam as crenças desse grupo particularmente relevantes, os ativistas desempenham também papel fundamental nos processos de criação e difusão dos elementos que compõem a cultura política de uma sociedade. Tratando dos processos através dos quais se dá a incorporação das orientações políticas, Dahl se filia a autores como Rokeach (1968) ao considerar as duas primeiras décadas dos indivíduos como cruciais. Isso, entretanto, não implica na defesa da imutabilidade nos padrões de valores, pois a todo o momento os agentes são colocados diante de situações que podem levar ao questionamento de alguns elementos que podem ser substituídos por outros. Nos tempos atuais vemos que estes padrões de valores são constantemente modificados, o que causa uma mudança também nas organizações e instituições políticas.

Nos termos de Dahl teríamos dois períodos de socialização. A socialização primária ocorreria em instituições como a família e a escola, pelas quais passamos em nossos períodos de infância e adolescência. A socialização secundária, por sua vez, se daria em instituições ligadas ao trabalho e outras atividades que se desenvolvem em nossa vida adulta e podem resultar no abandono de crenças antigas e na incorporação de novas. É claro que as unidades individuais experimentam as instituições de forma diferente, o que resulta não numa homogeneidade de crenças, mas numa diversidade compartilhada.

Nesses dois momentos os ativistas ou elites políticas possuem importância fundamental, pois um dos fatores que conduzem à incorporação de uma determinada crença é o prestígio de quem a transmite. Os valores e concepções políticas transmitidas por aquelas pessoas que ocupam posição de destaque na sociedade são mais facilmente assimilados pelos cidadãos médios, o que torna as elites importantes personagens não apenas na elaboração, mas também na difusão dos elementos que compõem a cultura política de uma nação ou grupo.

Em síntese, as elites importam e desconsideram que elas exercem influência no processo político seria, no mínimo, ingênuo. Em consequência, os valores desta elite importam mais do que o da população em geral, pois, querendo ou não, são os seus membros que estão no comando do processo decisório e suas decisões afetam um leque grande de pessoas.

Assim, se a cultura política deve ser considerada um importante fator explicativo para os fenômenos políticos contemporâneos, os valores, crenças e atitudes daquelas pessoas que estão mais diretamente envolvidas nos processos políticos possuem uma relevância ainda maior (GRYNSZPAN, 1996, LIMA e CHEIBUB, 1996, ALMEIDA e BRAUNERT, 2007, PERISSINOTTO *et al*, 2007, RIBEIRO e BOLOGNESI, 2008).

2.4 CULTURA POLÍTICA NO BRASIL

Assim como ocorreu no exterior, com destaque aos estudos de Putnam (1996), Inglehart (1988) e Diamond (1994), também no Brasil o período de renascimento da abordagem culturalista se manifestou a partir das últimas décadas do século XX por meio de pesquisadores que têm se dedicado à análise do caráter da cultura política nacional, relacionando-a ao fortalecimento do regime democrático ainda em período de consolidação.

Segundo Tonella (2011, p. 16),

as últimas décadas apresentam um saldo importante no processo de construção da democracia, pois apesar das deficiências, os países latino-americanos não optaram por novos arranjos autoritários e, um dado importante, as populações, no momento de identificar responsáveis pelo mau desempenho global, diferenciam cada vez mais o papel a ser desempenhado pelas instituições responsáveis pelo amadurecimento do regime.

A consolidação do regime democrático tem sido nos últimos anos um dos temas mais estudados por pesquisadores das Ciências Sociais. Dentre os vários enfoques presentes nestas investigações, destacam-se o crescente interesse pela análise da relação entre as orientações

políticas subjetivas dos indivíduos e o funcionamento desse sistema (RIBEIRO, 2002).

Nesse sentido, Baquero (2010) afirma que a cultura política desempenha papel fundamental no desenvolvimento da democracia, argumento com o qual corroboram Ribeiro e Borba (2011).

Nesse cenário, a obra “Os brasileiros e a democracia: bases sócio-políticas da legitimidade democrática” (1995), de José Álvaro Moisés, permanece como mais completa descrição e análise acerca da cultura política partilhada pelos cidadãos brasileiros.

Moisés trata do período entre 1974 e 1985, em que se destacou uma forte rejeição à cultura militar no Brasil, principalmente por conta de quatro fatores: a experiência com o terror do Estado despótico, a permanência do sistema político semidemocrático que permitiu algum descontentamento e oposição, favorecendo a organização de movimentos de massa, a crise econômica que afetou o país nas décadas de 1970 e 1980, e o processo de modernização econômica e social no período, que tornou a nação industrial e urbana.

O autor identificou os primeiros traços de mudança ainda em 1974, marcados pela indisposição pública eleitoral ao movimento militar, de modo que na década seguinte as lideranças de oposição começaram a fortalecer as manifestações favoráveis à abertura política do país, tendo como efeitos fundamentais a defesa das virtudes democráticas e o aumento da pressão por eleições diretas para governadores. Entretanto, como é sabido, o desgaste do regime militar não conduziu rapidamente à adesão democrática, tanto que apenas em 1989 tornou-se maior o número de brasileiros que preferiam a democracia à ditadura militar.

O autor discorre sobre uma espécie de “reserva” de legitimidade do regime democrático, uma medida decorrente da experiência recente brasileira com sistemas autoritários, que conduz à incorporação de valores e atitudes congruentes com a democracia e de expectativa de consolidação do regime, menos instável frente a problemas de desempenho econômico, desconfiança diante dos políticos e da ineficiência dos governos. Entretanto, a sucessão de fracassos nesse sentido ou problemas quanto à consolidação do regime tendem a diminuir essa “reserva”, de modo que, por consequência, diminuirá também a expectativa de melhoria do regime e, em períodos maiores com resultados sucessivos negativos, de manutenção da democracia (MOISÉS, 1995).

Cabe destacar ainda que em “Os brasileiros e a democracia” Moisés contribuiu também para a discussão acerca da grave desconfiança institucional que sempre se manifestou no Brasil, o que demonstrou que a democracia brasileira se encontrava aquém das expectativas dos cidadãos.

Desta forma, o aporte teórico e a construção empírica de Moisés se reportam a valores

analisados primeiramente por Almond e Verba e posteriormente classificados por Easton, que teorizou a questão da legitimidade democrática nos níveis difuso e específico.

Diante do exposto acerca da obra de Moisés, pode-se concluir que, segundo o autor, a legitimidade democrática estaria relativamente sedimentada no Brasil, o que não significa que não possam existir índices alarmantes de desconfiança nas instituições que representam tal regime, principalmente por conta da atuação dos ocupantes de cargos públicos frente aos problemas estruturais enfrentados pela nação.

Desta forma, o autor evidencia que enquanto o apoio difuso ao regime democrático se manifesta em alta medida, o apoio específico se apresenta menos consistente, um indicativo de distanciamento (ou *gap*) entre os tipos de apoio apresentados por Easton (1975) em relação à democracia.

Ademais, outros autores têm se dedicado ao estudo do conjunto de valores, crenças e atitudes políticas no Brasil, com vistas ao entendimento acerca dos fatores que contribuem ou desfavorecem a estabilidade e consolidação democrática no país, de modo que segue uma apresentação de alguns textos produzidos após a obra de Moisés comentada acima, destacados por sua relação com o objetivo desta pesquisa e pelo entendimento de que são relevantes à discussão pelos resultados encontrados.

No ano seguinte à publicação do livro de Moisés, Lima e Cheibub (1996) publicaram um artigo cujos dados se referiam a um *survey* sobre cultura política aplicado entre membros de quatro setores estratégicos da elite nacional por sua capacidade de apoio ou de oposição na superação de dilemas econômicos, políticos e sociais no Brasil: políticos, administradores públicos, empresários e líderes sindicais.

Questionados quanto ao Brasil ser ou não uma democracia, 65% dos entrevistados responderam positivamente, com diferenças percentuais consideradas estatisticamente insignificantes entre os setores analisados. Uma evidência de que os setores de elite pesquisados consideram democrático o regime instituído no país, é que poucos responderam que assegurar a manutenção do regime ou da ordem seria objetivo prioritário para a nação.

É relevante destacar ainda que, à exceção dos congressistas, todos os grupos analisados atribuem pouca influência política a si mesmos. Além disso, cientistas e intelectuais formam o grupo com menor influência no Brasil, ao passo que a televisão e a imprensa, na visão dos setores de elite em questão, seriam os grupos com maior influência política, opinião da qual apenas líderes sindicais discordaram quando da realização da pesquisa.

Quanto à influência do Congresso Nacional e dos partidos políticos, os líderes

sindicais entenderam que tais entidades teriam menos influência que bancos, empresas multinacionais, associações, organismos financeiros internacionais e grandes proprietários rurais, de modo que um grupo de interesses específicos e particulares comporia uma “elite do poder”, voltada aos interesses econômicos, o que demonstraria maior influência das instituições econômicas em relação às políticas no funcionamento da democracia no país.

Já os demais setores de elites analisados indicaram também baixa influência dos partidos políticos, mas destacaram o Congresso Nacional como um dos quatro grupos mais influentes no cenário político brasileiro, sendo que tal influência política estaria distribuída entre diversos grupos e instituições sociais, econômicas e políticas, sem a existência de uma “elite do poder”.

Analisando a relação entre a influência política do Congresso Nacional e dos partidos políticos e a identificação ideológica dos setores de elite pesquisados, Lima e Cheibub (1996) evidenciaram que independente do posicionamento entre esquerda e direita a maioria dos indivíduos em questão atribuiu média ou alta legitimidade às instituições mencionadas, o que permitiu inferir que visões ideológicas distintas não influenciariam significativamente a valorização das instituições democráticas em análise.

Os entrevistados afirmaram ainda que a influência política do Congresso Nacional e dos partidos políticos deveria ser aumentada e que o Congresso Nacional deveria ser a instituição mais influente dentre todas as consideradas na pesquisa, seguida dos partidos políticos. Tal resultado se caracterizou como um indicativo de uma valorização das instituições políticas da democracia (LIMA e CHEIBUB, 1996).

Os resultados encontrados por Lima e Cheibub (1996) corroboram a conclusão de Moisés (1995) de que o apoio difuso e o apoio específico à democracia no Brasil são identificados em medidas discrepantes, uma vez que o grande apoio ao regime democrático em termos abstratos não se repete quando se trata da avaliação das instituições e autoridades.

Em “O motivo edênico no imaginário social brasileiro” (1998), José Murilo de Carvalho se utilizou de dados de uma pesquisa encomendada pela Revista *Veja* ao *Vox Populi* e de outra realizada pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) na região metropolitana do Rio de Janeiro para discutir a vitalidade do motivo edênico no Brasil no fim do século passado e a visão negativa do povo brasileiro sobre si mesmo.

Segundo o autor, a presença do motivo edênico se manifesta desde a carta de Pero Vaz de Caminha ao rei de Portugal. No entanto, a expressão mais completa do edenismo está na “História da América Portuguesa”, de Rocha Pita, publicada em 1730, um hino patriótico que

se tornou a formulação clássica do ufanismo edênico brasileiro.

Carvalho apresentou dados que demonstram que a maior parte dos brasileiros e dos cariocas são orgulhosos ou muito orgulhosos do Brasil, com taxas expressivas em comparação aos demais países. No entanto, a relação entre patriotismo e educação permitiu ao autor inferir que os mais educados são mais críticos e, portanto, menos orgulhosos. Da mesma forma, quando do relacionamento com a variável idade, os indivíduos mais velhos se declararam mais orgulhosos do que aqueles com menos de 40 anos.

Questionados sobre os motivos pelos quais se sentiriam orgulhosos, um percentual expressivo de respondentes não soube indicá-los, ao passo que dentre os que apontaram motivos o mais citado foi a natureza¹⁴, ao que Carvalho (1998) indaga: “Como é que, 174 anos após a independência, os brasileiros ainda não conseguem encontrar razões para seu orgulho patriótico que tenham a ver com conquistas nacionais e não com fatores sobre os quais não têm controle?” Em correlação com a educação, a variável acima exposta apontou correlação negativa entre educação e capacidade de mencionar motivos de orgulho, enquanto maiores índices de educação também apontaram os fatores culturais como motivo de orgulho.

Foram apresentados ainda dados relacionados à auto-avaliação da imagem do brasileiro, bem como relacionados à confiança interpessoal, cuja principal constatação foi a de que tal variável se apresentou consideravelmente menor entre os jovens, ao passo que em termos de confiança em instituições, tanto brasileiros quanto cariocas indicaram confiança em medida expressiva apenas em seus parentes e líderes religiosos.

Em suma, Carvalho afirma que “se os concidadãos são pouco confiáveis ainda menos confiáveis são os representantes políticos” e ainda que o povo não se vê como ator inserido no processo político e lhe resta apenas a beleza natural do país. Além disso, o autor identificou que assuntos relacionados às questões sociais (incluindo educação e saúde), política e corrupção e segurança eram os maiores motivos de vergonha nacional, sendo que os indivíduos mais educados apontaram os políticos, a corrupção e a educação como maiores vergonhas, ao passo que os menos escolarizados destacaram pobreza e violência em suas respostas.

Em estudo publicado há uma década, Baquero (2001) afirmava que nos últimos anos as pesquisas de opinião pública revelaram um declínio acentuado na confiança depositada pelos brasileiros nas instituições políticas e na classe política, de modo que mesmo tendo havido modificações nas atitudes e no comportamento dos brasileiros em relação à política,

¹⁴ Como natureza o autor classificou todas as respostas relacionadas às belezas naturais do país, inclusive a beleza feminina (CARVALHO, 1998).

em sua essência a descrença persiste.

Nesse sentido, o enriquecimento de uma pequena parcela da população frente à incerteza financeira e social enfrentada pela maior parte dos brasileiros em virtude de variações econômicas e da falta de atendimento de suas necessidades sociais tem ocorrido, ao menos em parte, por conta da reprodução da dominação exercida pela minoria dominante.

Já Ribeiro (2008), em pesquisa que utilizou dados do WVS referentes à quarta onda de investigações, de 1997, criou um modelo sobre as dimensões da legitimidade democrática, composto por cinco partes: comunidade política (patriotismo e disposição em lutar pelo país), apoio aos princípios do regime (aumento da participação do povo nas decisões importantes do governo e garantia da liberdade de expressão), avaliação do desempenho concreto do regime (avaliação do sistema político atual e expectativa para o sistema político daqui a 10 anos), instituições do regime (confiança no Congresso, partidos políticos, serviços públicos, Governo Federal e leis, justiça ou sistema legal) e apoio às autoridades políticas (satisfação com condução do país pelo governo, corrupção nos órgãos públicos e atuação do governo no combate à pobreza).

A análise exploratória evidenciou a inexistência de associações estatisticamente significativas entre a dimensão do apoio aos princípios do regime e os demais fatores. Os brasileiros demonstraram adesão acentuada aos valores fundamentais da democracia, mas tal apoio não se apresentou associado a nenhuma outra medida latente, “ou seja, a valorização da participação e da liberdade não se relaciona significativamente com a identificação dos indivíduos com a comunidade e menos ainda com as avaliações acerca do desempenho do regime, das suas instituições ou autoridades políticas”, indicando um *gap* entre apoio difuso e específico no nível nacional, como documentado anteriormente por Moisés (1995) e Lima e Cheibub (1996), o que poderia sugerir que apesar das avaliações negativas acerca do funcionamento concreto do sistema político a adesão aos seus princípios básicos continue existindo, compondo um reservatório de legitimidade (RIBEIRO, 2008).

Em se tratando da discussão sobre legitimidade democrática por autores nacionais, o pesquisador afirma ainda que nas últimas décadas o tema tem ganhado destaque na ciência política em nível internacional, a ponto de investigações comparativas ou sobre nações específicas renderem grande volume de publicações dedicadas à identificação dos níveis de apoio dispensados ao sistema de modo geral e às suas partes pelos cidadãos, além de verificar seu impacto nos processos de implantação, consolidação e aprofundamento da democracia (RIBEIRO, 2008).

Salvo raras exceções, os pesquisadores do tema pressupõem que o fenômeno deve ser

considerado multidimensional para ser bem compreendido, com diferentes tipos de orientações e atitudes para objetos políticos variados, sendo que o consenso acerca da complexidade da questão não impede a proposição de diferentes estruturas dimensionais, com número variável de objetos de apoio, o que leva à grande diversidade de modelos, com diferentes graus de parcimônia.

Ribeiro (2008, p. 140) ressalta que

Mensurar o grau de apoio político dispensado pelos cidadãos de uma sociedade em relação ao sistema político vigente é realmente uma tarefa complexa. Ainda que alguns analistas insistam em empregar medidas sintetizadoras, a maioria das abordagens tem concordado acerca da necessidade de estudar esse fenômeno a partir de uma perspectiva multidimensional.

Tais pesquisas comumente não dedicam a devida atenção à validação empírica dessa multidimensionalidade, sendo que poucos pesquisadores empreendem tal análise com vistas à identificação da efetiva distinção na realidade objetiva e dos padrões de relacionamentos existentes (RIBEIRO, 2008).

Nesse sentido, o autor comenta ainda que

[...] Sendo assim, acreditamos ser possível apontar a necessidade de estudos que, se debruçando sobre o constructo normalmente empregado nos estudos sobre legitimidade, tratem de verificar quais dimensões são efetivamente existentes no nível empírico, quais variáveis compõem cada uma delas, bem como a natureza do relacionamento estabelecido entre as mesmas (RIBEIRO, 2008, p. 122).

Dentre os pesquisadores da legitimidade democrática, destaca-se a abordagem proposta por Easton, para quem a compreensão de tal questão está no apoio político, resultado do apoio difuso e específico, conforme tratado em seção anterior.

As fontes da legitimidade também se separam em dois grupos: o nível de apoio dispensado pelos cidadãos aos objetos políticos dependeria dos longos e contínuos processos de socialização política, que formam valores, crenças e ideologias políticas e podem ser congruentes ou não com o sistema político, de modo a contribuir para a sua estabilidade ou crise. Além disso, a legitimidade seria ainda resultado de experiências dos indivíduos com o funcionamento real do sistema político, por meio da avaliação positiva ou negativa de seu desempenho concreto (MOISÉS, 1995, 2005, RIBEIRO, 2008, 2011).

Segundo Moisés (2005, p. 92):

Uma vantagem evidente da perspectiva proposta sobre as abordagens tradicionais do tema é que a explicação da confiança política radica nas próprias instituições e não

em outros fatores. Mas longe de sugerir uma perspectiva institucionalista desenraizada de seu contexto social, a ênfase posta na experiência dos cidadãos com as instituições restabelece a relação entre as dimensões micro e macro da política, ou seja, reconhece que as atitudes individuais afetam e são afetadas pelo desempenho das instituições.

Destaque-se que as pesquisas sobre confiança política permeiam as publicações recentes do autor, dentre as quais o livro “Democracia e confiança: porque os cidadãos desconfiam das instituições públicas?” (2010), organizado por Moisés, que se dedica à discussão acerca dos elementos que contribuem à ampliação e atualização do debate contemporâneo da relação entre confiança e democracia, cujos textos discutiram o conceito de confiança e “apresentaram resultados de várias pesquisas empíricas envolvendo a relação entre adesão à democracia, a satisfação com o regime democrático e a confiança em instituições públicas em diferentes países da América Latina, da Europa e da Ásia” (MOISÉS, 2010, p. 297), em clara referência, novamente, aos níveis de apoio definidos por Easton (1975).

Por sua vez, em artigo recente que objetivava avaliar os limites da democracia formal no Brasil e a manutenção das desigualdades no país, Baquero e Linhares (2010) discorreram sobre a forma como, na perspectiva da cultura política, os indivíduos percebem e atuam no cenário político de modo a contribuir ou não para a solidificação do regime democrático. Segundo os autores, “a grande questão é saber em que medida a cultura influencia atitudes democráticas e como essas produzem comportamentos democráticos na sociedade” (BAQUERO e LINHARES, 2011, p. 800).

A partir de dados do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) de 2002 e de 2006, os referidos autores identificaram em questão relacionada ao nível difuso de apoio (EASTON, 1975), um aumento no percentual de brasileiros que entendem que a democracia é sempre melhor do que qualquer forma de governo, acompanhada da queda do número de cidadãos que declarou que em algumas situações a ditadura é melhor que a democracia.

Além disso, Baquero e Linhares (2010) identificaram um aumento significativo do percentual de brasileiros satisfeitos ou muito satisfeitos com o funcionamento da democracia no país, o que implica numa elevação de apoio específico ao regime democrático (EASTON, 1975) e reduções dos percentuais de entrevistados que entendiam que algum partido político representaria sua maneira de pensar e de que algum candidato representaria sua maneira de pensar.

Por fim, a avaliação das instituições políticas e sociais apontou “para os baixos níveis de avaliação dos brasileiros em relação às instituições políticas, pontualmente os partidos

políticos e o Congresso, no processo de construção democrática”, o que se constitui em indício de que em médio ou longo prazo pode se consolidar um processo de enfraquecimento democrático (BAQUERO e LINHARES, 2010, p. 803).

Baquero e Linhares (2010, p. 807) concluem sua pesquisa afirmando que

Os dados analisados sinalizam que o fortalecimento da democracia na sua dimensão social depende das condições econômicas de um país. A democracia pode estar consolidada no Brasil em sua forma procedimental, contudo, a falta de uma base normativa de apoio democrático, põe a legitimação democrática em risco.

Assim, nos termos propostos por Easton (1975), o apoio específico à democracia no Brasil, conforme os dados apresentados por Baquero e Linhares (2010), se daria em menor medida do que aquela referente ao apoio difuso, inferência que encontra-se em consonância com o exposto por Moisés (1995, 2005), Lima e Cheibub (1996) e Ribeiro (2008, 2011) quanto à lacuna existente entre as duas formas de apoio no Brasil.

Em se tratando de pesquisas que tratam especificamente de segmentos de elites, além da pesquisa desenvolvida por Lima e Cheibub (1996) em nível nacional, no âmbito do estado do Paraná cabe destacar as pesquisas realizadas pelo Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira da Universidade Federal do Paraná, cujos estudos sobre cultura política e elites proliferaram desde o fim do século passado, com destaque ao livro “Quem governa? Um estudo das elites políticas do Paraná” (2007), organizado por Renato Perissinotto e colaboradores, que apresentou uma análise sobre as elites administrativas, partidárias e políticas paranaenses no período compreendido entre os anos de 1995 e 2002.

Dentre as discussões apresentadas na obra, ressaltamos algumas conclusões. A primeira, destacada quando da discussão acerca da origem social e perfil da elite em questão, foi a proximidade do tipo de indivíduos que compunham tais elites e o governador do estado do Paraná no período, Jaime Lerner (CODATO e GOUVÊA, 2007). Outro ponto relevante foi a descoberta de que houve migração de membros da elite administrativa entre partidos no período analisado em favor do então Partido da Frente Liberal (PFL), ao qual pertencia o governador na época (CODATO e ALMEIDA, 2007). Além disso, dados apresentados demonstram que a elite paranaense era composta em sua maioria por indivíduos com orientação ideológica de esquerda ou centro-esquerda, diferentemente do governador no período (ALMEIDA e BRAUNERT, 2007, PERISSINOTTO e BRAUNERT, 2007, BRAUNERT e ALMEIDA, 2007).

No cenário local, Tonella (2008, 2011) empreendeu *surveys* sobre cultura política com

dirigentes de entidades sociais e com a população em geral, ambas residentes na mancha urbana da Região Metropolitana do Município de Maringá.

O primeiro apresentou uma análise descritiva acerca de dados demográficos, entendimento quanto aos deveres dos cidadãos e quanto a questões políticas, importância do voto, participação em outras instituições e em mobilizações políticas, níveis de confiança política, avaliação da democracia no Brasil, opinião em relação à democracia, nível de concordância em relação a reivindicações para melhoria dos serviços públicos, posicionamento no espectro político, entendimento quanto às instituições que melhor defendem seus interesses, identificação partidária, entendimento quanto à integração em espaços desde o bairro até a América do Sul, interesse por política, formas de participação política e discussão de temas polêmicos. Tonella (2008) concluiu que as lideranças entrevistadas manifestaram comportamento conservador e legalista frente a questionamentos que os instigaram a assumir posicionamentos, além de demonstrarem conhecimento sobre a vida pública e demonstrarem alta medida de eficácia política subjetiva.

A pesquisa mais recente também se dedica a uma análise descritiva, porém tomando por base uma amostra da população dos municípios de Maringá, Sarandi e Paiçandú, acerca das variáveis demográficas, bem como de seu interesse por política, posicionamento político, identificação partidária, posicionamento no espectro ideológico, participação em mobilizações políticas convencionais e não convencionais, associativismo, avaliação do sistema político, entendimento quanto às instituições que melhor defendem seus interesses e quanto à relação entre gênero e capacidade de liderança política e discussão de temas polêmicos. Dentre os resultados encontrados destacam-se a confiança no regime democrático manifestada em questão acerca da percepção dos entrevistados quanto à democracia e ainda a alta desconfiança atribuída aos políticos, partidos políticos e aos juízes (TONELLA, 2011)¹⁵.

Diante do exposto, apresenta-se relevante a discussão acerca da cultura política no cenário brasileiro, especialmente visando o entendimento da relação entre o apoio abstrato e o apoio específico ao regime democrático, uma vez que mesmo havendo um grande número de pesquisas que apontam altas medidas de apoio à democracia enquanto regime, existem outras várias que tratam da desconfiança dos brasileiros em relação às instituições democráticas,

¹⁵ Os resultados das pesquisas realizadas por Lima e Cheibub (1996), Perissinotto et al (2007) e Tonela (2008, 2011), no que concerne ao apoio difuso e específico ao sistema democrático, serão abordados no Capítulo 7, que trata da análise comparada dos resultados da presente pesquisa com as demais pesquisas mencionados nesta nota.

discrepância que reitera o *gap* que discutiram Moisés (1995, 2005) e Ribeiro (2008) a partir da teoria de Easton (1975).

3 METODOLOGIA

O presente capítulo encontra-se dividido em três seções, quais sejam: a primeira trata da definição do instrumento de análise utilizado na pesquisa e dos procedimentos de coleta de dados, a segunda descreve a seleção do objeto de pesquisa e a definição da amostra e a terceira expõe as ferramentas utilizadas para análise dos dados coletados.

3.1 INSTRUMENTO PARA COLETA DE DADOS

A coleta de dados para esta pesquisa se deu por meio da utilização da metodologia de *survey*, que consiste na obtenção de informações sobre características ou opiniões de determinado grupo de pessoas, considerado como amostra representativa de uma população, utilizando, para tanto, ferramentas de pesquisa, dentre as quais a mais usual é o questionário.

Babbie (1999) destaca que *surveys* são pesquisas semelhantes a censos, dos quais se diferenciam pelo fato de que examinam apenas uma amostra da população, ao passo que os censos geralmente implicam no exame da população como um todo. Tal método de pesquisa visa compreender a população maior a qual pertence a amostra selecionada de modo a desenvolver proposições gerais sobre o comportamento humano utilizando o menor número possível de variáveis.

Para Freitas (2000), o *survey* é o método apropriado para o desenvolvimento de pesquisas quando:

- se deseja responder questões do tipo 'o quê?', 'por que?', 'como?' e 'quanto?', ou seja, quando o foco de interesse é sobre 'o que está acontecendo' ou 'como e por que isso está acontecendo',
- não se tem interesse ou não é possível controlar as variáveis dependentes e independentes,
- o ambiente natural é a melhor situação para estudar o fenômeno de interesse,
- o objeto de interesse ocorre no presente ou no passado recente.

A presente pesquisa adotou o questionário como instrumento para coleta de dados.

Considerando o objetivo proposto, não foi possível utilizar bases de dados já existentes, de modo que o primeiro passo necessário foi a construção de um questionário.

Para tanto, foram pesquisados diversas fontes e tipos de materiais, dentre os quais teses, dissertações, monografias, artigos e bases de dados, a fim de identificar a recorrência e variedade de questões apresentadas, com vistas à formulação de um questionário que contemplasse questões que permitissem as mais variadas análises.

Os materiais utilizados como referencial para a construção do questionário utilizado nesta pesquisa foram LAPOP (2007), Ribeiro (2008), Ribeiro e Bolognesi (2008), Ribeiro (2007), Venturini (2007), Amorim (2006), Bolognesi (2006), Codato, Costa e Perissinotto (2006), WVS (2006), Braunert (2005), Latinobarómetro (2005), Perissinotto, Gouvêa e Codato (2005, 2005b), Codato (2004), Perissinotto (2003) e Lima e Cheibub (1996).

A partir da análise acerca das variáveis mensuradas em tais pesquisas, bem como de sua compatibilidade como tema proposto, o questionário intitulado “Cultura política e elites não-estatais” foi produzido contemplando questões relacionadas aos seguintes temas: demografia, nível de satisfação com a vida, materialismo e pós-materialismo, avaliação do sistema político, avaliação dos gestores públicos, pobreza e questões sociais, políticas públicas e redução das desigualdades sociais, orientação diante da lei, pragmatismo político, interesse por política, adesão à democracia, características fundamentais da democracia, preferência por decisão democrática, participação política convencional, obstáculos ao regime democrático, situações em que o fim da democracia se justificaria, participação política não convencional, confiança interpessoal, confiança em grupos de pessoas, confiança em instituições, aceitação do conflito social, posicionamento no espectro ideológico, elitismo, distributivismo, opinião sobre hierarquia social, participação voluntária, patriotismo e eficácia política subjetiva. O questionário encontra-se no Anexo 1.

Foi verificado ainda que as pesquisas de *survey* desenvolvidas por organismos internacionais (WVS, LAPOP e Latinobarómetro), bem como algumas nacionais, utilizavam cartões de respostas com vistas à melhor visualização pelos entrevistados de alternativas referentes a questões que exigiam maior raciocínio. Nesse sentido, foram confeccionados cartões para as variáveis que julgamos necessitarem de tal ferramenta, cujos modelos seguem no Anexo 2.

Posteriormente foram introduzidas no questionário questões relacionadas à participação em fundações e associações privadas sem fins lucrativos (FASFIL¹⁶), com vistas

¹⁶ São muitas as definições acerca de tal grupo de entidades, como Terceiro Setor, sociedade civil organizada, organizações não-governamentais (ONGs), fundações privadas e associação sem fins lucrativos, dentre outros.

à identificação de características específicas do segmento da elite não-estatal maringense escolhido para análise, cuja seleção segue descrita na seção seguinte.

Definido o questionário, foram realizadas duas rodadas de pré-testes, com pessoas de diferentes sexos, idades, escolaridades e profissões, visando identificar possíveis problemas quanto à interpretação do questionário e utilização dos cartões de respostas. As observações apresentadas nos pré-testes foram consideradas e, corrigido o questionário, verificou-se que o tempo estimado de aplicação seria de 40 minutos.

Cabe salientar que apesar do questionário contemplar diversos grupos de questões apenas aquelas relacionadas às características demográficas, identificação ideológica, interesse por política, eficácia política subjetiva e relacionadas ao apoio difuso e específico à democracia foram utilizadas na presente pesquisa. Assim, a base de dados dispõe ainda de muitas variáveis que poderão subsidiar estudos posteriores.

3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA

Paralelamente à confecção do questionário e dos cartões de respostas foi discutida a realização de pesquisa amostral ou censitária entre a elite não-estatal do município de Maringá. Considerando que tal grupo é composto por diversos segmentos, dentre os quais podemos destacar a elite empresarial, sindical e dirigentes de entidades sociais, e ainda que todos esses grupos e os demais componentes da referida elite possuem influência política no município fizemos a opção metodológica de estudar apenas um segmento da elite não-estatal municipal.

Desta forma, o segmento escolhido é composto por dirigentes de FASFIL, uma vez que tais indivíduos atuam como agentes políticos na medida em que são responsáveis pelo desenvolvimento de atividades voltadas às mais diversas finalidades sociais e ainda pelo fato de que muitos participam de conselhos gestores e, por conseguinte, da proposição, elaboração e implementação de políticas públicas no âmbito municipal, opinião corroborada por Tonella (2008, pp. 2-3), que afirma que

Conforme levantamento produzido por Ripari (2010), em pesquisa acerca da análise do discurso e de inflexões do terceiro setor, existem mais de vinte diferentes denominações para o grupo de entidades cujos dirigentes foram alvos desta pesquisa. Diante das várias denominações e de seus diversificados conceitos, para a consecução da presente pesquisa optou-se pela utilização do termo jurídico empregado à tais entidades pelos órgãos e entidades vinculados ao Estado brasileiro. O termo FASFIL é utilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nas pesquisas intituladas “As fundações provadas e associações sem fins lucrativos no Brasil”, divulgadas trienalmente desde 2002, e na legislação federal que trata das fundações provadas e associações sem fins lucrativos.

Os dirigentes são agentes políticos, pois estão em contato permanente com a elaboração/proposição de políticas públicas. Pressupõe-se que tenham um poder de influência maior que o cidadão comum, que estejam mais entrosados na sociedade local e tenham capacidade de acelerar ou retardar processos de participação, já que excecem também uma função educativa em relação aos componentes de suas associações e mesmo de toda a sociedade local.

Tais indivíduos possuem mais influência que os cidadãos comuns no processo de gestão de políticas públicas, o que permite afirmar que seus valores, crenças e atitudes políticas os diferenciam do restante da população, tornando possível considerá-los como uma elite não estatal.

Retomando a discussão sobre as FASFIL, o último levantamento oficial acerca de tais entidades foi divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2008 e trata da exposição de dados referentes ao ano de 2005. Segundo tal pesquisa, existiam em Maringá na metade da década passada 744 entidades, sendo que o município era o terceiro no estado do Paraná em número de FASFIL, possuindo menos instituições apenas que Curitiba (4.264) e Londrina (1.317).

Por se tratar de um número consideravelmente desatualizado, uma vez que o levantamento apresentava informações de cinco anos atrás quando do momento de definição do grupo a ser pesquisado, e ainda considerando que no relatório do IBGE havia apenas informações absolutas sobre as entidades, foi necessário um recorte na determinação da população a ser entrevistada.

Considerando que a constituição de tais entidades é facultada aos fundadores, mas o recebimento de recursos estatais para a execução das atividades decorre de um processo de avaliação da utilidade das ações desenvolvidas que implica numa legitimação do trabalho desenvolvido por tais entidades pelo Estado, foram considerados como população da pesquisa os dirigentes de entidades sociais legalmente constituídas como FASFIL no município de Maringá (PR) detentoras de algum título de reconhecimento concedido pelo Governo Federal, quais sejam: Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), Utilidade Pública Federal (UPF) ou Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP).

Conforme levantamento realizado junto aos órgãos oficiais responsáveis pelo reconhecimento das entidades, realizado em outubro de 2010, o número de organizações maringaenses detentoras de pelo menos um dos certificados acima mencionados foi de cento e treze FASFIL.

Definido o recorte metodológico da pesquisa, procedeu-se à discussão sobre a

realização de um censo ou de uma pesquisa amostral entre os dirigentes de tais entidades. Decidiu-se por realizar uma pesquisa amostral em virtude do tempo a ser empreendido para a consecução das entrevistas, uma vez que foi necessário localizar endereço e telefone das entidades, estabelecer contato com as FASFIL na tentativa de agendar as entrevistas e realizá-las de fato.

No que se refere à amostra a ser utilizada na pesquisa, a literatura especializada afirma que a melhor amostra é aquela que representa a população ou se configura em um modelo dela e salienta que há aspectos que devem ser fortemente considerados, como a clareza do objetivo da pesquisa e os critérios de elegibilidade dos respondentes, ou seja, as condições que definem se um determinado indivíduo pode ou não participar da amostra (FREITAS, 2000).

Nesse sentido, o tamanho da mesma corresponde ao número necessário de respondentes para que os resultados obtidos sejam precisos e confiáveis, sendo que o aumento do tamanho da amostra diminui o erro dentro de um limite, após o qual não há mais contribuição agregada na coleta de um número maior de questionários.

O estabelecimento do tamanho da amostra deve ser realizado levando-se em consideração se o universo é finito ou infinito, o nível de confiança estabelecido, o erro permitido e a proporção em que a característica abordada na pesquisa se manifesta na população (FREITAS, 2000, p. 107).

Nesse sentido, para a coleta de dados foi calculada uma amostra representativa do segmento de elite não-estatal maringense definido como objeto de pesquisa com nível de confiança de 95% e intervalo de confiança de 5%, o que resultou na quantidade de oitenta e duas entrevistas a serem realizadas.

As FASFIL que compuseram a amostra foram sorteadas aleatoriamente e, estabelecido o contato, foram entrevistados dirigentes que exercem as funções de presidente, vice-presidente, coordenador ou diretor geral da entidade, uma vez que a nomenclatura dos cargos varia conforme a estrutura hierárquica da instituição. A relação das entidades que compuseram a amostra é apresentada no Anexo 3.

A coleta de dados foi realizada entre os meses de outubro de 2010 e março de 2011 e a maior dificuldade encontrada no período foi contatar os dirigentes das organizações, já que a maior parte destes desenvolve outras atividades em horário comercial e não se encontravam nas entidades quando do estabelecimento do contato.

3.3 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE

Os dados coletados por meio da aplicação dos questionários foram tabulados com o software *PASW Statistics 18*, por meio do qual foi possível a realização de análise estatística descritiva e bivariada das variáveis utilizadas para a presente pesquisa.

Os dados foram inicialmente analisados por meio de técnicas estatísticas descritivas, como distribuições percentuais, medidas de tendência central e de variabilidade (BOHRNSTEADT E KNOKE, 1988, BARBETTA, 2005).

Na etapa seguinte, por meio de análise bivariada foram testadas hipóteses sobre as associações entre variáveis demográficas e relacionadas à participação em FASFIL e conselhos gestores, ao engajamento político e, em alguns casos, medidas quantitativas de apoio difuso à democracia com variáveis que tratam das medidas abstrata e avaliativa da adesão ao referido sistema político, apontadas pelos modelos teóricos. Devido a natureza discreta dos dados foram empregados testes de associação Kendall's Tau c, úteis quando o pesquisador pretende estimar modas de uma variável X a partir do conhecimento de uma variável Y (BOHRNSTEADT E KNOKE, 1988).

O teste de Kendall's Tau c, ou apenas Tau c, é útil para a identificação de associação estatística entre duas variáveis ordinais cujas escalas de medidas possuem diferentes números de graus, o que significa que seus cruzamentos não resultam em uma tabela quadrada.

A relevância do teste adotado se dá pelo fato de que o procedimento estatístico adotado é mais refinado que os demais testes, já que o Tau c considera todos os pares em sua análise, inclusive aqueles coincidentes, que são desprezados quando do cálculo do teste Gamma. Assim, apesar de resultar em menores valores quando comparados àqueles encontrados pelo teste Gamma, a realização do teste Tau c apresenta um ganho na qualidade das associações encontradas, uma vez que estas resultam de procedimentos mais rigorosos de análise estatística (BOHRNSTEADT E KNOKE, 1988).

Cabe destacar que para que fosse possível a realização do teste de associação acima descrito foi necessária a recodificação de algumas variáveis e a reclassificação de outras, de modo que todas se tornassem variáveis ordinais, caracterizadas pela possibilidade de disposição de seus valores em escalas crescentes ou decrescentes. As variáveis que sofrerem recodificação ou reclassificação serão expostas quando da apresentação de seus resultados (BOHRNSTEADT e KNOKE, 1988).

Para a realização de todos os testes de associação referentes a questões relacionadas à política e à adesão normativa e avaliativa da democracia foram utilizadas as variáveis sexo,

idade, escolaridade, raça, religião, estado civil, renda familiar, vínculo empregatício, classe social, participação em conselhos gestores, tempo de participação na FASFIL e participação em outras FASFIL.

A variável sexo foi codificada com 0 = feminino e 1 = masculino, de modo a identificar a presença ou ausência do gênero masculino nos entrevistados. A utilização desta variável visou destacar discrepâncias de valores acerca da política e das medidas de apoio difuso e específico entre os dirigentes de FASFIL.

Quanto a idade, esta foi utilizada no sentido de verificar diferentes posicionamentos dos indivíduos de diferentes faixas etárias, conseqüentemente submetidos a períodos diversos de socialização, com relação à política e ao apoio à democracia.

A variável escolaridade é comumente abordada como fator influente em termos de entendimento sobre política e os resultados dos testes de associação visaram destacar a influência da escolarização nas opiniões dos entrevistados.

Em se tratando de raça, a variável foi recodificada com 0 = outras etnias e 1 = branco, com vistas à identificação de variações nos posicionamentos de dirigentes pertencentes à maioria ou minorias étnicas (negros, pardos, indígenas e orientais).

Já em relação à religião, a variável foi reclassificada de modo a gerar três novas variáveis, referentes às religiões católica, evangélica e espírita, com valores 0 = não pertence a nenhuma religião ou pertence a outras religiões e 1 = pertence a religião católica/evangélica/espírita, separadamente. Tal procedimento visou a identificação de associações relacionadas à crença religiosa dos dirigentes das FASFIL por meio de características consonantes ou destoantes em termos de política e adesão à democracia.

A variável estado civil foi reclassificada de modo a gerar duas novas variáveis, referentes aos estados civis casado e solteiro, com valores 0 = não casado/não solteiro e 1 = casado/solteiro, separadamente. Tal procedimento visou a identificação de associações relacionadas ao estado civil dos dirigentes de FASFIL na tentativa de destacar características destoantes entre os indivíduos casados ou solteiros em comparação com os valores do grupo.

Assim como escolaridade, renda familiar é tratada como influente em termos de entendimento sobre a cultura política dos indivíduos e, portanto, relevante em termos de relacionamentos com política e apoio democrático.

O vínculo empregatício foi utilizado para determinação de discrepâncias ou similaridades entre os valores de dirigentes que têm nas entidades das quais são gestores sua principal fonte de renda e aqueles que possuem empregos nos setores público ou privado e atuam nas FASFIL de maneira voluntária.

De modo semelhante a renda familiar, a utilização da variável classe social teve por finalidade a identificação de diferenciação de opiniões quanto a política e as medidas de apoio à democracia por parte dos dirigentes de FASFIL.

Sobre a utilização de tais variáveis, Ribeiro (2010b, p. 210) destaca em sua pesquisa acerca da subrepresentação feminina no Brasil que algumas destacam-se como atributos fundamentais dos entrevistados, como sexo, idade, escolaridade, renda, estado civil, religião, classe social e raça, o que justifica a realização dos cruzamentos de características demográficas com variáveis relacionadas às medidas de apoio ao democratismo. Além deste, já em 1992 autores como Albuquerque, Reis e Castro, Balbachevsky, Ponte e McDonough *et al* utilizaram em suas pesquisas, constantes em edição especial da Revista Lua Nova, variáveis demográficas para identificação de relacionamentos entre variáveis.

A variável participação em conselhos gestores foi utilizada com o intuito de verificar se dirigentes de FASFIL que ocupam atualmente cadeiras nos conselhos gestores vinculados à SASC no município de Maringá são detentores de uma cultura política diferenciada dos demais gestores de entidades. O tempo de participação na FASFIL foi adotado para verificação da relevância da maior vinculação em termos de participação por parte dos entrevistados nas entidades das quais são dirigentes com variáveis relacionadas à política e apoio à democracia. Por fim, a variável participação em outras FASFIL considerou a informação de o dirigente atuar em alguma outra entidade social além daquela que dirige como possível fator determinante de sua cultura política.

Além das variáveis acima destacadas, a variável interesse por política foi incluída nos testes de associação referentes à eficácia política subjetiva, identificação ideológica e medidas de apoio, uma vez que o nível de interesse por política manifestado pelo indivíduo poderia indicar diferentes valores em termos de cultura política (MOISÉS, 1992; ALBUQUERQUE, 1992; BALBACHEVSKY, 1992).

Assim como o interesse por política, a variável eficácia política subjetiva, entendida nos termos de Almond e Verba (1989), foi também incluída na bateria de variáveis com as quais foram testadas a identificação ideológica e as questões relacionadas ao apoio difuso e específico à democracia. Tal incremento se justifica pelo fato da variável em questão tratar do entendimento do indivíduo quanto à sua influência no cenário político, medida que pode se relacionar diretamente a seus valores políticos.

Da mesma maneira, a identificação ideológica foi também inserida no rol de variáveis a serem testadas com aquelas relacionadas às medidas de apoio à democracia, uma vez que o posicionamento dos indivíduos no espectro ideológico é fator relevante para suas opiniões em

termos de cultura política (ALBUQUERQUE, 1992; REIS E CASTRO, 1992; BALBACHEVSKY, 1992).

Em se tratando especificamente das variáveis referentes ao apoio difuso, a opinião sobre a democracia, o índice de adesão ao sistema político democrático e a medida de importância de viver em um país governado de maneira democrática foram adicionados ao grupo de variáveis testadas com as baterias de questões sobre características fundamentais da democracia e de participação política e ainda com aquelas que tratam do apoio específico ao regime, já que tais variáveis se caracterizam como medidas quantitativas de adesão normativa.

Por fim, a variável medida de entendimento de que o Brasil está sendo governado de maneira democrática hoje foi testado em termos de associação com as baterias de questões referentes à avaliação do sistema político, confiança em instituições democráticas e avaliação do desempenho dos gestores por se tratar de medida quantitativa de adesão avaliativa da democracia.

Em se tratando dos resultados de tais testes, foram considerados estatisticamente válidos aqueles cruzamentos cuja significância atingiu valor menor ou igual 0,05, o que significa a probabilidade de erro de um a cada vinte casos, utilizada em pesquisas de diversas áreas de conhecimento, inclusive nas Ciências Sociais.

Faz-se relevante mencionar ainda a afirmação de Ribeiro e Bolognesi (2008), quando da conclusão de sua pesquisa acerca da elite política paranaense¹⁷, de que

Uma análise adequada dos pressupostos da sofisticação e coerência do sistema de valores e crenças de uma elite política [...] deveria adotar um procedimento comparativo na análise de dados de survey que confrontasse as orientações desse grupo com aquelas partilhadas pela população em geral, composta pelos 'homens comuns' que não têm a política como atividade fundamental.

Desta forma, além da análise descritiva e bivariada dos dados coletados a partir do *survey* realizado para a presente pesquisa, os mesmos serão comparados àqueles referentes à população brasileira, conforme dados disponíveis nas pesquisas mais recentes divulgadas pelo WVS (2006), Latinobarómetro (2007) e LAPOP (2010) e às pesquisas sobre cultura políticas

¹⁷ A pesquisa analisou uma base de dados produzidos pelo Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira da Universidade Federal do Paraná (NUSP/UFPR) referente a um *survey* aplicado aos deputados estaduais, ocupantes de cargos no interior dos partidos políticos e representantes da burocracia estadual nas gestões dos governadores Jaime Lerner (1995-98 e 1999-2002) e Roberto Requião (2003-06).

de elites emprendidas por Lima e Cheibub (1996), Perissinotto *et al* (2007) e Tonella (2008, 2011).

4 CARACTERIZAÇÃO DO SEGMENTO DE ELITE NÃO-ESTATAL

Considerando o ambiente definido para a pesquisa como sendo o município de Maringá faz-se necessária uma breve apresentação da cidade e de sua população antes de tratarmos da caracterização da amostra analisada.

A cidade de Maringá, localizada na região noroeste do estado do Paraná, foi fundada em 1947 e emancipada politicamente em 1951. Atualmente, o município de porte médio é o terceiro maior do estado e se destaca como pólo agroindustrial.

Nos dias atuais, a população de Maringá é de 357.077 pessoas, com taxa de crescimento de 19,21% desde o último censo, realizado em 2000, percentual que supera em muito a média paranaense de crescimento de 8,48%. A população do município é predominantemente urbana (98,2%) e feminina, uma vez que as mulheres representam 51,91% dos habitantes da cidade. Em termos de idade, 61,43% dos habitantes possuem até 39 anos, 33,41% entre 40 e 69 anos e 5,16% acima de 70 anos de idade. Os dados apontam ainda que 90,4% dos maringaenses com mais de cinco anos de idade são ao menos alfabetizados e que a população se declarou predominantemente branca (70,84%), ao passo que pardos representam 22% dos maringaenses, amarelos 3,65%, negros 3,4% e indígenas 0,11%. (IBGE, 2010).

Conhecido o local onde os indivíduos componentes do segmento de elite não-estatal pesquisado se situam, é possível tratar de sua caracterização. Nesse sentido, o presente capítulo encontra-se dividido em quatro seções, quais sejam: a primeira apresenta os dados demográficos da amostra pesquisada, a segunda destaca informações básicas sobre as instituições das quais os entrevistados são dirigentes e expõe o engajamento de tais indivíduos em entidades sociais, a terceira discorre sobre variáveis relacionadas diretamente à política, sendo estas o interesse pelo assunto, a eficácia política subjetiva e o posicionamento no espectro ideológico dos entrevistados, e a quarta sintetiza os dados dispostos nas demais seções, de modo a traçar um perfil dos dirigentes de FASFIL maringaenses que possuem certificados concedidos pelo Governo Federal.

4.1 DADOS DEMOGRÁFICOS

Os dados coletados evidenciaram a predominância masculina entre os entrevistados (58,5%). Já em se tratando da idade, observou-se uma grande variação entre os respondentes, com respostas entre 20 e 82 anos e média de idade de aproximadamente 51 anos para o grupo, com maior concentração de casos nas faixas entre 40 e 49 anos (24%) e 50 a 59 anos (32%).

Quanto à escolaridade, nenhum entrevistado informou nunca ter freqüentando a escola, sendo que 20,7% dos entrevistados estudaram até a conclusão do nível médio, 9,8% estão cursando ensino superior e 69,5% já concluíram o nível superior, sendo que 28% destes cursaram também pós-graduação em algum nível.

Levando em conta a classificação racial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que considera os grupos étnicos branco, negro, moreno ou pardo, indígena e oriental, a amostra pesquisada declarou-se predominantemente branca (73,2% do total), enquanto 3,7% se declararam negros, 19,5% morenos ou pardos, 3,7% orientais e nenhum dirigente se declarou indígena.

Com relação às religiões ou grupos religiosos, a maior parte dos entrevistados pertence à religião católica romana (67,1%), sendo que dentre os demais entrevistados 30,5% seguem outras religiões, com destaque para espíritas (13,4%) e evangélicos (12,2%). Destaque-se ainda que 2,4% não pertencem a nenhuma religião ou grupo religioso. Diante de tais resultados é perceptível que a elite não estatal maringaense é religiosa e moderadamente heterogênea, uma vez que cerca de um terço dos entrevistados não pertencem à religião predominante.

Quanto ao estado civil dos entrevistados, 61% se declararam casados, 23,1% solteiros, 6,1% morando juntos como casados, 3,7% divorciados, 3,7% separados e 2,4% viúvos. Dentre os entrevistados, 26,8% declararam não ter filhos.

No quesito renda familiar, considerando as pessoas que moram na mesma casa que o entrevistado, cinco pessoas declararam não possuir renda e os demais se distribuíram entre as faixas de renda constantes do questionário, conforme tabela de frequência abaixo.

Tabela 3. Renda familiar

Faixas de renda	%	% cumulativo
Sem renda	6,1	6,1
De R\$ 1,00 até R\$ 255,00	2,4	8,5
De R\$ 256,00 até R\$ 510,00	1,2	9,8
De R\$ 511,00 até R\$ 1.020,00	1,2	11
De R\$ 1.020,00 até R\$ 1.530,00	4,9	15,9
De R\$ 1.531,00 até R\$ 2.550,00	8,5	24,4
De R\$ 2.551,00 até R\$ 5.100,00	32,9	57,3
De R\$ 5.101,00 até R\$ 10.200,00	28	85,4
R\$ 10.201,00 ou mais	14,6	100
Total	100	-

Fonte: Pesquisa “Cultura política e elites não-estatais”, 2011
n = 82

A Tabela 3 evidencia que a maior parte dos indivíduos entrevistados encontra-se nas faixas de renda entre R\$ 2.551,00 até R\$ 5.100,00 e R\$ 5.101,00 até R\$ 10.200,00, onde se concentram aproximadamente 61% dos casos, ou seja, a maior parte dos entrevistados (75,6%) tem renda mensal superior a 5 salários mínimos¹⁸.

Em se tratando da profissão ou ocupação principal dos entrevistados, as respostas foram classificadas conforme as categorias sócio-ocupacionais definidas pelo IBGE. Os entrevistados declararam trinta e cinco diferentes profissões ou ocupações principais, além daqueles que se declararam como aposentados (9,8%), estudantes (2,4%), párocos (2,4%) ou voluntários (1,2%). Segue a frequência de classificação dos dirigentes que declararam alguma profissão ou ocupação principal por categorias sócio-ocupacionais¹⁹.

¹⁸ Conforme valor do salário mínimo à época da elaboração e aplicação dos questionários.

¹⁹ Como dirigentes foram classificados os entrevistados que declararam como profissão diretor, diretor administrativo, diretor de entidade social, diretor de instituição de ensino, diretor de instituição de ensino superior, diretor de produção, gestor institucional e vice-diretor administrativo. Como profissionais de nível superior foram classificados aqueles que declararam as profissões de administrador, advogado, consultor tributário, contador, coordenador pedagógico, educador, educador físico, enfermeiro, jornalista, médico, pedagogo, professor, psicólogo e supervisor pedagógico. Foram classificados como pequenos empreendedores os declarantes da profissão comerciante. Os entrevistados classificados em ocupações médias declararam como profissão agente autônomo de investimento, assessor parlamentar, assistente administrativo, coordenador administrativo, encarregado, escultor, gerente administrativo, gerente comercial, gestor administrativo e técnico de laboratório. Por fim, na categoria trabalhadores do terciário foi classificado o respondente que declarou a profissão de vendedor e na categoria agricultores o declarante da profissão avicultor.

Tabela 4. Grupos de profissões

Categoria	%
Dirigentes	13
Profissionais de nível superior	42
Pequenos empregadores	24,6
Ocupações médias	17,4
Trabalhadores do terciário	1,4
Agricultores	1,4
Total	100

Fonte: Pesquisa “Cultura política e elites não-estatais”, 2011
n = 82

Destaque-se que a maior parte dos entrevistados atua em profissões classificadas nos grupos de dirigente, profissional de nível superior ou pequeno empreendedor, em detrimento de profissões ou ocupações que exigem mais força e menos intelecto, o que condiz com o diagnóstico acerca da renda familiar acima exposto.

Ainda tratando de emprego, questionados sobre o tipo de empregatício que possuem 53,2% trabalham em empresas privadas ou indústrias, 36,4% trabalham em organizações privadas não-lucrativas e apenas 10,4% trabalham para o governo ou instituições públicas.

Por fim, questionados sobre a classe social à qual pertencem, aproximadamente 72% dos entrevistados declararam pertencer à classe média, enquanto 16% se classificam como pertencentes às classes baixa ou média-baixa e 12% às classes média-alta ou alta.

4.2 CONSTITUIÇÃO DAS FASFIL E ENGAJAMENTO

As FASFIL brasileiras se classificam em associações e fundações. O Código Civil Brasileiro (CCB), promulgado por meio da Lei nº 10.406/02, classifica tais entidades como pessoas jurídicas de direito privado. Segundo o CCB, as associações são entidades caracterizadas pela união de pessoas para fins econômicos, não existindo direitos e obrigações recíprocas entre seus associados, sendo que todos os associados possuem os mesmos direitos, ao passo que as fundações podem ser criadas apenas por meio de escrituras públicas, com finalidades relacionadas à religião, moral, cultura ou assistencialismo, sendo seu estatuto projetado a partir da constituição de seu patrimônio. No que tange às entidades sorteadas para a composição da amostra, 91,5% foram constituídas como associações e 8,5% como fundações.

Em se tratando da amostra sorteada para a presente pesquisa, as FASFIL encontram-se

registradas como pertencentes a oito dentre as onze áreas definidas pelo IBGE (2008), sendo que a maior parte delas atua na área de assistência social (41,5%).

Ademais, as entidades se distribuem entre aquelas cadastradas como voltadas ao desenvolvimento e defesa de direitos (14,6%), educação e pesquisa (12,2%), cultura e recreação (11%), meio ambiente e proteção ambiental (7,3%), saúde (6,1%), religião²⁰ (6,1%) e habitação (1,2%). Nenhum dirigente de entidades com fins patronais ou profissionais ou de partidos políticos foi sorteado para compor a amostra, assim como nenhum entrevistado declarou que nenhuma das dez categorias apresentadas representava a área de atuação da instituição, de modo que nenhum optou pela alternativa “outras instituições privadas sem fins lucrativos”.

No que se refere aos certificados concedidos pelo Governo Federal, estes são fornecidos mediante o atendimento de especificidades definidas por legislações específicas de cada título e visam reconhecer a importância do trabalho desenvolvido pelas entidades sociais através da concessão de benefícios como imunidade e isenção de impostos, possibilidade de recebimento de recursos públicos, subvenções sociais e doações (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE - CFC, 2004).

O CEBAS é conferido pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) a entidades que desenvolvem atividades voltadas à proteção da família, infância, maternidade, adolescência e velhice, além de integração ao mercado de trabalho e desenvolvimento da cultura. Sua fundamentação legal consiste no artigo 203 da Constituição Federal, artigos 4º e 55 da Lei nº 8.212/91 (Lei de Organização da Seguridade Social e Plano de Custeio), artigos 1º, 2º e 3º da Lei nº 8.742/93 (Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS), Decreto nº 2.536/98 e Resolução CNAS nº 177/00 (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - OAB, 2011, p. 15).

Já o Certificado de UPF, mais antigo em termos de legislação no Brasil, é regulamentado pela Lei nº 91/35, Decreto nº 50.517/61 e Decreto nº 3.415/00 e concedido pelo Ministério da Justiça às entidades de relevante valor social com finalidade relacionada à promoção da educação e exercício de atividades de pesquisas científicas, cultura ou filantropia.

Por fim, as OSCIPs são reguladas pela Lei nº 9.790/99 e pelo Decreto nº 3.100/99 (OAB, 2011, p. 16) e, segundo o CFC (2004, p. 44), podem ser enquadradas quaisquer

²⁰ A área de atuação religião refere-se à forma como a FASFIL foi cadastrada, de modo que em geral tais entidades foram constituídas e são mantidas por grupos ou instituições religiosas mas destinam-se ao desenvolvimento de atividades relacionadas à assistência social. Para fins desta pesquisa respeitar-se-á a

pessoas jurídicas que não possuam as seguintes características:

- a) Sociedades comerciais,
- b) Sindicatos, associações de classe ou de representação de categoria profissional,
- c) Instituições religiosas ou voltadas para a disseminação de credos, cultos, práticas e visões devocionais e confessionais,
- d) Organizações partidárias e assemelhadas, inclusive suas fundações,
- e) Entidades de benefício mútuo destinadas a proporcionar bens ou serviços a um círculo restrito de associados ou sócios,
- f) Entidades e empresas que comercializam planos de saúde e assemelhados,
- g) Instituições hospitalares privadas não-gratuitas e suas mantenedoras,
- h) Organizações sociais,
- i) Cooperativas,
- j) Fundações públicas,
- k) Fundações, sociedades civis ou associações de direito privado criadas por órgão público ou por fundações públicas,
- l) As organizações creditícias que tenham quaisquer tipos de vinculação com o sistema financeiro nacional a que se refere o art. 192 da Constituição Federal.

Dentre as FASFIL cujos dirigentes foram entrevistados no presente estudo, 65,9% possuem o CEBAS, ao passo que 36,6% detêm o título de UPF e 25,6% o título de OSCIP, sendo que 28% das instituições possuem mais de um certificado.

Além disso, 47,6% dessas organizações ocupam cadeira nos conselhos gestores vinculados à Secretaria de Assistência Social e Cidadania da Prefeitura do Município de Maringá (SASC/PMM) com as seguintes frequências: 37,8% das FASFIL cujos dirigentes foram entrevistados possuem representantes junto ao Conselho Municipal de Assistência Social (COMAS), 34,1% junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), 6,1% junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CMDPD) e 3,7% junto ao Conselho Municipal de Direitos do Idoso (CMDI).

Sobre tal participação, é importante destacar que a escolha dos representantes das FASFIL para atuação junto aos conselhos gestores acima mencionados é realizada pelos próprios dirigentes das entidades, de modo que os indivíduos que participam do COMAS, CMDCA, CMDPD e CMDI não representam apenas as entidades das quais são dirigentes, mas a totalidade daquelas que desenvolvem atividades relacionadas à área de atuação de cada conselho.

Ainda em se tratando de engajamento, os entrevistados foram inquiridos quanto ao tempo de participação nas entidades das quais são dirigentes e à sua participação em outras entidades sem fins lucrativos.

Os respondentes declararam tempos de participação entre 1 e 45 anos, com média de cerca de 15 anos e maior concentração dos casos no período de tempo até 15 anos (63%).

Além disso, 37% declararam participar de mais entidades além daquelas das quais são dirigentes.

4.3 RELAÇÃO COM A POLÍTICA

Em se tratando de política, os entrevistados foram questionados quanto ao seu interesse pelo assunto, ao seu entendimento em relação à medida que são capazes de influenciar no cenário político e à sua localização no espectro ideológico entre direita e esquerda.

Em se tratando do interesse dos entrevistados por política, 2,4% declararam que não são interessados, 3,7% não muito interessados, 56,1% um pouco interessados e 37,8% muito interessados. Dentre os testes de Tau c realizados, nenhuma variável apresentou associação estatisticamente aceitável com interesse por política, conforme exposto na Tabela 5²¹.

Tabela 5. Associações com interesse por política

Variável	Sig	Valor	n
Sexo	,753	,035	82
Idade	,310	-,085	82
Escolaridade	,448	,064	82
Raça – Branco	,212	-,118	82
Religião – Católico	,844	,021	82
Religião – Evangélico	,182	-,092	82
Religião – Espírita	,179	,118	82
Estado civil – Casado	,952	,007	82
Estado civil – Solteiro	,576	-,051	82
Renda familiar	,140	,127	82
Vínculo empregatício	,776	,033	77
Classe social	,683	,026	81
Participação em conselhos gestores	,614	,063	81
Tempo de participação na FASFIL	,135	-,124	81
Participação em outras FASFIL	,096	,173	81

Fonte: Pesquisa “Cultura política e elites não-estatais”, 2011.

Já no que diz respeito à medida em que os dirigentes entendem que podem influenciar

²¹ A tabela apresenta os resultados de todos os testes de associação realizados com a variável destacada no título, contendo nas quatro colunas as informações referentes a variável utilizada para o cruzamento com aquela sob análise, a significância do teste realizado, o valor de Tau c para o referido teste e o número de cruzamentos realizados, respectivamente. A análise dos dados apresentados na tabela aborda apenas os resultados dos testes cuja significância encontrada foi menor ou igual a 0,05 por conta dos critérios metodológicos de relevância estatística definidos no Capítulo 3. Tal procedimento se repete para todas as tabelas concernentes aos testes de associação presentes nesta pesquisa.

na política, variável de eficácia política subjetiva proposta a partir da definição de Almond e Verba (1989), tomando por base uma escala em que 1 significa “pouca influência” e 10 significa “muita influência”, as respostas se concentraram na metade à direita da escala, em que se localizaram 69,1% dos casos, com média de 6,5, indicativo de que tais indivíduos entendem que podem influenciar a política, ainda que em medida moderada.

Em se tratando de testes de associação, os resultados referentes às variáveis cujos testes retornaram significâncias válidas seguem dispostos na tabela abaixo.

Tabela 6. Associações com eficácia política subjetiva

Variável	Sig	Valor	n
Sexo	,614	,063	81
Idade	,305	,080	81
Escolaridade	,618	,042	81
Raça – Branco	,435	,085	81
Religião – Católico	,520	-,077	81
Religião – Evangélico	,333	,085	81
Religião – Espírita	,778	,023	81
Estado civil – Casado	,639	-,061	81
Estado civil – Solteiro	,407	-,104	81
Renda familiar	,314	,082	81
Vínculo empregatício	,136	,184	76
Classe social	,677	,034	80
Participação em conselhos gestores	,867	,021	81
Tempo de participação na FASFIL	,626	-,038	81
Participação em outras FASFIL	,126	,190	81
Interesse por política	,010	,228	81

Fonte: Pesquisa “Cultura política e elites não-estatais”, 2011.

A Tabela 6 evidencia apenas a associação entre eficácia política subjetiva e interesse por política, indicativo de que o entendimento por parte do indivíduo de que é capaz de influenciar no campo da política se encontra relacionado à medida de interesse por política.

Por fim, em questões relacionadas à identificação ideológica, os dirigentes foram inquiridos quanto ao posicionamento em uma escala entre esquerda e direita e quanto aos partidos em que votariam e no qual nunca votariam. Na primeira questão, relacionada ao posicionamento no espectro ideológico, os dirigentes foram apresentados a uma escala em que o ponto 1 indicava “esquerda” e o ponto 10 o termo “direita”, na qual lhes foi solicitado que indicassem em que ponto da escala se aproximaria mais seu posicionamento político.

A análise descritiva apresentou maior concentração de casos na porção direita da escala (63,4%), média de 6,25, indicando maior tendência entre os dirigentes a

posicionamento mais favorável à direita. Cabe ressaltar que nenhum dirigente indicou o ponto 1 da escala e apenas um (1,2%) se posicionou no outro extremo da escala.

É relevante ainda salientar que dentre os entrevistados apenas 2,4% não souberam se posicionar na escala ideológica apresentada, o que demonstra que a amostra do segmento de elite não-estatal pesquisada goza de relativa clareza no que se refere à relação entre direita e esquerda.

Tabela 7. Associações com identificação ideológica

Variável	Sig	Valor	n
Sexo	,696	,050	80
Idade	,713	,030	80
Escolaridade	,252	-,096	80
Raça – Branco	,710	,038	80
Religião – Católico	,082	,209	80
Religião – Evangélico	,526	-,059	80
Religião – Espírita	,026	-,191	80
Estado civil – Casado	,779	,036	80
Estado civil – Solteiro	,919	-,012	80
Renda familiar	,833	,017	80
Vínculo empregatício	,074	-,0266	76
Classe social	,681	,026	79
Participação em conselhos gestores	,757	,039	80
Tempo de participação na FASFIL	,025	,170	80
Participação em outras FASFIL	,609	-,066	80
Interesse por política	,020	-,205	80
Eficácia política subjetiva	,000	-,253	80

Fonte: Pesquisa “Cultura política e elites não-estatais”, 2011.

A Tabela 7 evidencia características relacionadas ao posicionamento no espectro ideológico, de modo que o fato de ser espírita se encontra associado com posicionamento mais à esquerda na escala ideológica. Da mesma maneira, os testes permitiram inferir que as variáveis interesse por política e eficácia política subjetiva também estão associadas com a identificação ideológica, o que significa, conforme os resultados dos testes Tau c, que quanto maior o interesse por política e maior o entendimento quanto à possibilidade de influenciar na política mais à esquerda no espectro se posiciona o indivíduo. Em outras palavras, aqueles que indicaram pontos mais próximos ou de extrema direita, ao menos no que diz respeito à amostra analisada, declararam menor interesse por política em relação aos outros e atribuíram a si menor capacidade de eficácia política subjetiva.

No entanto, em se tratando do tempo de participação nas FASFIL, a associação

positiva encontrada com a identificação ideológica permite inferir que os entrevistados com posicionamento à direita no espectro ideológico são também aqueles com maior tempo de participação nas FASFIL das quais são dirigentes.

A clareza de posicionamento manifestada quanto ao posicionamento no espectro ideológico pelos dirigentes de FASFIL se apresentou de maneira menos enfática quando os mesmos foram questionados quanto ao partido no qual tenderiam a votar em caso de realização de eleições nos próximos dias ou sobre o partido que mais os atraia.

A maioria dos entrevistados declarou não ter preferência por nenhum partido (30,9%), ao passo que dentre aqueles que escolheram algum partido a maior parte optou pelo PSDB (23,5%). Os percentuais de escolha das demais agremiações como opção de voto pelos dirigentes foram os seguintes: 12,3% afirmaram que votariam no PV, 9,9% no PT, 7,4% no PDT, 6,2% PP e no PSOL e 1,2% no DEM, PMDB e PSTU. Nenhum entrevistado declarou que o PTB seria sua opção de voto caso houvesse uma eleição nos próximos dias.

Com relação aos respondentes que destacaram o Partido Verde (PV) como partido de preferência cabe destacar que tal percentual, superior àquele relacionado ao Partido dos Trabalhadores (PT) entre os dirigentes de FASFIL, difere da realidade da mancha urbana da RMM, onde o segundo é o partido de maior preferência da população (TONELLA, 2011). Uma hipótese explicativa para tal fenômeno seria o desempenho da candidata do PV à presidência da república no ano de 2010, Marina Silva, que se destacou durante a campanha por sua postura e propostas.

Com vistas à realização de testes de associação, as respostas à questão em discussão foram recodificadas²², de modo que o resultado ao questionamento se apresentasse de maneira binária. Tal procedimento se justifica em virtude da busca pela identificação de variáveis que se associam à indicação de preferência por determinado partido político, independente de qual seja, ou pela declaração de ausência de preferência, determinada pela indicação da alternativa “nenhum”. Os resultados dos cruzamentos realizados com a variável referente à declaração de preferência por partido político segue disposta na tabela abaixo.

²² A codificação original da variável era a seguinte: 0 = Nenhum, 1 = PDT, 2 = DEM, 3 = PMDB, 4 = PP, 5 = PSDB, 6 = PSOL, 7 = PT, 8 = PTB, 9 = PV e 10 = PSTU. Para efeito de testes de associação a variável partido de preferência para voto foi de modo que seus valores se tornaram 0 = não declarou preferência por nenhum partido político e 1 = declarou preferência por algum partido político. Para tanto, a alternativa 0 continuou com a mesma codificação, indicando ausência de preferência por qualquer partido político, e as alternativas de 1 a 10 foram recodificadas como 1, fator indicativo de presença da preferência por algum partido político.

Tabela 8. Associações com declaração de preferência por partido político

Variável	Sig	Valor	n
Sexo	,090	,173	81
Idade	,400	-,095	81
Escolaridade	,898	,015	81
Raça – Branco	,789	-,024	81
Religião – Católico	,485	-,066	81
Religião – Evangélico	,215	-,094	81
Religião – Espírita	,272	,069	81
Estado civil – Casado	,344	-,093	81
Estado civil – Solteiro	,613	,043	81
Renda familiar	,722	,041	81
Vínculo empregatício	,558	-,061	76
Classe social	,661	,043	80
Participação em conselhos gestores	,643	-,048	81
Tempo de participação na FASFIL	,187	-,143	81
Participação em outras FASFIL	,021	,210	81
Interesse por política	,001	,331	81
Eficácia política subjetiva	,045	,235	81
Identificação ideológica	,424	-,087	80

Fonte: Pesquisa “Cultura política e elites não-estatais”, 2011.

A Tabela 8 evidencia que os entrevistados que atuam em alguma FASFIL além daquelas das quais são dirigentes são mais propensos a indicar partido político de preferência. Ademais, a declaração de algum partido como preferência para o voto encontra-se associada a aumentos nos posicionamentos nas escalas de interesse por política e de eficácia política subjetiva, o que significa que indivíduos mais interessados em política e que entendem em maior medida que são capazes de influenciar no cenário político apresentam maior possibilidade de declarar algum partido como escolha para o voto.

Questionados sobre o partido em que nunca votariam, novamente a maioria dos entrevistados declarou não haver um partido específico (43,2%). Dentre aqueles que indicaram algum partido, 23,5% declararam que nunca votariam no PT. A concentração de casos nos demais partidos foi relativamente baixa: 7,4% declararam que nunca votariam no DEM, 6,2% no PSTU, 4,9% no PMDB e no PSDB, 3,7% no PDT e no PSOL e 2,5% no PP. Nenhum entrevistado declarou que o PTB ou o PV nunca seriam suas opções de voto em eleições.

De maneira semelhante àquela adotada para a questão anterior, as respostas à essa pergunta foram recodificadas²³. Os resultados dos testes de associação envolvendo a variável

²³ A codificação original da variável era idêntica àquela exposta na nota acima. Para efeito de testes de

alterada seguem dispostos abaixo.

Tabela 9. Associações com declaração de que nunca votaria em algum partido político

Variável	Sig	Valor	n
Sexo	,889	,015	81
Idade	,165	-,177	81
Escolaridade	,022	,268	81
Raça – Branco	,638	,046	81
Religião – Católico	,528	,066	81
Religião – Evangélico	,825	,016	81
Religião – Espírita	,424	-,062	81
Estado civil – Casado	,703	-,041	81
Estado civil – Solteiro	,911	,010	81
Renda familiar	,627	,060	81
Vínculo empregatício	,940	,008	76
Classe social	,450	,078	80
Participação em conselhos gestores	,004	-,304	81
Tempo de participação na FASFIL	,733	-,043	81
Participação em outras FASFIL	,653	,048	81
Interesse por política	,094	,182	81
Eficácia política subjetiva	,696	,051	81
Identificação ideológica	,625	-,060	80

Fonte: Pesquisa “Cultura política e elites não-estatais”, 2011.

Conforme dados apresentados na Tabela 9, quanto maior a escolaridade do indivíduo, maior também é a possibilidade dele declarar em qual partido político nunca votaria. De maneira inversa, o cruzamento entre a variável em discussão e a participação em conselhos gestores resultou em associação negativa, o que permite inferir que indivíduos que atuam em tal instância participativa tendem a não indicar partidos políticos nos quais nunca votariam quando questionados sobre o assunto.

Sobre tal associação é possível inferir que o relacionamento negativo entre declaração de partido político no qual nunca votaria e participação em conselhos gestores poderia se justificar, ainda que parcialmente, no fato de que os dirigentes de FASFIL atuam em parceria com o poder público no processo de formulação de políticas públicas por meio da participação nos referidos conselhos, gestados por indivíduos vinculados a partidos políticos ou por ocupantes de cargos por eles indicados. Desta forma, a exposição de repulsa por algum

associação a variável partido no qual nunca votaria para voto foi de modo que seus valores se tornaram 0 = não declarou nenhum partido político no qual nunca votaria e 1 = declarou algum partido político no qual nunca votaria. Para tanto, a alternativa 0 continuou com a mesma codificação, indicando ausência de completa repulsa por qualquer partido político, e as alternativas de 1 a 10 foram recodificadas como 1, fator indicativo de presença total antipatia ou resistência à ideia de votar em algum partido político.

partido político poderia se caracterizar, na visão dos entrevistados, como impedimento para o estabelecimento ou manutenção do diálogo com os atores públicos responsáveis, cujos partidos políticos possuem grande rotatividade no cenário político municipal.

4.4 PERFIL DO SEGMENTO DE ELITE NÃO-ESTATAL

Diante dos dados expostos neste capítulo pode-se inferir que a pesquisa atingiu uma elite não estatal composta majoritariamente por homens, maduros, com alta escolaridade, brancos, religiosos, casados, com filhos, com empregos com altos rendimentos em empresas privadas e de classe média, com tendência a posicionamento de direita no espectro ideológico, interessados por política e com entendimento mediano quanto à sua eficácia política subjetiva.

Em termos comparativos com a população municipal, a maior recorrência de indivíduos do sexo masculino destoa do perfil dos cidadãos maringenses, que, conforme dados preliminares do Censo 2010, representam 48,1% de homens e 51,9% de mulheres, percentuais próximos àquele referente à população brasileira como um todo (49% de homens e 51% de mulheres).

Diante de tais informações é possível inferir que no município de Maringá existe uma tendência à maior participação de indivíduos do sexo masculino como dirigentes de FASFIL com títulos concedidos pelo Estado, uma vez que apesar de apresentarem menor número dentre os habitantes do município, os homens são dirigentes da maior parte das entidades que compõem a amostra analisada.

Sobre tal situação, Tonella (2011) afirma que a percepção dos pesquisadores é a de que as mulheres são aceitas no cenário político dentro de limites controlados, num discurso que neutraliza o gênero, mas mantém o ambiente político como masculino.

Para a autora,

a impressão é que as mulheres são aceitas no universo da política pelo eleitorado desde que assumam atividades vinculadas ao que é tradicionalmente atividade 'de mulher' para a sociedade, a de 'cuidadoras' expressa em profissões como professoras e enfermeiras. O correspondente no mundo público serão as atividades vinculadas à assistência social (TONELLA, 2011, p. 20).

A questão da representatividade, ou da subrepresentatividade, de gênero, em se tratando dos dados apresentados, é muito mais extensa, complexa e multifacetada que a mera identificação de atividades cujos perfis masculino ou feminino inspirem maior associação entre a população. Tal discussão, entretanto, não se constitui em objeto desta pesquisa, de

modo que tal tarefa pode ser melhor empreendida por pesquisadores que se dedicam, de fato, às questões de gênero.

Ainda considerando os dados do Censo 2010, que apresentam a faixa de idade de 30 a 39 anos como aquela com maior número de maringenses (15,6%) e que 61,45% dos habitantes do município possuem até 39 anos pode-se inferir que os dirigentes de FASFIL possuem idades avançadas em relação à população maringense, uma vez que 81,7% dos entrevistados possuem idade superior a 39 anos, ao passo que dentre a população tal percentual é de apenas 38,55%. Assim, a atuação como dirigente de FASFIL apresenta maior recorrência entre cidadãos maringenses com 40 anos ou mais do que entre aqueles com idade inferior a 40 anos.

Quanto à renda familiar, dados disponíveis na página da Prefeitura Municipal de Maringá informam que a renda per capita do município é de aproximadamente R\$ 1.550,00 ou 3 salários mínimos, o que permite inferir que a elite não estatal em pauta possui renda elevada em relação à população maringense.

Em se tratando de engajamento político, o interesse por política manifestado pelos dirigentes de FASFIL manifestou-se bem acima daquele encontrado por Tonella (2011), cuja amostra da RMM declarou-se muito interessada em apenas 10,1% dos casos. Somando “muito interesse” e “interesse normal”, a pesquisa encontrou 42% de respostas, ao passo que 25,2% declararam “nenhum interesse” por política. Tais percentuais se apresentam muito discrepantes em relação a amostra pesquisada, cujo interesse por política foi demonstrado em medida muito superior.

No que se refere a identificação ideológica, a autora identificou que a amostra da mancha urbana composta pelos municípios de Maringá, Paiçandú e Sarandi indicou posicionamento de centro-esquerda no espectro ideológico, diferentemente do segmento de elite não estatal analisado.

Nesse sentido, questionados sobre a simpatia ou predileção por algum partido político, 42,1% escolheram a opção “nenhum”. Dentre aqueles que informaram agremiações, 25,9% declararam simpatia pelo PT, 10,1% pelo PMDB e 6,7% pelo PSDB. Os demais partidos atingiram percentuais de predileção inferiores a 3%.

As variáveis referentes ao entendimento da influência que possuem sobre a política e a partidos políticos em que os entrevistados nunca votariam não foram contempladas na pesquisa de Tonella (2011).

Em suma, a amostra do segmento de elite não-estatal composta por dirigentes de FASFIL que possuem título de CEBAS, UPF ou OSCIP é mais masculina, de maior idade,

mais escolarizada, mais branca, com maior renda familiar e ainda mais interessados por político e com posicionamento mais à direita no espectro ideológico que a população da RMM.

Em termos associativos, dentre as variáveis demográficas testadas apenas escolaridade e religião obtiveram resultados significativamente válidos, ainda que ambos em apenas um dos cinco testes realizados para as variáveis desta seção.

Em contrapartida, considerando as variáveis relacionadas ao engajamento dos indivíduos é possível verificar que o tempo de participação nas entidades das quais os entrevistados são dirigentes, sua participação em conselhos gestores e em outras FASFIL além daquelas das quais são gestores também retornaram uma associação válida cada.

Cabe destacar ainda, em se tratando de tais testes, que duas variáveis relacionadas à política, o interesse pelo assunto e aquela que mede a eficácia política subjetiva, se apresentaram relevantes para três e dois cruzamentos com as variáveis descritas na seção anterior, respectivamente.

5 APOIO DIFUSO À DEMOCRACIA

A medida do apoio difuso da elite não-estatal maringaense à democracia se deu por meio da seleção de variáveis cujo objeto é a avaliação do regime em termos abstratos, como explanado por Easton (1975) e posteriormente utilizado em pesquisas por Moisés (1995, 2005) e Ribeiro (2008, 2011).

Para apresentar os resultados encontrados sobre esse primeiro eixo da investigação, dividimos o presente capítulo em quatro seções, que se dedicam à exposição da análise descritiva e de testes de associação envolvendo a adesão ao regime democrático em termos quantitativos, as características fundamentais da democracia apontadas pelos entrevistados e as suas percepções sobre distintas formas de participação política, bem como a considerações sobre os testes realizados ao longo do capítulo.

5.1 ADESÃO À DEMOCRACIA

A mensuração do apoio difuso do segmento de elite não-estatal maringaense à democracia se deu em duas partes: a primeira buscou a quantificação da medida do apoio propriamente dito e a segunda identificar os conteúdos dessa democracia a qual tais indivíduos aderem. A presente seção se dedica ao atendimento da primeira parte da referida mensuração.

Em questão que solicitava aos entrevistados que indicassem dentre três afirmações sobre regimes políticos qual mais se aproximaria de seu pensamento, a grande maioria dos dirigentes (84,1%) optou pela frase “A democracia é sempre melhor do que qualquer outra forma de governo”, enquanto 12,2% escolheram a opção “Em certas situações, é melhor uma ditadura do que um regime democrático” e apenas 3,7% optaram pela afirmação “Tanto faz se o governo é uma democracia ou uma ditadura”, indicativo em alta medida de adesão em termos abstratos pelo grupo sob análise.

Com o objetivo de detalhar essa adesão, testes de associação foram realizados por

meio do cruzamento da variável em discussão com aquelas destacadas quando da apresentação dos procedimentos metodológicos desta pesquisa, cujos resultados seguem expostos na Tabela 10.

Tabela 10. Associações com opinião sobre a democracia

Variável	Sig	Valor	n
Sexo	,376	-,068	82
Idade	,918	,011	82
Escolaridade	,478	,073	82
Raça – Branco	,348	,074	82
Religião – Católico	,654	,035	82
Religião – Evangélico	,005	,077	82
Religião – Espírita	,829	-,012	82
Estado civil – Casado	,253	,094	82
Estado civil – Solteiro	,515	-,048	82
Renda familiar	,667	-,037	82
Vínculo empregatício	,129	,104	77
Classe social	,294	-,073	81
Participação em conselhos gestores	,273	-,089	82
Tempo de participação na FASFIL	,586	,058	81
Participação em outras FASFIL	,197	-,108	81
Interesse por política	,538	,050	82
Eficácia política subjetiva	,311	,092	81
Identificação ideológica	,014	-,215	82

Fonte: Pesquisa “Cultura política e elites não-estatais”, 2011.

Os valores dos testes evidenciam associações positivas entre a escolha da democracia como melhor forma de governo²⁴ e a variável religião evangélica, o que permite inferir que em se tratando da amostra analisada a característica relacionada à religiosidade dos indivíduos está associada ao entendimento de que a democracia é a melhor forma de governo. Além disso, a opinião acerca da democracia encontra-se associada negativamente à identificação ideológica dos entrevistados, o que significa que dirigentes que manifestaram posicionamento no espectro ideológico mais próximo à esquerda são mais propensos a optar pelo regime democrático como melhor forma de governo.

Além da questão acima, os dirigentes responderam ainda a uma bateria de questões

²⁴ A codificação original da variável era a seguinte: 1 = A democracia é sempre melhor do que qualquer outra forma de governo, 2 = Em certas situações, é melhor uma ditadura do que um regime democrático, 3 = Tanto faz se o governo é uma democracia ou uma ditadura. Para efeito de testes de associação a variável foi recodificada visando diferenciar indivíduos que consideram a melhor como a melhor forma de governo daqueles que não pensam desta forma, de modo que os códigos foram alterados da seguinte maneira: 1 = 1, 2 = 0, 3 = 0, onde 0 = A democracia não é melhor do que qualquer outra forma de governo e 1 = A democracia é sempre melhor do que qualquer outra forma de governo.

que trataram de medidas de avaliação subjetiva de sistemas políticos por meio da classificação de quatro diferentes modelos hipotéticos como péssimo, ruim, bom ou ótimo. As frequências de respostas dos indivíduos são apresentadas abaixo.

Tabela 11. Tipos de sistemas políticos (%)

Sistema	Péssimo	Ruim	Bom	Ótimo
Ter um líder forte que não precise se preocupar com deputados e senadores e com eleições	43,9	37,8	18,3	-
Ter técnicos especializados ao invés de políticos, que tomem decisões que acham que são as melhores para o país	4,9	18,3	53,7	23,2
Ter um governo militar	61,0	34,1	4,9	-
Ter um sistema político democrático	-	-	41,5	58,5

Fonte: Pesquisa “Cultura política e elites não-estatais”, 2011
n = 82

A Tabela 11 evidenciou o posicionamento negativo dos dirigentes frente à possibilidade de um sistema político autoritário ou militar, uma vez que somados os casos que avaliaram tais situações como péssimas e ruins atinge-se os percentuais de 81,7 e 95,1 pontos, respectivamente. Em contrapartida, 76,9% dos entrevistados entendem que um sistema político tecnicista seria bom ou ótimo e a totalidade dos respondentes classifica o sistema político democrático como bom ou ótimo.

As quatro afirmações foram submetidas a testes de associação Tau c com as mesmas variáveis utilizadas para a opinião sobre a democracia. Os resultados de tais cruzamentos encontram-se expostos nas Tabelas 12 a 15.

Tabela 12. Associações com sistema político relacionado à afirmação “Ter um líder forte que não precise se preocupar com deputados e senadores e com eleições”

Variável	Sig	Valor	n
Sexo	,447	,089	82
Idade	,490	,075	82
Escolaridade	,990	-,001	82
Raça – Branco	,143	-,145	82
Religião – Católico	,428	-,090	82
Religião – Evangélico	,919	-,007	82
Religião – Espírita	,827	-,020	82
Estado civil – Casado	,224	-,140	82
Estado civil – Solteiro	,353	,095	82
Renda familiar	,545	-,058	82
Vínculo empregatício	,359	-,104	77
Classe social	,090	-,132	81
Participação em conselhos gestores	,245	,136	82
Tempo de participação na FASFIL	,356	,102	81
Participação em outras FASFIL	,297	,119	81
Interesse por política	,760	-,029	82
Eficácia política subjetiva	,534	-,063	81
Identificação ideológica	,007	,285	80

Fonte: Pesquisa “Cultura política e elites não-estatais”, 2011.

Dentre os testes realizados apenas a variável identificação ideológica apresentou significância estatisticamente aceitável, com valor positivo, o que permite inferir que quanto mais à direita no espectro ideológico for o posicionamento do dirigente, maior o seu entendimento de que seria bom ou ótimo um sistema político baseado num líder forte e capaz de tomar decisões sem se preocupar com deputados e senadores ou eleições.

Já a afirmação “Ter técnicos especializados ao invés de políticos, que tomem decisões que acham que são as melhores para o país” retornou quatro associações válidas dentre os cruzamentos realizados, cujas informações seguem dispostas na Tabela 13.

Tabela 13. Associações com sistema político relacionado à afirmação “Ter técnicos especializados ao invés de políticos, que tomem decisões que acham que são as melhores para o país”

Variável	Sig	Valor	n
Sexo	,222	,137	82
Idade	,377	,079	82
Escolaridade	,505	-,059	82
Raça – Branco	,397	,077	82
Religião – Católico	,874	-,018	82
Religião – Evangélico	,274	-,079	82
Religião – Espírita	,251	,106	82
Estado civil – Casado	,975	,004	82
Estado civil – Solteiro	,718	,036	82
Renda familiar	,217	,114	82
Vínculo empregatício	,049	,220	77
Classe social	,647	,038	81
Participação em conselhos gestores	,023	,256	82
Tempo de participação na FASFIL	,210	,119	81
Participação em outras FASFIL	,409	-,093	81
Interesse por política	,420	-,072	82
Eficácia política subjetiva	,255	-,114	81
Identificação ideológica	,237	,110	80

Fonte: Pesquisa “Cultura política e elites não-estatais”, 2011.

Os dados expostos na Tabela 11 permitem inferir que dirigentes com vínculos empregatícios em FASFIL e aqueles que participam de conselhos gestores tendem a avaliação positiva do regime tecnocrata, o que poderia ser explicado pelo fato de que tais indivíduos atuam diretamente no atendimento de necessidades sociais por meio de suas atividades, que se caracteriza, de certo modo, como exercício de trabalhos técnicos em paralelo a gestão pública burocratizada.

Em se tratando da avaliação de ter um governo militar como melhor sistema político, as associações encontradas seguem dispostas na tabela abaixo.

Tabela 14. Associações com sistema político relacionado à afirmação “Ter um governo militar”

Variável	Sig	Valor	n
Sexo	,186	,137	82
Idade	,713	,038	82
Escolaridade	,159	-,118	82
Raça – Branco	,111	-,157	82
Religião – Católico	,614	,050	82
Religião – Evangélico	,434	-,051	82
Religião – Espírita	,734	-,024	82
Estado civil – Casado	,182	-,144	82
Estado civil – Solteiro	,263	,113	82
Renda familiar	,866	,016	82
Vínculo empregatício	,088	-,181	77
Classe social	,900	,010	81
Participação em conselhos gestores	,341	,104	82
Tempo de participação na FASFIL	,646	,048	81
Participação em outras FASFIL	,101	,175	81
Interesse por política	,220	,102	82
Eficácia política subjetiva	,296	-,097	81
Identificação ideológica	,001	,286	80

Fonte: Pesquisa “Cultura política e elites não-estatais”, 2011.

A tabela acima apresenta apenas uma associação estatisticamente válida, entre avaliação do sistema militar e identificação ideológica, indicativo de que dirigentes com posicionamento mais à direita no espectro ideológico tendem a avaliar em maior medida tal sistema político como bom ou ótimo.

A última afirmação, referente à democracia, resultou em três associações com significância aceitável, como apresentado na Tabela 15.

Tabela 15. Associações com sistema político relacionado à afirmação “Ter um sistema político democrático”

Variável	Sig	Valor	n
Sexo	,334	-,102	82
Idade	,979	-,004	82
Escolaridade	,126	,182	82
Raça – Branco	,053	,189	82
Religião – Católico	,114	-,156	82
Religião – Evangélico	,920	,007	82
Religião – Espírita	,007	,174	82
Estado civil – Casado	,737	,036	82
Estado civil – Solteiro	,556	-,055	82
Renda familiar	,125	,182	82
Vínculo empregatício	,194	,137	77
Classe social	,452	,075	81
Participação em conselhos gestores	,055	,203	82
Tempo de participação na FASFIL	,709	,048	81
Participação em outras FASFIL	,408	-,088	81
Interesse por política	,071	,192	82
Eficácia política subjetiva	,001	,373	81
Identificação ideológica	,025	-,274	80

Fonte: Pesquisa “Cultura política e elites não-estatais”, 2011.

Os dados demonstram que dirigentes de religião espírita são mais propensos a considerar a democracia como um bom sistema político. Também se destaca na tabela a eficácia política subjetiva, porém em medida positiva, o que permite inferir que quanto mais o indivíduo entende que pode influenciar politicamente, melhor a sua avaliação do sistema político democrático.

Por fim, a tabela acima permite inferir ainda que dirigentes cujo posicionamento no espectro ideológico se encontra à direita tendem a avaliar negativamente o sistema político democrático, o que significa que indivíduos com posicionamento à esquerda avaliam a democracia em melhor medida.

Os relacionamentos apresentados em relação aos posicionamentos contrários dos dirigentes de FASFIL em relação aos sistemas políticos militar e democrático em cruzamentos com a variável identificação ideológica demonstram a homogeneidade de opinião dos componentes da amostra, de modo que aqueles que se posicionam mais à direita no espectro ideológico tendem a avaliar em melhor medida o governo militar, ao passo que aqueles que se declararam de esquerda preferem a democracia.

Note-se que para os sistemas políticos apresentados foram encontradas poucas associações para o segmento de elite não-estatal analisado, sendo que as variáveis que se relacionam a pelo menos um dos sistemas políticos escolhidos são vínculo empregatício,

participação em conselhos gestores, área de atuação da FASFIL, participação em conselhos gestores e eficácia política subjetiva.

A partir da recodificação das três primeiras afirmações presentes na bateria, somadas ao resultado das frequências da quarta afirmação, foi possível criar um índice de adesão ao sistema político democrático, composto por meio de uma escala de 13 pontos, variando de 0 a 12, onde 0 indica posicionamento totalmente desfavorável ao sistema político democrático e 12 corresponde ao posicionamento totalmente favorável. A média encontrada foi de 8,45 e o desvio padrão 1,52, reforçando a tendência à adesão dentre os entrevistados. Foram realizados testes de associação entre o índice de adesão ao sistema político democrático e as variáveis listadas anteriormente e os resultados relevantes seguem dispostos abaixo.

Tabela 16. Associações com o índice de adesão ao sistema político democrático

Variável	Sig	Valor	n
Sexo	,130	-,186	82
Idade	,268	-,102	82
Escolaridade	,316	,082	82
Raça – Branco	,115	,161	82
Religião – Católico	,690	-,046	82
Religião – Evangélico	,216	,076	82
Religião – Espírita	,452	,058	82
Estado civil – Casado	,244	,142	82
Estado civil – Solteiro	,216	-,138	82
Renda familiar	,913	,008	82
Vínculo empregatício	,513	,080	77
Classe social	,498	,052	81
Participação em conselhos gestores	,222	-,151	82
Tempo de participação na FASFIL	,188	-,119	81
Participação em outras FASFIL	,241	-,141	81
Interesse por política	,219	,098	82
Eficácia política subjetiva	,020	,196	82
Identificação ideológica	,000	-,328	80

Fonte: Pesquisa “Cultura política e elites não-estatais”, 2011.

A Tabela 16 evidencia que a adesão ao sistema político democrático em detrimento dos demais encontra-se associada ao entendimento dos dirigentes quanto à sua capacidade de influenciar a política e ao posicionamento no espectro ideológico, de modo que maiores manifestações de preferência pelo sistema democrático estão relacionadas ao maior entendimento quanto à medida eficácia política subjetiva e posicionamentos mais à esquerda em termos de identificação ideológica.

Os dirigentes foram ainda questionados quanto à medida que consideram importante

viver em um país governado de maneira democrática por meio de uma escala de 1 a 10 em que 1 significa “nada importante” e 10 significa “totalmente importante”. Nenhum dirigente apontou os quatro primeiros pontos da escala e apenas um selecionou o valor 5 (1,2%), de modo que a expressiva maioria dos casos (98,8%) se concentrou na metade à direita da escala, com concentração de 53,7% dos casos no ponto máximo.

A média encontrada para a variável foi de 9,01, com desvio-padrão 1,27, ou seja, pode-se inferir que os dirigentes entendem em medida expressiva que é importante viver sob um regime democrático e mesmo aqueles indivíduos que se encontram a até três desvios-padrão da média se localizam na metade superior da escala, conforme percentuais apresentados no parágrafo anterior.

Identificada a grande importância atribuída pelos entrevistados à ideia de viver em um país governado democraticamente, foram realizados testes de associação de Tau c com as mesmas variáveis mesmas variáveis utilizadas anteriormente. Os resultados de tais cruzamentos considerados como estatisticamente válidos para esta pesquisa seguem dispostos na Tabela 17.

Tabela 17. Associações com a medida de importância de viver em um país governado de maneira democrática

Variável	Sig	Valor	n
Sexo	,782	-,032	82
Idade	,679	-,035	82
Escolaridade	,061	,140	82
Raça – Branco	,233	,123	82
Religião – Católico	,944	-,008	82
Religião – Evangélico	,513	-,057	82
Religião – Espírita	,034	,153	82
Estado civil – Casado	,574	,064	82
Estado civil – Solteiro	,237	-,120	82
Renda familiar	,004	,219	82
Vínculo empregatício	,935	-,009	77
Classe social	,227	,083	81
Participação em conselhos gestores	,043	,228	82
Tempo de participação na FASFIL	,278	-,090	81
Participação em outras FASFIL	,505	-,078	81
Interesse por política	,000	,278	82
Eficácia política subjetiva	,002	,216	81
Identificação ideológica	,030	-,184	80

Fonte: Pesquisa “Cultura política e elites não-estatais”, 2011.

A tabela permite verificar associações entre a variável sob análise e a religião espírita, o que permite inferir que manifestar-se como seguidor dessa religião é uma característica

associada ao entendimento de que é muito importante viver em um país governado de maneira democrática.

Os dados apresentados evidenciam ainda que quanto maior a renda familiar do entrevistado, maior também o ponto da escala em que tal indivíduo apontou sua opinião quanto à importância de viver em país governado democraticamente. A mesma tabela evidencia ainda que dirigentes que participam de conselhos gestores são mais propensos ao entendimento de que é importante viver sob o regime democrático.

Por fim, em se tratando das variáveis relacionadas à política, a Tabela 17 permite inferir que quanto maior o interesse por política e o entendimento quanto à eficácia política subjetiva por parte dos dirigentes, maior também a importância atribuída por eles à vida em uma nação democrática, opinião corroborada pelos entrevistados que declararam posicionamentos mais à esquerda no espectro ideológico.

5.2 CARACTERÍSTICAS DA DEMOCRACIA

Uma vez que é possível inferir que a democracia é considerada a melhor forma de governo pelos dirigentes de FASFIL entrevistados, identificar um elevado grau de adesão à democracia como melhor tipo de sistema político pelo índice acima exposto e detectar que tais indivíduos consideram muito importante viver em um país governado de maneira democrática, pode-se buscar entender a que tipo de democracia tais dirigentes aderem, ou seja, quais os valores democráticos da elite não-estatal sob análise, bem como as características dos entrevistados que se encontram associadas àquelas identificadas como pertinentes ao apoio difuso à democracia.

Considerando que em um regime democrático muitas coisas são desejáveis, mas nem todas são características fundamentais, os dirigentes foram questionados sobre a medida de entendimento quanto a algumas características fundamentais da democracia, utilizando uma escala de 1 a 10 pontos em que 1 significa “não é uma característica fundamental da democracia” e 10 significa “é uma característica fundamental da democracia”.

A Tabela 18 apresenta as médias e desvios-padrão encontrados para as sete proposições expostas no questionário.

Tabela 18. Características fundamentais da democracia

Característica	Média	Desvio-padrão	n
O povo escolhe seus líderes em eleições livres.	8,84	1,69	80
As mulheres têm o mesmo direitos que os homens.	8,59	2,37	79
Direitos do cidadão protegem a liberdade do povo contra a opressão.	8,39	1,78	80
O povo pode mudar as leis pelo voto.	8,35	2,37	80
Os criminosos são severamente punidos.	6,39	3,05	80
As Forças Armadas assumem o governo quando ele for incompetente.	4,24	3,00	80
O governo cobra impostos dos ricos e dá dinheiro aos pobres.	4,13	2,51	80

Fonte: Pesquisa “Cultura política e elites não-estatais”, 2011

Os valores apresentados na Tabela 18 demonstram que os dirigentes de FASFIL acreditam em grande medida que a escolha de líderes em eleições livres, direitos iguais para mulheres e homens, proteção da liberdade do povo contra a opressão por meio de direitos e possibilidade de mudança das leis pelo voto são características fundamentais da democracia, tanto que as quatro primeiras afirmações apresentaram médias superiores ao ponto 8 da escala. Para tais afirmações, o ponto máximo foi o mais citado pelos entrevistados, com percentuais de concentração de casos na metade à direita da escala entre 84,8 e 92,5%.

Já a afirmação “Os criminosos são severamente punidos” foi considerada pela amostra dos dirigentes como uma característica fundamental da democracia de maneira intermediária, uma vez que concentrou 62,5% dos casos na metade à direita da escala.

Finalizando a bateria relacionada às características fundamentais da democracia, as afirmações “As Forças Armadas assumem o governo quando ele for incompetente” e “O governo cobra impostos dos ricos e dá dinheiro aos pobres” foram consideradas em medida fraca como características fundamentais ao referido sistema pela maior parte dos entrevistados²⁵.

Ainda discorrendo sobre a Tabela 18, os desvios-padrão apresentados permitem inferir que houve considerável variação de respostas entre os entrevistados, principalmente para as afirmações relacionadas à punição severa aos criminosos e às Forças Armadas assumirem o governo quando ele for incompetente, o que indica que os casos não se concentraram apenas em pontos muito próximos da escala.

²⁵ Cabe ressaltar que a afirmação relacionada ao distributivismo ter apresentado a menor média de concordância quanto a ser uma característica fundamental da democracia permite inferir que os dirigentes de FASFIL entrevistados são pouco simpáticos à referida forma de atuação social. Entretanto, pelo fato desta pesquisa ser estritamente quantitativa e de ter tomado por base a bateria de questões aplicada por instituições internacionais como o WVS e o LAPOP não foi possível identificar a motivação para tais respostas, o que pode vir a ser alvo de um estudo qualitativo posterior. Destaque-se, no entanto, que tal limitação não se constitui em impedimento à análise dos resultados encontrados e não prejudica sua interpretação.

Em se tratando de testes de associação, as respostas encontradas para as afirmações componentes da bateria em discussão foram cruzadas com as variáveis anteriormente mencionadas, de modo que os resultados relevantes para as cinco afirmações com médias acima de 5,00 destacadas na tabela acima seguem dispostos nas Tabelas 19 a 23, que tratam da discussão acerca de cada afirmação em separado²⁶.

A Tabela 19 expõe as associações para as variáveis anteriormente elencadas em cruzamentos com a afirmação de que “O povo escolhe seus líderes em eleições livres” enquanto característica fundamental da democracia.

Tabela 19. Associações com a afirmação “O povo escolhe seus líderes em eleições livres”

Variável	Sig	Valor	n
Sexo	,930	-,010	80
Idade	,014	-,198	80
Escolaridade	,002	,207	80
Raça – Branco	,080	,178	80
Religião – Católico	,465	-,079	80
Religião – Evangélico	,666	,029	80
Religião – Espírita	,405	,074	80
Estado civil – Casado	,640	-,057	80
Estado civil – Solteiro	,813	-,027	80
Renda familiar	,006	,224	80
Vínculo empregatício	,255	-,139	75
Classe social	,049	,147	79
Participação em conselhos gestores	,368	,106	80
Tempo de participação na FASFIL	,025	-,196	79
Participação em outras FASFIL	,383	,103	79
Interesse por política	,009	,197	80
Eficácia política subjetiva	,013	,206	79
Identificação ideológica	,044	-,157	78
Opinião sobre a democracia	,502	,061	80
Índice de adesão ao sistema político democrático	,059	,146	80
Medida de importância de viver em um país governado de maneira democrática	,000	,330	80

Fonte: Pesquisa “Cultura política e elites não-estatais”, 2011.

Os testes permitiram identificar nove variáveis com as quais existem associações válidas em relação à afirmação de que a escolha de líderes pelo povo através de eleições livres se constitui em característica fundamental da democracia. Na bateria, tal afirmação foi a que

²⁶ Foram realizados testes de associação com todas as variáveis pertencentes à bateria. No entanto, na presente pesquisa são discutidos apenas os resultados pertinentes às cinco afirmações que atingiram médias de concordância maiores que 5 entre os entrevistados. Os testes referentes a tais afirmações, bem como àquelas não

resultou no maior número de associações com as variáveis selecionadas para a realização dos testes de Tau c.

Observe-se que quanto mais alta a classe social subjetiva do indivíduo e quanto mais próximo ao posicionamento de esquerda maior a concordância com a afirmação. De maneira semelhante, os dados apresentados na Tabela 19 permitem concluir que a indicação de pontos maiores na escala de concordância com a afirmação acima exposta se encontra associada ao aumento do nível de escolaridade, da renda familiar, do interesse por política e da eficácia política subjetiva por parte dos entrevistados.

As variáveis idade e tempo de participação na FASFIL também apresentaram associações negativas com a característica em discussão, o que nos leva a entender que quanto maior a idade e maior o período de participação na entidade da qual é dirigente, menor o seu entendimento de que a escolha de líderes em eleições livres é uma característica fundamental da democracia.

Considerando que as variáveis idade e tempo de participação na FASFIL estão associadas em medida positiva (Tau c de ,349 e significância de ,000), a explicação para tal posicionamento poderia estar atrelada aos argumentos de Easton (1975) e Dahl (1997) apresentados no segundo capítulo da pesquisa. O primeiro afirma que a socialização na infância e na vida adulta é fonte, de maneira conjunta às experiências diretas do indivíduo, do surgimento do apoio difuso, enquanto o segundo defende que o primeiro período de socialização dos indivíduos se dá em instituições como a família e a escola, onde passamos a infância e a adolescência.

Nesse sentido, dirigentes que vivenciaram o processo de socialização, ainda que parcial, sob o regime democrático tenderiam a considerar em maior medida que a característica em discussão é fundamental à democracia, uma vez que o voto se constitui na maior ferramenta democrática no modelo representativo.

Finalizando a discussão dos dados dispostos na Tabela 19, o maior valor encontrado para a afirmação exposta foi aquele relacionado à medida de importância de viver em um país governado de maneira democrática, o que permite inferir que quanto mais um indivíduo entende que é relevante viver sob um regime democrático maior também é seu entendimento de que a escolha de líderes pelo voto através de eleições livres é uma característica fundamental da democracia. As demais variáveis não se encontram associadas à afirmação analisada acima em relação ao segmento da elite não-estatal maringense sob análise.

A Tabela 20 expõe os resultados dos cruzamentos com a afirmação de que “As mulheres têm os mesmos direitos que os homens” enquanto característica fundamental da democracia.

Tabela 20. Associações com a afirmação “As mulheres têm os mesmos direitos que os homens”

Variável	Sig	Valor	n
Sexo	,131	,172	79
Idade	,264	-,082	79
Escolaridade	,037	,160	79
Raça – Branco	,948	-,006	79
Religião – Católico	,980	-,003	79
Religião – Evangélico	,428	-,049	79
Religião – Espírita	,411	,065	79
Estado civil – Casado	,363	,104	79
Estado civil – Solteiro	,799	-,026	79
Renda familiar	,036	,151	79
Vínculo empregatício	,477	-,081	75
Classe social	,454	,051	78
Participação em conselhos gestores	,586	,062	79
Tempo de participação na FASFIL	,354	-,068	78
Participação em outras FASFIL	,030	,227	78
Interesse por política	,008	,205	79
Eficácia política subjetiva	,010	,195	78
Identificação ideológica	,039	-,162	79
Opinião sobre a democracia	,409	,072	79
Índice de adesão ao sistema político democrático	,443	,057	79
Medida de importância de viver em um país governado de maneira democrática	,000	,308	79

Fonte: Pesquisa “Cultura política e elites não-estatais”, 2011.

Os dados expostos na Tabela 20 demonstram que o aumento da concordância com a afirmação de que as mulheres terem os mesmos direitos que os homens é uma característica fundamental da democracia se encontra associado a elevações do nível de escolaridade e da renda familiar, bem como da aproximação do posicionamento dos respondentes à esquerda. A variável também se relaciona ao interesse por política por parte dos entrevistados e ao seu entendimento quanto à sua capacidade de influenciar na política de maneira positiva, o que indica que quanto mais interessados por política e mais entendedores de sua eficácia no cenário político, maior a sua concordância com a afirmação em discussão. Além disso, a participação em outras FASFIL além daquela em que atua como dirigente também se apresenta como fator associado ao maior entendimento quanto a concordância com a afirmação sob análise.

Assim como ocorreu nos cruzamentos apresentados para a afirmação anterior, a medida de importância de viver em um país governado de maneira democrática resultou no maior valor exposto na Tabela 20, o que permite inferir que quanto mais um indivíduo entende que é relevante viver sob um regime democrático maior também é seu entendimento de que a submissão dos cidadãos a direitos iguais independente do sexo é uma característica fundamental da democracia. Nesse sentido, tal resultado vai ao encontro do argumento de Inglehart (1988), de que uma postura mais democrática estaria associada à igualdade de gênero como parte da síndrome de mudança de valores.

A Tabela 21 expõe as associações decorrentes dos cruzamentos com a afirmação de que “Direitos do cidadão protegem a liberdade do povo contra a opressão”.

Tabela 21. Associações com a afirmação “Direitos do cidadão protegem a liberdade do povo contra a opressão”

Variável	Sig	Valor	n
Sexo	,731	-,041	80
Idade	,249	-,098	80
Escolaridade	,000	,076	80
Raça – Branco	,313	,104	80
Religião – Católico	,918	-,011	80
Religião – Evangélico	,162	-,084	80
Religião – Espírita	,346	,079	80
Estado civil – Casado	,263	,139	80
Estado civil – Solteiro	,265	-,131	80
Renda familiar	,001	,300	80
Vínculo empregatício	,264	-,144	75
Classe social	,387	,072	79
Participação em conselhos gestores	,160	,177	80
Tempo de participação na FASFIL	,374	-,065	79
Participação em outras FASFIL	,857	-,023	79
Interesse por política	,000	,251	80
Eficácia política subjetiva	,120	,140	79
Identificação ideológica	,013	-,196	78
Opinião sobre a democracia	,382	,079	80
Índice de adesão ao sistema político democrático	,009	,175	80
Medida de importância de viver em um país governado de maneira democrática	,000	,369	80

Fonte: Pesquisa “Cultura política e elites não-estatais”, 2011.

A Tabela 21 apresenta associações que permitem inferir que quanto mais à esquerda o posicionamento do dirigente no espectro ideológico e maior o valor atingido por ele quando do cálculo do índice de adesão ao sistema político democrático, maior também o seu entendimento de que a proteção da liberdade do povo contra a opressão por meio de direitos

do cidadão é uma característica fundamental da democracia. De maneira semelhante, pode-se afirmar que elevações no nível de escolaridade, na renda familiar e no interesse dos entrevistados por política estão associados à aceitação da afirmação em questão.

Novamente, a medida de importância de viver em um país governado de maneira democrática resultou no maior valor dentre aqueles cuja significância foi válida, o que significa que quanto mais um indivíduo entende que é relevante viver sob um regime democrático maior também é seu entendimento de que essa é uma característica fundamental da democracia.

A Tabela 22 expõe as associações referentes aos cruzamentos com a afirmação de que “O povo pode mudar as leis pelo voto” enquanto característica fundamental da democracia.

Tabela 22. Associações com a afirmação “O povo pode mudar as leis pelo voto”

Variável	Sig	Valor	n
Sexo	,828	-,026	80
Idade	,560	,046	80
Escolaridade	,004	,209	80
Raça – Branco	,379	,091	80
Religião – Católico	,584	-,060	80
Religião – Evangélico	,161	-,093	80
Religião – Espírita	,385	,076	80
Estado civil – Casado	,983	,003	80
Estado civil – Solteiro	,422	-,086	80
Renda familiar	,068	,138	80
Vínculo empregatício	,744	-,038	75
Classe social	,424	,056	79
Participação em conselhos gestores	,087	,201	80
Tempo de participação na FASFIL	,560	-,49	79
Participação em outras FASFIL	,011	,278	79
Interesse por política	,581	,050	80
Eficácia política subjetiva	,008	,191	79
Identificação ideológica	,059	-,161	78
Opinião sobre a democracia	,672	,037	80
Índice de adesão ao sistema político democrático	,280	,081	80
Medida de importância de viver em um país governado de maneira democrática	,001	,260	80

Fonte: Pesquisa “Cultura política e elites não-estatais”, 2011.

Podemos verificar que elevações no entendimento dos indivíduos quanto à sua eficácia política subjetiva são indicativos de propensão a considerar que o povo poder mudar as leis pelo voto é uma característica fundamental da democracia. Além disso, quanto maiores a escolaridade do dirigente e a medida que tal indivíduo considera importante viver em um país

governado democraticamente, maior também a sua concordância com a afirmação de que “O povo pode mudar as leis pelo voto” se constitui em uma característica fundamental da democracia.

Por fim, a Tabela 22 evidencia ainda que o fato do entrevistado participar de outras FASFIL além daquela da qual é dirigente se apresentou como variável com maior valor dentre aquelas com significância aceitável, o que permite inferir que indivíduos que atuam em mais entidades sem fins lucrativos além daquelas com a qual são comprometidos enquanto gestores entendem em maior medida que a possibilidade de mudança das leis pelo voto do povo seja uma característica fundamental da democracia.

A Tabela 23 expõe as associações para as variáveis anteriormente elencadas em cruzamentos com a afirmação de que “Os criminosos são severamente punidos” enquanto característica fundamental da democracia.

Tabela 23. Associações com a afirmação “Os criminosos são severamente punidos”

Variável	Sig	Valor	n
Sexo	,496	,087	80
Idade	,4621	,059	80
Escolaridade	,953	,005	80
Raça – Branco	,302	-,110	80
Religião – Católico	,491	-,083	80
Religião – Evangélico	,394	-,069	80
Religião – Espírita	,774	,025	80
Estado civil – Casado	,648	,058	80
Estado civil – Solteiro	,659	-,050	80
Renda familiar	,242	,097	80
Vínculo empregatício	,045	-,255	75
Classe social	,459	,057	79
Participação em conselhos gestores	,000	,421	80
Tempo de participação na FASFIL	,245	,091	79
Participação em outras FASFIL	,003	,336	79
Interesse por política	,469	,072	80
Eficácia política subjetiva	,481	,064	79
Identificação ideológica	,739	,029	78
Opinião sobre a democracia	,365	-,093	80
Índice de adesão ao sistema político democrático	,045	-,173	80
Medida de importância de viver em um país governado de maneira democrática	,020	,186	80

Fonte: Pesquisa “Cultura política e elites não-estatais”, 2011.

A Tabela 23 apresenta associação negativa entre a afirmação em debate e o índice de adesão ao sistema político democrático, o que significa que quanto mais alto o ponto da escala

em que se localizam os dirigentes, menor a sua concordância com a afirmação de que a punição severa aos criminosos seja uma característica fundamental da democracia.

Em contrapartida, em medida positiva, a associação entre a concordância com a afirmação em discussão e a medida de importância de viver em um país governado de maneira democrática indica que dirigentes que atribuíram maior relevância à vivência sob o sistema político democrático tendem ao entendimento de que a punição severa aos criminosos constitui uma característica fundamental da democracia.

Observando as demais variáveis expostas na tabela, cuja significância foi considerada aceitável em termos estatísticos, é possível inferir que dirigentes que trabalham nos setores público ou privado, que participam de conselhos gestores e de outras entidades tendem a considerar em maior medida que a afirmação “Os criminosos são severamente punidos” se constitui em característica fundamental da democracia.

Diante dos dados apresentados nas tabelas 19 a 23 e da discussão proposta, fica evidente que algumas variáveis se destacam nas associações relacionadas a bateria sobre características fundamentais da democracia, quais sejam: medida de importância a viver em um país governado de maneira democrática, escolaridade e identificação ideológica, com destaque à primeira, cujos testes de associação retornaram valores com significância menores ou iguais a 0,05 para todas as afirmações da bateria.

5.3 PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Encerrada a discussão sobre o sufrágio universal e, posteriormente, superado o período da ditadura militar, a participação política dos indivíduos comuns no sistema democrático brasileiro foi alçada a outro patamar: a participação para além da escolha de representantes.

Conforme Clemente e Horochovski (2011, p. 7), “a democracia deliberativa surgiu com o resgate de uma dimensão pública das questões sociais e políticas através do revigoramento dos espaços públicos capazes de definir os rumos da ação governamental”. Nesse contexto, o Orçamento Participativo, surgido em Porto Alegre em 1989 pelo governo do PT, se constituiu como inovação democrática por conta da tentativa de articulação entre os princípios da democracia representativa e da democracia participativa (RIBEIRO e BORBA, 2011, CLEMENTE e HOROCHOVSKI, 2011).

No início da década seguinte os conselhos gestores de políticas públicas surgiram como novos espaços de articulação de demandas, viabilizando a participação da sociedade no

processo de formulação de diretrizes de políticas e no efetivo controle das ações estatais (TONELLA, 2006).

Diante de tais inovações democráticas e ainda da possibilidade de realização de plebiscitos, os entrevistados foram questionados, tomando por base a mesma escala utilizada para a bateria de questões acima quanto à medida que concordam com algumas formas de participação política num regime democrático. O resultado segue exposto na Tabela 22.

Tabela 24. Participação política

Característica	Média	Desvio-padrão	n
Só há democracia se houver participação pelo voto.	8,64	2,02	80
Só há democracia se houver participação direta em todas as decisões políticas.	7,17	2,49	80
Só há democracia se houver participação por plebiscitos.	6,95	2,61	81
Só há democracia se houver participação por orçamentos participativos.	6,73	2,24	80
Só há democracia se houver participação por conselhos gestores.	6,14	2,41	81

Fonte: Pesquisa “Cultura política e elites não-estatais”, 2011

A afirmação de que “Só há democracia se houver participação pelo voto” obteve a maior média, indicando que a maior parte dos casos se concentrou no ponto máximo da escala (51,3%), além de 90% dos casos na metade à direita da escala, o que exalta a alta adesão entre a elite não estatal maringense à democracia representativa.

As demais formas de participação apresentadas na bateria, em que os indivíduos podem atuar de maneira direta no processo democrático para além da escolha de representantes, obtiveram médias menores, porém todas também localizadas na metade à direita da escala, também indicando maior propensão à concordância com a ideia de que só há democracia se houver participação direta em todas as decisões políticas e ainda por plebiscitos, orçamentos participativos e conselhos gestores.

Nesse sentido, cabe destacar que a maior preferência pelo voto enquanto instrumento democrático não se constitui em negação às demais formas de participação, de modo que para os dirigentes ambas podem coexistir no sistema político democrático, tanto representação quanto participação. Tal inferência corrobora com o argumento de Urbinati (2010, pp. 53-54), que afirma que

Quando ao caráter da política democrática, o fato de ter a deliberação como foco permite que percebamos participação e representação não como duas formas alternativas de democracia, e sim como formas correlatas que constituem o *continuum* da ação política nas democracias modernas.

Os desvios-padrão apresentados na Tabela 22, apesar de próximos, possuem diferentes características, cabendo destacar que indivíduos que se encontram a um desvio-padrão da média a menor para as três últimas afirmações encontram-se na metade à esquerda da escala utilizada para coleta de dados, o que significa que tendem a discordar das afirmações em questão.

Entretanto, a bateria de afirmações acima permite inferir que entre os dirigentes de FASFIL entrevistados prevalece o modelo de democracia representativa, uma vez que apesar de concordarem em alguma medida de intermediária a forte com as demais formas de participação, a afirmação “Só há democracia se houver participação pelo voto” obteve média, mediana e concentração de casos na metade à direita da escala superior às demais afirmações.

Em se tratando de testes de associação, as formas de participação política dispostas na bateria apresentada na Tabela 24 foram cruzadas com as mesmas variáveis testadas com a bateria sobre características fundamentais da democracia. Os valores decorrentes de tais testes seguem dispostos nas Tabelas 25 a 29, que tratam da discussão acerca de cada afirmação em separado. A Tabela 25 expõe as associações relacionadas aos cruzamentos com a afirmação de que “Só há democracia se houver participação pelo voto”.

Tabela 25. Associações com a afirmação “Só há democracia se houver participação pelo voto”

Variável	Sig	Valor	n
Sexo	,320	-,113	80
Idade	,707	-,031	80
Escolaridade	,396	,071	80
Raça – Branco	,156	,156	80
Religião – Católico	,620	,058	80
Religião – Evangélico	,418	-,056	80
Religião – Espírita	,780	,026	80
Estado civil – Casado	,208	,146	80
Estado civil – Solteiro	,043	-,212	80
Renda familiar	,014	,170	80
Vínculo empregatício	,951	,007	75
Classe social	,092	,103	79
Participação em conselhos gestores	,499	0,81	80
Tempo de participação na FASFIL	,719	-,029	79
Participação em outras FASFIL	,971	,004	79
Interesse por política	,270	,098	80
Eficácia política subjetiva	,058	,154	79
Identificação ideológica	,028	-,172	78
Opinião sobre a democracia	,026	,240	80
Índice de adesão ao sistema político democrático	,040	,166	80
Medida de importância de viver em um país governado de maneira democrática	,000	,283	80

Fonte: Pesquisa “Cultura política e elites não-estatais”, 2011.

A Tabela 25 evidencia que os dirigentes solteiros entendem em menor medida que o regime democrático só existe quando também existe a participação pelo voto, ao passo que, obviamente, indivíduos que consideram que a democracia é a melhor forma de governo acreditam em maior medida que só há democracia se houver participação pelo voto.

Também foram encontradas associações que permitem inferir que a concordância com a afirmação em discussão se eleva à medida que aumentam a renda familiar do respondente ou o ponto das escalas em que se expressam sua opinião quanto ao índice de adesão ao sistema político democrático e a medida de importância de viver em um país governado de maneira democrática.

Por fim, destaque-se uma associação negativa entre a afirmação em pauta e a variável identificação ideológica, o que significa que quanto mais à esquerda o dirigente se posiciona no espectro ideológico, maior a sua concordância com a afirmação de que “Só há democracia se houver participação pelo voto”.

A Tabela 26 expõe as associações decorrentes dos cruzamentos com a afirmação de que “Só há democracia se houver participação direta em todas as decisões políticas”.

Tabela 26. Associações com a afirmação “Só há democracia se houver participação direta em todas as decisões políticas”

Variável	Sig	Valor	n
Sexo	,293	-,127	81
Idade	,511	,058	81
Escolaridade	,012	,192	81
Raça – Branco	,096	,176	81
Religião – Católico	,331	,111	81
Religião – Evangélico	,948	-,004	81
Religião – Espírita	,626	-,045	81
Estado civil – Casado	,585	,068	81
Estado civil – Solteiro	,584	-,062	81
Renda familiar	,553	,049	81
Vínculo empregatício	,092	,202	76
Classe social	,936	,006	80
Participação em conselhos gestores	,122	,191	81
Tempo de participação na FASFIL	,504	,063	80
Participação em outras FASFIL	,859	-,024	80
Interesse por política	,236	,098	81
Eficácia política subjetiva	,448	,065	80
Identificação ideológica	,016	-,190	79
Opinião sobre a democracia	,196	,126	81
Índice de adesão ao sistema político democrático	,000	,303	81
Medida de importância de viver em um país governado de maneira democrática	,005	,216	81

Fonte: Pesquisa “Cultura política e elites não-estatais”, 2011.

A análise da Tabela 26 permite inferir que elevações do nível de escolaridade, do índice de adesão ao sistema político democrático e da medida de importância de viver em um país governado de maneira democrática e ainda posicionamento ideológico de esquerda se associam ao aumento da concordância com a afirmação de que “Só há democracia se houver participação direta em todas as decisões políticas”.

A Tabela 27 expõe as associações relacionadas aos cruzamentos e entre as variáveis anteriores elencadas com a afirmação de que “Só há democracia se houver participação por plebiscitos”.

Tabela 27. Associações com a afirmação “Só há democracia se houver participação por plebiscitos”

Variável	Sig	Valor	n
Sexo	,064	-,228	80
Idade	,928	,009	80
Escolaridade	,818	,020	80
Raça – Branco	,029	,227	80
Religião – Católico	,696	,049	80
Religião – Evangélico	,707	-,034	80
Religião – Espírita	,274	,094	80
Estado civil – Casado	,052	,236	80
Estado civil – Solteiro	,181	-,149	80
Renda familiar	,856	,014	80
Vínculo empregatício	,022	,280	75
Classe social	,475	,056	79
Participação em conselhos gestores	,568	,074	80
Tempo de participação na FASFIL	,362	,080	79
Participação em outras FASFIL	,039	-,251	79
Interesse por política	,465	-,067	80
Eficácia política subjetiva	,559	-,048	79
Identificação ideológica	,116	-,120	78
Opinião sobre a democracia	,005	,278	80
Índice de adesão ao sistema político democrático	,002	,0243	80
Medida de importância de viver em um país governado de maneira democrática	,062	,156	80

Fonte: Pesquisa “Cultura política e elites não-estatais”, 2011.

Dentre os dados apresentados na Tabela 27, é perceptível que dirigentes que se declararam de raça branca e aqueles que entendem que a democracia é a melhor forma de governo concordam em maior medida com a afirmação sob análise. Além disso, a tabela demonstra que elevações no índice de adesão ao sistema político democrático e de concordância com a afirmação em pauta também está associados para a amostra pesquisada.

Cabe destacar dentre os resultados dos demais cruzamentos que o entendimento de que só há democracia se houver participação por plebiscitos encontra-se ainda associado com o vínculo empregatício em medida positiva e com participação em outras FASFIL em medida negativa, o que permite inferir que indivíduos que gerem as entidades de maneira remunerada e exclusiva (sem participação em outras instituições) possuem maior probabilidade de concordância com a afirmação em discussão.

A Tabela 28 expõe as associações para as variáveis acima elencadas em cruzamentos com a afirmação de que “Só há democracia se houver participação por orçamentos participativos”.

Tabela 28. Associações com a afirmação “Só há democracia se houver participação por orçamentos participativos”

Variável	Sig	Valor	n
Sexo	,791	-,034	80
Idade	,971	,003	80
Escolaridade	,247	,113	80
Raça – Branco	,851	-,022	80
Religião – Católico	,396	,104	80
Religião – Evangélico	,889	-,011	80
Religião – Espírita	,496	,066	80
Estado civil – Casado	,228	,149	80
Estado civil – Solteiro	,781	-,028	80
Renda familiar	,322	,083	80
Vínculo empregatício	,080	,225	75
Classe social	,671	-,034	79
Participação em conselhos gestores	,525	,083	80
Tempo de participação na FASFIL	,904	-,009	79
Participação em outras FASFIL	,165	-,178	79
Interesse por política	,535	,057	80
Eficácia política subjetiva	,073	-,162	79
Identificação ideológica	,396	-,058	78
Opinião sobre a democracia	,010	,261	80
Índice de adesão ao sistema político democrático	,207	,108	80
Medida de importância de viver em um país governado de maneira democrática	,021	,171	80

Fonte: Pesquisa “Cultura política e elites não-estatais”, 2011.

Conforme disposto na tabela acima, dirigentes que entendem que a democracia é a melhor forma de governo e que atribuem maior importância a viver em um país governado de maneira democrática são mais propensos a concordar com a afirmação de que “Só há democracia se houver participação por orçamentos participativos”.

A Tabela 29 apresenta os resultados dos cruzamentos relacionados a afirmação de que “Só há democracia se houver participação por conselhos gestores”.

Tabela 29. Associações com a afirmação “Só há democracia se houver participação por conselhos gestores”

Variável	Sig	Valor	n
Sexo	,845	-,024	81
Idade	,288	-,095	81
Escolaridade	,014	,209	81
Raça – Branco	,628	,054	81
Religião – Católico	,264	,133	81
Religião – Evangélico	,424	-,062	81
Religião – Espírita	,191	,110	81
Estado civil – Casado	,069	,218	81
Estado civil – Solteiro	,106	-,171	81
Renda familiar	,002	,229	81
Vínculo empregatício	,650	,057	76
Classe social	,165	,091	80
Participação em conselhos gestores	,015	,299	81
Tempo de participação na FASFIL	,143	-,117	80
Participação em outras FASFIL	,109	-,201	80
Interesse por política	,055	,166	81
Eficácia política subjetiva	,472	-,060	80
Identificação ideológica	,045	-,146	79
Opinião sobre a democracia	,336	,103	81
Índice de adesão ao sistema político democrático	,341	,082	81
Medida de importância de viver em um país governado de maneira democrática	,001	,241	81

Fonte: Pesquisa “Cultura política e elites não-estatais”, 2011.

A Tabela 29 apresenta apenas uma associação negativa estatisticamente válida, referente ao relacionamento entre o posicionamento no espectro ideológico e a afirmação de que “Só há democracia se houver participação por conselhos gestores”, indicativo de que dirigentes que se declararam à esquerda no referido espectro são aqueles que concordam em maior medida com a afirmação em discussão. Em outras palavras, dirigentes com posicionamento de direita tendem ao menor entendimento de que a participação por conselhos gestores é essencial ao regime democrático.

Como esperado, a relação entre a afirmação acima mencionada e a participação em conselhos gestores pelos dirigentes das FASFIL se apresentou estatisticamente válida. A explicação para tal cruzamento resultar em associação positiva pode estar no fato de que pouco mais da metade dos indivíduos componentes da amostra pesquisada não são dirigentes de entidades que participam dos conselhos gestores da SASC, de modo que tal característica não é homogênea para o grupo analisado.

Os outros relacionamentos permitem inferir que conforme se identificam maiores níveis de escolaridade, renda familiar e importância atribuída a viver em um país governado

democraticamente, maior também é a medida que os entrevistados concordaram com a afirmação supracitada.

Considerando os dados contidos nas Tabelas 25 a 29 é perceptível que as variáveis cujos testes retornaram em mais associações com as formas de participação política expostas foram a medida de importância de viver em um país governado de maneira democrática, com quatro associações dentre cinco possíveis nesta bateria, e ainda identificação ideológica, opinião sobre a democracia e índice de adesão ao sistema político democrático, ambas com três associações.

Os testes resultaram ainda em associações válidas para escolaridade, renda familiar e participação em outras FASFIL para duas afirmações e raça, estado civil e vínculo empregatício para uma afirmação, de modo que as demais variáveis não apresentaram associação com a bateria de questões acerca da participação política.

5.4 CONSIDERAÇÕES SOBRE OS TESTES DE ASSOCIAÇÕES

Diante dos resultados apresentados nas seções anteriores do presente capítulo, são possíveis algumas inferências quanto às variáveis utilizadas nos testes, as quais seguem dispostas como demográficas, relacionadas à participação em FASFIL, de engajamento político²⁷ e de medidas quantitativas de apoio difuso à democracia.

A análise das variáveis demográficas testadas demonstra que escolaridade e renda familiar são as características mais relevantes dentre aquelas pertencentes a este grupo, sendo que cada uma retornou seis associações válidas. Considerando tais variáveis, esta observação é coerente, uma vez que aumentos nos níveis de escolaridade tendem a estar relacionados com elevações na faixa de renda familiar (Tau c de ,201 e sig de ,008).

Em termos analíticos, esses resultados evidenciam que dirigentes com maior nível de conhecimento e rendimentos mais altos são mais propensos a apoiarem em medidas mais expressivas a democracia, inferência baseada no fato de que todas as associações estatisticamente válidas são positivas.

Além dessas variáveis, o vínculo empregatício resultou em três associações aceitáveis, sendo dois positivos e um negativo, este relacionado à punição severa aos criminosos, o que permite inferir que apesar de dois cruzamentos indicarem que dirigentes que trabalham nas FASFIL das quais são gestores com remuneração tais indivíduos não concordam que seja uma

²⁷ As variáveis componentes de cada grupo foram apresentadas no Capítulo 4, que trata da caracterização do

característica fundamental da democracia punir de maneira severa os criminosos.

Com relação à religião, não foram identificados relacionamentos válidos com a variável referente ao catolicismo, mas as religiões espírita e evangélica obtiveram significâncias estatisticamente válidas em dois e um cruzamento, o que permite inferir que ainda que de maneira pouco expressiva tais religiões são relevantes, o que, em consequência, implica em afirmar que a característica religião possui alguma relevância para a explicação do apoio abstrato ao sistema democrático para o segmento de elite não estatal sob análise.

Já a idade apresentou apenas uma associação válida quanto do teste realizado com a afirmação de que “A escolha de líderes em eleições livres” seria uma característica fundamental da democracia. O fato de tal cruzamento ter resultado em valor negativo é indicativo de que quanto maior o tempo de vida dos entrevistados, menor a sua concordância com a afirmação exposta. Em outras palavras, dentre os dirigentes de FASFIL entrevistados, quanto mais novos tais gestores, maior o seu entendimento de que a escolha de líderes em eleições livres se constitui em característica fundamental do sistema democrático.

Uma explicação para tal associação pode ser encontrada na teoria de Dahl (1997) de que nas primeiras duas décadas de vida se formam os valores do indivíduo. Lançando mão de tal teoria explicativa e considerando que o fim do período autoritário e a implantação do regime democrático se deram a menos de três décadas, é possível inferir que indivíduos cuja socialização se deu a partir de então tendem à maior valorização da democracia e, por consequência, da escolha de líderes em eleições livres, do que aqueles que foram submetidos ao regime ditatorial, no que diz se refere à amostra dos dirigentes de FASFIL maringenses.

Os cruzamentos com a variável raça resultaram em apenas uma associação, a qual permitiu inferir que dirigentes que se declararam brancos tendem ao maior entendimento de “Só existe democracia se houver participação por plebiscitos”.

Ainda tratando de associações com instrumentos participativos, o único relacionamento identificado para a variável estado civil foi com relação ao voto. Os indivíduos solteiros manifestaram menor concordância com a afirmação de que “Só existe democracia se houver participação pelo voto”. O estado civil casado não resultou em associações válidas.

A última variável demográfica, classe social, também retornou apenas uma associação estatisticamente aceitável com a afirmação de que “A escolha de líderes em eleições livres” seria uma característica fundamental da democracia, o que indica que quanto mais elevada a

classificação na escala social que o indivíduo atribui a si mesmo, maior também seu entendimento quanto à afirmação exposta.

Cabe destacar ainda que a variável sexo não resultou em nenhuma associação com significância menor ou igual a 0,05 para as questões que tratam do apoio difuso ao sistema democrático, o que permite inferir que ser homem ou mulher não é relevante em termos de medida abstrata de apoio à democracia, o que demonstra a homogeneidade de valores dos indivíduos respondentes da pesquisa em se tratando do nível de apoio discutido na presente seção.

Quanto às variáveis relacionadas à participação em FASFIL, o tempo de participação nas entidades das quais são dirigentes se apresentou negativamente associado com a afirmação de que “A escolha de líderes em eleições livres” seria uma característica fundamental da democracia, o que demonstra coerência com a associação também negativa encontrada entre tal frase e a idade dos entrevistados.

Nesse sentido, considerando que indivíduos mais jovens são aqueles que participam a menos tempo das instituições das quais são dirigentes, a mesma explicação válida para a idade se aplica à variável tempo de participação na FASFIL.

Por sua vez, as variáveis relacionadas a participação em conselhos gestores e em outras FAFSIL retornaram quatro associações válidas cada, o que permite inferir que dirigentes que participam do referido instrumento democrático e aqueles que atuam ainda em outras entidades além daquelas que dirigem tendem a medidas mais elevadas de apoio abstrato à democracia. Cabe a ressalva de que aqueles que atuam em outras FASFIL são os que entendem em menor medida que “Só existe democracia se houver participação por plebiscitos”, uma vez que tal associação resultou negativa.

Com relação ao engajamento político, interesse por política e eficácia política subjetiva retornaram apenas associações com valores positivos, o que permite inferir que quanto mais interessados por política e quanto maior o entendimento dos indivíduos de sua capacidade de influenciar no cenário político, maior também sua adesão à democracia em nível abstrato.

No que se refere a identificação ideológica, dentre as doze associações encontradas onze são negativas, o que significa que dirigentes de FASFIL com posicionamento de esquerda no espectro ideológico aderem ao sistema democrático em termos normativos. A variável cujo relacionamento encontrado foi positivo trata do entendimento quanto ao governo militar ser um bom tipo de sistema político, o que permite inferir que indivíduos com posicionamento de direita, ao menos dentre a amostra coletada, tendem ao maior apoio a tal

tipo de regime.

Sendo assim, considerando que os testes de associação resultaram em relacionamentos estatisticamente aceitáveis negativos em praticamente todos os casos e que os respondentes com posicionamento de esquerda são mais democráticos que aqueles de direita, é possível inferir que os resultados encontrados para o segmento de elite não estatal são considerados favoráveis ao sistema democrático, em grande medida, pela cultura política dos entrevistados com identificação ideológica vinculada a pensamentos de esquerda.

Em outras palavras, caso o grupo analisado apresentasse um percentual mais elevado de dirigentes com posicionamento de direita (63,7% dos dirigentes de FASFIL indicaram pontos entre 6 e 10 no espectro ideológico), haveria grande chance dos resultados indicarem menor adesão à democracia em termos de apoio difuso.

Em contrapartida, caso o número de indivíduos cujas respostas indicassem posicionamento à esquerda no espectro ideológico fosse maior, o nível de adesão normativa poderia ser ainda maior, uma vez que mesmo havendo um menor número de dirigentes de esquerda tal medida de apoio se apresentou elevada para o grupo como um todo.

O último grupo de variáveis corresponde às medidas de apoio difuso em termos quantitativos ao sistema político democrático, cujas associações demonstram, obviamente, que dirigentes que entendem que a democracia é a melhor forma de governo, que atingiram alto índice de adesão ao referido sistema como melhor tipo de sistema político e que entendem em maior medida que é importante viver em um país governado de maneira democrática tendem a apoiar tal regime em termos de relacionamento.

Sobre tais variáveis é necessário ressaltar ainda que apenas uma associação resultou negativa para tal grupo, sendo esta decorrente do cruzamento entre o índice de adesão ao sistema político democrático e a afirmação de que “Os criminosos são severamente punidos”, o que significa que aqueles que apresentaram maior predileção pelo sistema democrático são os que concordam em menor medida com a punição severa aos criminosos.

6 APOIO ESPECÍFICO À DEMOCRACIA

A medida do apoio específico da elite não-estatal maringense à democracia se deu por meio da seleção de variáveis cujo objeto é a avaliação do regime em termos práticos, como explanado por Easton (1975).

Para expor o quadro encontrado, este capítulo se encontra dividido em quatro seções, que se dedicam à apresentação da análise descritiva e de testes de associação envolvendo a percepção dos dirigentes sobre a forma como o Brasil está sendo governado atualmente e a avaliação do sistema político, sobre confiança em instituições democráticas e sobre a avaliação do desempenho dos gestores federal, estadual e municipal, bem como a considerações sobre os testes realizados ao longo do capítulo.

Cabe destacar que os testes de associação realizados nas seções abaixo foram conduzidos por meio de cruzamentos das variáveis de apoio específico com aquelas mencionadas anteriormente. Para as baterias referentes a avaliação do sistema político, confiança em instituições democráticas e avaliação do desempenho dos gestores públicos foi incluída ainda a medida de entendimento dos dirigentes quanto ao Brasil ser governado de maneira democrática atualmente.

6.1 AVALIAÇÃO DO SISTEMA POLÍTICO

Em se tratando da avaliação do regime democrático, os dirigentes foram questionados primeiramente sobre o quanto acreditam que o Brasil está sendo governado de maneira democrática hoje. Tomando por base novamente uma escala de 1 a 10 em que 1 significa “nada democrático” e 10 significa “totalmente democrático”, nenhum dirigente apontou os pontos extremos da escala.

Dentre as respostas, a maior parte se concentrou na metade mais próxima ao ponto máximo, indicando uma forte tendência à concordância com a ideia de que o Brasil está sendo governando de maneira democrática atualmente (73,2%), com média de 6,33 e desvio-padrão

de 1,55, o que permite inferir que os dirigentes manifestam posição favorável com intensidade média.

A Tabela 30 apresenta os resultados dos testes de associação realizados entre a variável em discussão e aquelas elencadas no capítulo referente à metodologia desta pesquisa.

Tabela 30. Associações com a medida de entendimento de que o Brasil está sendo governado de maneira democrática hoje

Variável	Sig	Valor	n
Sexo	,127	-,186	82
Idade	,837	-,016	82
Escolaridade	,042	,161	82
Raça – Branco	,758	-,084	82
Religião – Católico	,862	,020	82
Religião – Evangélico	,839	-,014	82
Religião – Espírita	,226	-,101	82
Estado civil – Casado	,565	,069	82
Estado civil – Solteiro	,820	,021	82
Renda familiar	,745	-,028	82
Vínculo empregatício	,769	,035	77
Classe social	,099	-,126	81
Participação em conselhos gestores	,805	,031	82
Tempo de participação na FASFIL	,985	,002	81
Participação em outras FASFIL	,525	-,078	81
Interesse por política	,797	-,023	82
Eficácia política subjetiva	,907	-,009	81
Identificação ideológica	,013	-,193	80
Opinião sobre a democracia	,766	-,027	82
Índice de adesão ao sistema político democrático	,727	,026	82
Medida de importância de viver em um país governado de maneira democrática	,235	-,089	82

Fonte: Pesquisa “Cultura política e elites não-estatais”, 2011.

As associações expostas na Tabela 30 permitem inferir que dirigentes de entidades sociais que possuem maiores níveis de escolarização entendem em maior medida que o Brasil está sendo governado de maneira democrática hoje. Do mesmo modo, quanto mais à esquerda se posiciona o indivíduo no espectro ideológico, maior também o seu entendimento quanto à medida sob avaliação.

Por se tratar de uma medida quantitativa de apoio específico ao sistema político democrático, a variável em questão foi adicionada àquelas com as quais são realizados testes de associação para as baterias de questões relacionados à adesão à democracia em termos avaliativos.

A avaliação do sistema político consistiu em três questões acerca da forma como o dirigente pensa o sistema político há 10 anos atrás, sua avaliação quanto ao sistema político atual e sua expectativa em relação ao sistema político daqui a 10 anos. Para tais avaliações foi utilizada uma escala em que 1 significa “muito ruim” e 10 significa “muito bom”. A Tabela 29 apresenta as médias e desvios-padrão para as variáveis relacionadas à avaliação do sistema político.

Tabela 31. Avaliação do sistema político

Período	Média	Desvio-padrão	n
Há 10 anos atrás	4,28	1,87	82
Atual	4,32	1,85	82
Expectativa para daqui a 10 anos	6,61	1,90	82

Fonte: Pesquisa “Cultura política e elites não-estatais”, 2011.

Em se tratando da avaliação do sistema político há dez anos atrás e atual, a maior parte dos casos se concentrou na metade esquerda da escala, que congrega 78% dos entrevistados para ambas as variáveis e médias praticamente iguais, evidenciando o entendimento dos dirigentes quanto à lenta melhoria no sistema político brasileiro na última década, uma vez que a média sofreu um pequeno aumento.

Quanto à expectativa, a maior parte das respostas se concentrou entre os pontos 6 e 10 da escala (74,4% dos casos), indicando otimismo quanto ao futuro da democracia na próxima década. Também verificamos um aumento significativo da média que indica a crença de melhorias maiores no sistema político nos próximos 10 anos, o que nos reporta à teoria da reserva de legitimidade, anteriormente destacada por Easton (1975) e Moisés (1995).

Os testes de associação que resultaram em significâncias aceitáveis, bem como seus valores, estão dispostos nas Tabelas 32 a 34, que tratam da discussão acerca de cada variável em separado. A Tabela 32 expõe as associações significativas para as variáveis acima elencadas com a avaliação do sistema político há dez anos atrás.

Tabela 32. Associações com a avaliação do sistema político há dez anos atrás

Variável	Sig	Valor	n
Sexo	1,000	,000	82
Idade	,343	,090	82
Escolaridade	,800	,021	82
Raça – Branco	,544	-,062	82
Religião – Católico	,205	,146	82
Religião – Evangélico	,078	-,109	82
Religião – Espírita	,194	-,114	82
Estado civil – Casado	,654	-,109	82
Estado civil – Solteiro	,240	,128	82
Renda familiar	,169	-,107	82
Vínculo empregatício	,583	-,072	77
Classe social	,329	-,070	81
Participação em conselhos gestores	,057	-,236	82
Tempo de participação na FASFIL	,263	,091	81
Participação em outras FASFIL	,728	-,045	81
Interesse por política	,077	-,153	82
Eficácia política subjetiva	,090	-,146	81
Identificação ideológica	,150	,106	80
Opinião sobre a democracia	,471	-,064	82
Índice de adesão ao sistema político democrático	,018	-,177	82
Medida de importância de viver em um país governado de maneira democrática	,000	-,275	82
Medida de entendimento de que o Brasil está sendo governado de maneira democrática hoje	,266	,089	82

Fonte: Pesquisa “Cultura política e elites não-estatais”, 2011.

As duas variáveis cujos testes Tau c resultaram significância aceitável foram o índice de adesão ao sistema político democrático e a medida de importância de viver em um país governado de maneira democrática, ambas as associações negativas com a avaliação do sistema político há dez anos atrás, o que permite inferir quanto maior o entendimento dos entrevistados de que a democracia se apresenta como melhor tipo de sistema político e de que é importante viver em um país governado democraticamente, menos positiva é sua avaliação do regime há uma década.

A Tabela 33 expõe as associações decorrentes dos testes realizados com a variável avaliação do sistema político nos dias atuais.

Tabela 33. Associações com a avaliação do sistema político atual

Variável	Sig	Valor	n
Sexo	,093	-,205	82
Idade	,079	-,140	82
Escolaridade	,000	,280	82
Raça – Branco	,431	,083	82
Religião – Católico	,140	,158	82
Religião – Evangélico	,299	-,060	82
Religião – Espírita	,169	-,121	82
Estado civil – Casado	,176	-,160	82
Estado civil – Solteiro	,031	,207	82
Renda familiar	,477	-,053	82
Vínculo empregatício	,635	-,061	77
Classe social	,356	-,067	81
Participação em conselhos gestores	,647	-,057	82
Tempo de participação na FASFIL	,483	-,057	81
Participação em outras FASFIL	,158	-,168	81
Interesse por política	,115	-,143	82
Eficácia política subjetiva	,154	-,113	81
Identificação ideológica	,272	-,090	80
Opinião sobre a democracia	,066	-,136	82
Índice de adesão ao sistema político democrático	,993	,001	82
Medida de importância de viver em um país governado de maneira democrática	,010	-,166	82
Medida de entendimento de que o Brasil está sendo governado de maneira democrática hoje	,000	,356	82

Fonte: Pesquisa “Cultura política e elites não-estatais”, 2011.

A Tabela 33 demonstra que a avaliação do sistema político atual tende a ser mais positiva entre indivíduos solteiros. Cabe destacar ainda que avaliações em pontos mais elevados da escala encontram-se associadas a incrementos nos níveis de escolaridade, ao passo que os dirigentes que consideram em maior medida que é importante viver em um país governado de maneira democrática estão propensos a avaliarem em menores medidas o regime atualmente.

De maneira contrária, aqueles que entendem em maiores medidas que medida que o Brasil está sendo governado de maneira democrática hoje tendem à maiores avaliações em termos de indicação de pontos na escala utilizada para o questionamento. A avaliação do sistema político atual não se associa às demais variáveis testadas.

Em se tratando dos resultados dos testes de associação com a variável expectativa de melhoria do sistema político daqui a dez anos, os valores encontram-se expostos na Tabela 34.

Tabela 34. Associações com a expectativa de melhoria do sistema político daqui a dez anos

Variável	Sig	Valor	n
Sexo	,745	-,040	82
Idade	,332	-,080	82
Escolaridade	,006	,211	82
Raça – Branco	,995	,001	82
Religião – Católico	,717	,042	82
Religião – Evangélico	,747	,025	82
Religião – Espírita	,209	-,103	82
Estado civil – Casado	,535	,076	82
Estado civil – Solteiro	,640	,050	82
Renda familiar	,733	-,028	82
Vínculo empregatício	,166	-,175	77
Classe social	,190	-,094	81
Participação em conselhos gestores	,959	-,007	82
Tempo de participação na FASFIL	,274	-,074	81
Participação em outras FASFIL	,113	-,192	81
Interesse por política	,821	-,021	82
Eficácia política subjetiva	,479	-,062	81
Identificação ideológica	,531	,052	80
Opinião sobre a democracia	,941	-,007	82
Índice de adesão ao sistema político democrático	,368	-,074	82
Medida de importância de viver em um país governado de maneira democrática	,416	-,059	82
Medida de entendimento de que o Brasil está sendo governado de maneira democrática hoje	,000	,312	82

Fonte: Pesquisa “Cultura política e elites não-estatais”, 2011.

A Tabela 34 evidencia que elevações no nível de escolaridade dos entrevistados encontra-se relacionada ao aumento da expectativa dos dirigentes de FASFIL quanto a melhorias no sistema político brasileiro daqui a uma década. Além disso, a medida que o Brasil está sendo governado de maneira democrática hoje também se encontra relacionada com a expectativa relação ao sistema político daqui a dez anos, com associação positiva, indicativo de que o aumento de pontos em uma escala é acompanhado por elevações também na outra, ainda que em medidas diferentes, ou seja, quanto mais os indivíduos julgarem a forma que o o país tem sido governado como democrática, melhor também tende a ser seu julgamento quanto a melhoria do referido sistema político na próxima década.

Analisando as associações encontradas para os três momentos do sistema político avaliados por meio da presente bateria podemos afirmar que a medida de escolaridade e importância de viver em um país governado de maneira foram aquelas mais relevantes por conta das associações em duas entre três situações, ao passo que manifestaram

relacionamentos estatisticamente aceitáveis ainda as variáveis índice de adesão ao sistema político democrático e estado civil.

6.2 CONFIANÇA EM INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS

A variável confiança é um dos assuntos que tem atraído maior interesse por parte dos pesquisadores de cultura política nos últimos anos, que enfatizam sua importância à democracia e essencialidade para a compreensão das sociedades em termos políticos (LUNDASEN, 2002; POWER E JAMISON, 2005; MOISÉS, 2005; MOISÉS E CARNEIRO, 2008; RIBEIRO, 2010; COLEN, 2010). Desde a publicação de “*The Civic Culture*”, “a visão culturalista da democracia liberal tem sustentado que a confiança política é importante para a legitimidade, governabilidade e consolidação do regime democrático” (POWER E JAMISON, 2005, p. 65).

Em termos gerais, as pesquisas têm evidenciado nos últimos anos níveis decrescentes de confiança nos políticos e nas instituições em todo o mundo. Sobre tais resultados, Power e Jamison (2005, p. 65) afirmam que “Se o problema é, de fato, global, ele pode afetar de modo diferente as democracias mais antigas e as novas, uma vez que estas ainda não geraram o reservatório de legitimidade que aquelas possuem”.

Moisés (2005), Moisés e Carneiro (2008) e Ribeiro (2009, 2010, 2011a) corroboram com a ideia de que a análise dos índices de confiança em países nos quais os regimes democráticos são recentes não pode se dar de maneira semelhante àqueles onde tal regime encontra-se consolidado. Nesse sentido, Ribeiro (2011a, p. 168) destaca a postura crítica demonstrada por meio da desconfiança nas instituições democráticas em países com trajetória democrática mais longa, nos quais

[a desconfiança] geraria nos indivíduos o desejo por participação e maior autonomia que não estaria sendo satisfeito de maneira adequada pelas instituições tradicionais estruturadas hierarquicamente [...]. Diante disso, as pessoas estariam cada vez mais engajando-se em modalidades de ação não-convencionais e contestatórias, bem como manifestando níveis cada vez menores de confiança nas instituições políticas.

Desta forma, a desconfiança seria interpretada como uma manifestação crítica em relação às instituições democráticas, de modo que a falta de confiança potencializaria o aprofundamento democrático por meio do aumento da participação convencional e não-convencional.

Entretanto, a desconfiança nas instituições democráticas pode conduzir a instabilidade

do regime, principalmente em países onde a democracia se encontra menos fortalecida por conta do breve período de sua implantação e, por conseguinte, possui um reservatório de legitimidade menos consistente que em democracias mais antigas. Desta forma, níveis elevados de desconfiança se constituiriam em indicadores de risco à democracia (MOISÉS, 2005; SELIGSON, BOOTH E GÓMEZ, 2006; MOISÉS E CARNEIRO, 2008; RIBEIRO, 2010) em países como o Brasil.

Tonella (2011, pp. 17-18) destaca ainda que “a adesão aos princípios democráticos está se tornando um fenômeno universal. Mas quando se trata das instituições que estão na base de sustentação do regime, a atitude mais comum é a de desconfiança”.

Moisés e Carneiro (2008) corroboram com tal afirmação e argumentam que apesar do apoio majoritário ao regime democrático a maior parte dos brasileiros não confia, em diferentes graus, em instituições como parlamentos, partidos políticos, governo, tribunais de justiça, polícia e determinados serviços públicos.

Segundo tais autores,

surveys realizados por Moisés em 1989, 1990 e 1993 revelaram que a percepção negativa das instituições atravessa todos os segmentos de renda, escolaridade, idade e distribuição ecológica, chegando a influir na disposição dos cidadãos para participar de processos de escolha de governos, e também mostraram que é grande a insatisfação com o funcionamento concreto da democracia (MOISÉS, 1995). Resultados semelhantes foram encontrados em survey realizado em 2006, coordenado por Moisés e Meneguello (MOISÉS E CARNEIRO, 2008, p. 2).

Nesta pesquisa, os dirigentes foram questionados quanto à medida que confiam em sindicatos, no Sistema Judiciário, nos governos federal, estadual e municipal, no Congresso Nacional (Câmara e Senado), na Assembléia Legislativa Estadual, na Câmara de Vereadores, nos partidos políticos e nos serviços públicos. Para tanto, foi utilizada uma escala de confiança com as seguintes medidas: não confia, confia pouco, confia em parte e confia totalmente.

Por se tratar de valores de indivíduos inseridos num cenário local pertencente a um país em que a democracia foi restaurada há cerca de três décadas, a análise dos resultados relacionados aos níveis de confiança ou desconfiança manifestados pelos entrevistados ocorreu de acordo com o entendimento dos autores acima referenciados, ou seja, no sentido de que níveis elevados de desconfiança se constituem em potenciais problemas ao regime democrático.

A Tabela 35 apresenta os percentuais de respostas dos dirigentes de FASFIL quanto à medida que confiam nas instituições democráticas mencionadas no parágrafo anterior.

Tabela 35. Confiança em instituições democráticas

Instituição	Não confia	Confia pouco	Confia em parte	Confia totalmente
Sindicatos	13,4	29,3	54,9	2,4
Sistema Judiciário	7,3	20,7	68,3	3,7
Governo Federal	6,1	32,9	62,2	4,9
Governo Estadual	9,8	29,2	57,3	3,7
Governo Municipal	4,9	31,7	59,7	3,7
Congresso Nacional (Câmara e Senado)	13,4	52,4	31,8	2,4
Assembléia Legislativa Estadual	15,9	48,8	34,1	1,2
Câmara de Vereadores	18,3	43,9	36,6	1,2
Partidos políticos	15,9	52,4	30,5	1,2
Serviços públicos	2,4	28,1	68,3	1,2

Fonte: Pesquisa “Cultura política e elites não-estatais”, 2011
n = 82

Esses dados evidenciam que a maior parte dos entrevistados confia em parte nos sindicatos, no Sistema Judiciário, no Poder Executivo e nos serviços públicos e confia pouco no Poder Legislativo e nos partidos políticos. Além disso, verifica-se que o Congresso Nacional, a Assembléia Legislativa Estadual, a Câmara de Vereadores e os partidos políticos concentram percentuais superiores a 60% das respostas entre as opções não confia e confia um pouco. Por fim, cabe destacar que nenhuma instituição atingiu o percentual de 10% de casos de confiança total dentre os dirigentes de FASFIL. Tais percentuais apontam para a desconfiança (ou pouca confiança) por parte da elite não estatal maringense às principais instituições componentes do sistema democrático.

Em se tratando de testes de associação, os resultados encontrados seguem dispostos nas tabelas 36 a 45. A tabela abaixo apresenta os valores referentes aos cruzamentos com a variável confiança em sindicatos.

Tabela 36. Associações com confiança em sindicatos

Variável	Sig	Valor	n
Sexo	,565	-,065	82
Idade	,388	,077	82
Escolaridade	,022	,184	82
Raça – Branco	,680	-,041	82
Religião – Católico	,144	,162	82
Religião – Evangélico	,083	-,133	82
Religião – Espírita	,487	-,065	82
Estado civil – Casado	,542	-,068	82
Estado civil – Solteiro	,418	,080	82
Renda familiar	,616	,042	82
Vínculo empregatício	,949	-,007	77
Classe social	,792	-,017	81
Participação em conselhos gestores	,201	,143	82
Tempo de participação na FASFIL	,213	-,121	81
Participação em outras FASFIL	,572	,062	81
Interesse por política	,860	,016	82
Eficácia política subjetiva	,459	-,070	81
Identificação ideológica	,433	-,073	80
Opinião sobre a democracia	,920	-,008	82
Índice de adesão ao sistema político democrático	,788	-,023	82
Medida de importância de viver em um país governado de maneira democrática	,521	-,054	82
Medida de entendimento de que o Brasil está sendo governado de maneira democrática hoje	,052	,182	82

Fonte: Pesquisa “Cultura política e elites não-estatais”, 2011.

A tabela acima evidencia que a confiança em sindicatos encontra-se associada apenas à escolaridade, em medida positiva, o que significa que aumentos no nível de escolarização dos dirigentes está atrelado a elevações da medida de confiança na referida instituição democrática.

Os resultados dos testes de associação referentes a variável confiança no Sistema Judiciário seguem expostos na Tabela 37.

Tabela 37. Associações com confiança no Sistema Judiciário

Variável	Sig	Valor	n
Sexo	,272	,123	82
Idade	,873	-,013	82
Escolaridade	,231	,098	82
Raça – Branco	,527	,056	82
Religião – Católico	,361	,092	82
Religião – Evangélico	,439	-,063	82
Religião – Espírita	,184	-,100	82
Estado civil – Casado	,978	,003	82
Estado civil – Solteiro	,975	,003	82
Renda familiar	,180	,106	82
Vínculo empregatício	,296	-,125	77
Classe social	,569	,039	81
Participação em conselhos gestores	,053	,195	82
Tempo de participação na FASFIL	,330	-,083	81
Participação em outras FASFIL	,144	,138	81
Interesse por política	,282	,086	82
Eficácia política subjetiva	,957	,004	81
Identificação ideológica	,055	,160	80
Opinião sobre a democracia	,230	-,089	82
Índice de adesão ao sistema político democrático	,001	-,245	82
Medida de importância de viver em um país governado de maneira democrática	,127	,116	82
Medida de entendimento de que o Brasil está sendo governado de maneira democrática hoje	,827	,017	82

Fonte: Pesquisa “Cultura política e elites não-estatais”, 2011.

Os testes realizados permitiram identificar apenas um relacionamento entre as variáveis elencadas e a confiança no Sistema Judiciário, sendo esta uma associação negativa com o índice de adesão ao sistema político democrático, o que significa que os indivíduos que aderem em maior medida à democracia em detrimento dos demais tipos de regimes são os que menos confiam no Sistema Judiciário.

A Tabela 38 apresenta os resultados dos cruzamentos com a variável confiança no Governo Federal.

Tabela 38. Associações com confiança no Governo Federal

Variável	Sig	Valor	n
Sexo	,342	,107	82
Idade	,548	-,54	82
Escolaridade	,249	,104	82
Raça – Branco	,202	-,133	82
Religião – Católico	,907	-,012	82
Religião – Evangélico	,235	,096	82
Religião – Espírita	,211	-,096	82
Estado civil – Casado	,518	-,071	82
Estado civil – Solteiro	,345	,091	82
Renda familiar	,426	-,066	82
Vínculo empregatício	,935	-,009	77
Classe social	,285	-,073	81
Participação em conselhos gestores	,697	,044	82
Tempo de participação na FASFIL	,031	-,185	82
Participação em outras FASFIL	,293	,113	81
Interesse por política	,825	,020	82
Eficácia política subjetiva	,085	,162	81
Identificação ideológica	,160	-,125	80
Opinião sobre a democracia	,954	-,005	82
Índice de adesão ao sistema político democrático	,235	-,098	82
Medida de importância de viver em um país governado de maneira democrática	,396	-,066	82
Medida de entendimento de que o Brasil está sendo governado de maneira democrática hoje	,001	,260	82

Fonte: Pesquisa “Cultura política e elites não-estatais”, 2011.

Os dados apresentados na tabela acima permitem inferir que quanto maior o tempo o qual o entrevistado participa da FASFIL que dirige, menor a sua confiança no Governo Federal. Ademais, a tabela evidencia ainda uma associação positiva entre confiança no Governo Federal e a medida que o Brasil está sendo governado de maneira democrática hoje, o que significa que o nível de confiabilidade da esfera política nacional está relacionado com o entendimento dos entrevistados de que o Brasil é governado democraticamente nos dias atuais.

Com relação à confiança no Governo Estadual, nenhuma das variáveis testadas apresentou resultado com significância estatisticamente aceitável, conforme exposto na Tabela 39, de modo que é possível inferir que dentre as variáveis elencadas nenhuma se relaciona à confiança dos dirigentes de FASFIL na esfera estadual de poder.

Tabela 39. Associações com confiança no Governo Estadual

Variável	Sig	Valor	n
Sexo	,109	,178	82
Idade	,499	-,061	82
Escolaridade	,359	,079	82
Raça – Branco	,739	-,033	82
Religião – Católico	,222	-,126	82
Religião – Evangélico	,188	,105	82
Religião – Espírita	,980	,002	82
Estado civil – Casado	,801	-,029	82
Estado civil – Solteiro	,164	,138	82
Renda familiar	,742	,027	82
Vínculo empregatício	,653	-,051	77
Classe social	,787	-,017	81
Participação em conselhos gestores	,155	,158	82
Tempo de participação na FASFIL	,151	-,132	81
Participação em outras FASFIL	,846	-,021	81
Interesse por política	,698	-,034	82
Eficácia política subjetiva	,277	,098	82
Identificação ideológica	,477	-,069	80
Opinião sobre a democracia	,632	-,036	82
Índice de adesão ao sistema político democrático	,209	-,104	82
Medida de importância de viver em um país governado de maneira democrática	,723	-,028	82
Medida de entendimento de que o Brasil está sendo governado de maneira democrática hoje	,099	,155	82

Fonte: Pesquisa “Cultura política e elites não-estatais”, 2011.

Com relação aos cruzamentos referentes a variável confiança no Governo Municipal, os resultados dos testes de associação seguem expostos na tabela abaixo.

Tabela 40. Associações com confiança no Governo Municipal

Variável	Sig	Valor	n
Sexo	,820	,026	82
Idade	,925	,008	82
Escolaridade	,194	,114	82
Raça – Branco	,726	,035	82
Religião – Católico	,243	-,121	82
Religião – Evangélico	,430	,058	82
Religião – Espírita	,893	,011	82
Estado civil – Casado	,786	,031	82
Estado civil – Solteiro	,738	,033	82
Renda familiar	,779	-,022	82
Vínculo empregatício	,524	,073	77
Classe social	,304	-,065	81
Participação em conselhos gestores	,285	,117	82
Tempo de participação na FASFIL	,763	-,025	81
Participação em outras FASFIL	,677	,043	81
Interesse por política	,975	-,003	82
Eficácia política subjetiva	,536	,061	81
Identificação ideológica	,547	,053	80
Opinião sobre a democracia	,160	-,102	82
Índice de adesão ao sistema político democrático	,096	-,139	82
Medida de importância de viver em um país governado de maneira democrática	,651	-,035	82
Medida de entendimento de que o Brasil está sendo governado de maneira democrática hoje	,029	,177	82

Fonte: Pesquisa “Cultura política e elites não-estatais”, 2011.

Dentre as variáveis testadas com a confiança no Governo Municipal apenas a medida de entendimento de que o Brasil está sendo governado de maneira democrática nos dias atuais resultou em valor com significância estatisticamente válida, em medida positiva, o que permite inferir que indivíduos que avaliam o sistema político implementado atualmente no país como democrático apresentam uma tendência à maior confiança no Governo Municipal.

Em se tratando da confiança no Congresso Nacional, os resultados dos testes de associação seguem dispostos na Tabela 41.

Tabela 41. Associações com confiança no Congresso Nacional

Variável	Sig	Valor	n
Sexo	,061	-,209	82
Idade	,395	,073	82
Escolaridade	,070	,155	82
Raça – Branco	,605	-,049	82
Religião – Católico	,642	-,049	82
Religião – Evangélico	,566	,039	82
Religião – Espírita	,773	-,020	82
Estado civil – Casado	,887	-,016	82
Estado civil – Solteiro	,946	,007	82
Renda familiar	,439	,065	82
Vínculo empregatício	,711	,041	77
Classe social	,824	,014	81
Participação em conselhos gestores	,140	,167	82
Tempo de participação na FASFIL	,223	-,106	81
Participação em outras FASFIL	,628	,057	81
Interesse por política	,986	-,002	82
Eficácia política subjetiva	,816	,021	81
Identificação ideológica	,755	-,029	80
Opinião sobre a democracia	,574	-,051	82
Índice de adesão ao sistema político democrático	,535	-,053	82
Medida de importância de viver em um país governado de maneira democrática	,595	-,043	82
Medida de entendimento de que o Brasil está sendo governado de maneira democrática hoje	,039	,178	82

Fonte: Pesquisa “Cultura política e elites não-estatais”, 2011.

Os resultados acima permitiram a identificação de associação estatisticamente aceitável apenas entre confiança no Congresso Nacional e a medida de entendimento por parte dos entrevistados quanto à medida que o Brasil está sendo governado de maneira democrática hoje, de modo que os dirigentes de FASFIL que avaliam de maneira mais positiva o governo democrático brasileiro nos dias atuais apresentam tendência à maior confiança na Câmara dos Deputados e no Senado.

Já em se tratando da Assembléia Legislativa Estadual, a tabela abaixo expõe os resultados dos testes de associação realizados com as variáveis descritas quando da apresentação da metodologia da presente pesquisa.

Tabela 42. Associações com confiança na Assembleia Legislativa Estadual

Variável	Sig	Valor	n
Sexo	,454	-,084	82
Idade	,552	,059	82
Escolaridade	,235	,100	82
Raça – Branco	,601	-,051	82
Religião – Católico	,670	-,044	82
Religião – Evangélico	,297	,067	82
Religião – Espírita	,396	-,055	82
Estado civil – Casado	,297	-,121	82
Estado civil – Solteiro	,174	,146	82
Renda familiar	,400	-,074	82
Vínculo empregatício	,440	,090	77
Classe social	,599	-,039	81
Participação em conselhos gestores	,240	,136	82
Tempo de participação na FASFIL	,470	-,070	81
Participação em outras FASFIL	,598	,063	81
Interesse por política	,567	-,050	82
Eficácia política subjetiva	,706	,033	81
Identificação ideológica	,996	,000	80
Opinião sobre a democracia	,070	-,177	82
Índice de adesão ao sistema político democrático	,449	-,069	82
Medida de importância de viver em um país governado de maneira democrática	,031	-,176	82
Medida de entendimento de que o Brasil está sendo governado de maneira democrática hoje	,323	,085	82

Fonte: Pesquisa “Cultura política e elites não-estatais”, 2011.

Conforme dados dispostos na Tabela 37, é possível inferir que elevações na importância atribuída à vida em um país governado democraticamente se associam negativamente à confiança na referida instituição, ou seja, quanto maior o entendimento dos dirigentes de que é importante viver em uma nação governada de maneira democrática, menor a medida de sua confiança na Assembleia Legislativa Estadual paranaense.

Também a confiança na Câmara dos Vereadores resultou em apenas uma associação aceitável em termos estatísticos quando da realização do teste Tau c, conforme evidenciado na Tabela 43.

Tabela 43. Associações com confiança na Câmara de Vereadores

Variável	Sig	Valor	n
Sexo	,693	,046	82
Idade	,266	,107	82
Escolaridade	,202	,116	82
Raça – Branco	,872	,017	82
Religião – Católico	,781	-,032	82
Religião – Evangélico	,657	,032	82
Religião – Espírita	,757	-,030	82
Estado civil – Casado	,468	,088	82
Estado civil – Solteiro	1,000	,000	82
Renda familiar	,446	,067	82
Vínculo empregatício	,772	,034	77
Classe social	,766	,019	81
Participação em conselhos gestores	,210	,151	81
Tempo de participação na FASFIL	,993	-,001	81
Participação em outras FASFIL	,279	,125	81
Interesse por política	,272	,094	82
Eficácia política subjetiva	,318	,098	81
Identificação ideológica	,193	,117	80
Opinião sobre a democracia	,315	-,099	82
Índice de adesão ao sistema político democrático	,028	-,188	82
Medida de importância de viver em um país governado de maneira democrática	,206	-,104	82
Medida de entendimento de que o Brasil está sendo governado de maneira democrática hoje	,489	,057	82

Fonte: Pesquisa “Cultura política e elites não-estatais”, 2011.

A tabela acima demonstra que a variável confiança na Câmara de Vereadores se associa em medida negativa ao índice de adesão ao sistema político democrático. Tal relacionamento demonstra que dentre os dirigentes de FASFIL maringenses aqueles que mais entendem a democracia como melhor tipo de sistema político são os que menos confiam nos legisladores municipais de Maringá.

Com relação aos partidos políticos, a Tabela 44 apresenta os resultados dos testes de associação entre esta variável a aquelas anteriormente destacadas.

Tabela 44. Associações com confiança em partidos políticos

Variável	Sig	Valor	n
Sexo	,882	,017	82
Idade	,696	-,036	82
Escolaridade	,494	,063	82
Raça – Branco	,600	-,054	82
Religião – Católico	,919	,011	82
Religião – Evangélico	,116	-,104	82
Religião – Espírita	,561	,051	82
Estado civil – Casado	,074	-,208	82
Estado civil – Solteiro	,045	,206	82
Renda familiar	,629	-,047	82
Vínculo empregatício	,570	,066	77
Classe social	,170	-,104	81
Participação em conselhos gestores	,276	,128	82
Tempo de participação na FASFIL	,406	-,080	81
Participação em outras FASFIL	,366	,113	81
Interesse por política	,533	,055	82
Eficácia política subjetiva	,627	-,047	81
Identificação ideológica	,799	,023	80
Opinião sobre a democracia	,414	-,083	82
Índice de adesão ao sistema político democrático	,029	-,195	82
Medida de importância de viver em um país governado de maneira democrática	,085	-,149	82
Medida de entendimento de que o Brasil está sendo governado de maneira democrática hoje	,826	-,017	82

Fonte: Pesquisa “Cultura política e elites não-estatais”, 2011.

Conforme exposto acima, em se tratando de partidos políticos, dirigentes solteiros são mais propensos à confiança em tais instituições. Em contrapartida, o relacionamento entre a confiança em partidos políticos e o índice de adesão ao sistema político democrático se apresentou inverso, de modo que o aumento em qualquer uma das duas variáveis implica em redução da outra, ou seja, quanto maior o entendimento de que a democracia é melhor que os demais tipos de governo, menor a confiança nos partidos políticos, e vice-versa.

A Tabela 39 expõe os resultados decorrentes dos testes de associação relacionados a variável confiança nos serviços públicos.

Tabela 45. Associações com confiança nos serviços públicos

Variável	Sig	Valor	n
Sexo	,668	,045	82
Idade	,557	,046	82
Escolaridade	,021	,185	82
Raça – Branco	,194	,0124	82
Religião – Católico	,004	,287	82
Religião – Evangélico	,004	-,248	82
Religião – Espírita	,660	-,031	82
Estado civil – Casado	,319	-,100	82
Estado civil – Solteiro	,547	,055	82
Renda familiar	,189	,093	82
Vínculo empregatício	,974	-,003	77
Classe social	,640	-,028	81
Participação em conselhos gestores	,796	,027	82
Tempo de participação na FASFIL	,714	,028	81
Participação em outras FASFIL	,911	,011	81
Interesse por política	,105	,120	82
Eficácia política subjetiva	,890	,013	81
Identificação ideológica	,167	,0116	80
Opinião sobre a democracia	,689	-,030	80
Índice de adesão ao sistema político democrático	,390	-,067	82
Medida de importância de viver em um país governado de maneira democrática	,298	,079	82
Medida de entendimento de que o Brasil está sendo governado de maneira democrática hoje	,823	,015	82

Fonte: Pesquisa “Cultura política e elites não-estatais”, 2011.

Dentre os dados apresentados, destaque-se que que aumentos dos níveis de escolarização e de confiança nos serviços públicos estão associados para a amostra pesquisada em medida positiva. Além disso, a tabela permite ainda inferir que indivíduos católicos tendem a confiar mais nos serviços públicos, ao passo que as respostas dos entrevistados evangélicos implicam afirmar que estes confiam menos nos referidos serviços.

Em se tratando das variáveis componentes da bateria de confiança em instituições democráticas é perceptível que foram encontradas poucas associações com significância menor ou igual a 0,05. Dentre as variáveis com as quais houve relacionamentos destaca-se o índice de adesão ao sistema político democrático (com cinco associações entre dez possíveis). Dentre as demais variáveis testadas, apenas escolaridade, religião, estado civil, tempo de participação na FASFIL e importância de viver em um país governado de maneira democrática também retornaram associações válidas à pesquisa.

6.3 AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DE GOVERNANTES

Segundo Easton (1975), o apoio específico trata, além da avaliação dos indivíduos sobre as instituições, de sua avaliação do desempenho das autoridades. Diante disto, os dirigentes foram questionados quanto ao nível de satisfação com os gestores federal, estadual e municipal, utilizando uma escala de 1 a 10 em que 1 significa “completamente insatisfeito” e 10 “completamente satisfeito”. Os resultados seguem expostos, em termos de médias e desvios-padrão, na Tabela 46.

Tabela 46. Avaliação dos gestores

Gestor	Média	Desvio-padrão	n
Presidente	5,61	2,36	82
Governador	5,83	2,22	82
Prefeito	6,96	1,83	82

Fonte: Pesquisa “Cultura política e elites não-estatais”, 2011.

Os dados expostos permitem inferir, primeiramente, que o segmento da elite não-estatal maringaense pesquisado encontra-se satisfeito em medida moderada com o desempenho dos gestores. Sobre tais resultados cabe ressaltar que durante a coleta de dados, realizada entre outubro de 2010 e abril de 2011, foram empossados o novo governador e a nova presidente, de modo que a análise de tais variáveis pode ser afetada por mudanças, principalmente em nível estadual, onde o mandato de Beto Richa (PSDB) significa uma ruptura com o governo anterior, de Roberto Requião (PMDB), ao passo que na esfera federal a sucessão de Lula (PT) pela atual presidente Dilma Rousseff (PT) caracteriza a manutenção de uma linha de posicionamento político e ação. Em Maringá o prefeito atual é Silvio Barros II (PP).

Considerando a filiação partidária dos gestores municipal, estadual e federal e as declarações dos partidos em que os dirigentes afirmaram simpatia ou rejeição, é possível visualizar certa homogeneidade nos resultados encontrados, uma vez que que o PP foi poucas vezes mencionado em ambas as questões, ao passo que o PSDB foi aquele com maior percentual de indicações de tendência ao voto e o PT o partido com maior rejeição.

Os resultados dos testes de associação dispostos nas Tabelas 47 a 49 tratam da discussão acerca de cada avaliação em separado. A Tabela 47 expõe as associações decorrentes dos cruzamentos com a avaliação do presidente.

Tabela 47. Associações com avaliação do presidente

Variável	Sig	Valor	n
Sexo	,833	,026	82
Idade	,990	,001	82
Escolaridade	,360	,078	82
Raça – Branco	,748	-,037	82
Religião – Católico	,038	,230	82
Religião – Evangélico	,174	-,123	82
Religião – Espírita	,123	-,113	82
Estado civil – Casado	,006	-,314	82
Estado civil – Solteiro	,001	,316	82
Renda familiar	,034	-,165	82
Vínculo empregatício	,231	,0146	77
Classe social	,004	-,199	82
Participação em conselhos gestores	,262	,140	82
Tempo de participação na FASFIL	,102	-,143	81
Participação em outras FASFIL	,422	-,096	81
Interesse por política	,408	-,076	82
Eficácia política subjetiva	,969	,003	81
Identificação ideológica	,292	-,091	80
Opinião sobre a democracia	,322	-,092	82
Índice de adesão ao sistema político democrático	,031	-,155	82
Medida de importância de viver em um país governado de maneira democrática	,233	-,094	82
Medida de entendimento de que o Brasil está sendo governado de maneira democrática hoje	,000	,360	82

Fonte: Pesquisa “Cultura política e elites não-estatais”, 2011.

Conforme apresentado na Tabela 47, dirigentes católicos são mais propensos a melhor avaliar o presidente. Tal situação se repete entre os solteiros, ao contrário dos casados, que tendem a piores avaliações do gestor público federal.

Além disso, a tabela evidencia que elevações na renda familiar e na classe social, assim como alta classificação quanto ao índice de adesão ao sistema político democrático estão associadas a avaliações menos positivas do dirigente maior do Poder Executivo nacional. Entretanto, o relacionamento positivo entre a medida de entendimento de que o Brasil está sendo governado de maneira democrática hoje e a avaliação do presidente indica que para os dirigentes de FASFIL maringaenses a gestão democrática atual encontra-se associada ao desempenho da presidência da república.

Os resultados dos testes de associação relacionados a variável avaliação do governador seguem expostas na tabela abaixo.

Tabela 48. Associações com avaliação do governador

Variável	Sig	Valor	n
Sexo	,238	,142	82
Idade	,320	,089	82
Escolaridade	,110	,107	82
Raça – Branco	,297	,110	82
Religião – Católico	,233	,133	82
Religião – Evangélico	,633	-,040	82
Religião – Espírita	,088	-,137	82
Estado civil – Casado	,326	-,120	82
Estado civil – Solteiro	,022	,237	82
Renda familiar	,206	-,112	82
Vínculo empregatício	,509	,084	77
Classe social	,215	-,089	81
Participação em conselhos gestores	,902	-,015	82
Tempo de participação na FASFIL	,263	,106	81
Participação em outras FASFIL	,789	,033	81
Interesse por política	,040	-,184	82
Eficácia política subjetiva	,494	-,053	81
Identificação ideológica	,863	,015	80
Opinião sobre a democracia	,045	-,156	82
Índice de adesão ao sistema político democrático	,002	-,214	82
Medida de importância de viver em um país governado de maneira democrática	,000	-,287	82
Medida de entendimento de que o Brasil está sendo governado de maneira democrática hoje	,001	,297	82

Fonte: Pesquisa “Cultura política e elites não-estatais”, 2011.

A Tabela 48 permite inferir que indivíduos solteiros tendem a avaliar em melhor medida o governador, assim como aqueles que avaliam em maior medida que o Brasil está sendo governado de maneira democrática hoje.

Entretanto, a avaliação de tal gestor encontra-se inversamente relacionada ao interesse por política, à opinião quanto a democracia, ao índice de adesão ao sistema político democrático e à medida de importância de viver em um país governado de maneira democrática, o que permite inferir que dirigentes mais interessados por política e que avaliam a democracia em maior medida tendem a indicar menores escores avaliativos em se tratando do desempenho do governador.

A Tabela 49 apresenta as associações referentes aos cruzamentos entre as variáveis anteriormente elencadas e a variável avaliação do prefeito.

Tabela 49. Associações com avaliação do prefeito

Variável	Sig	Valor	n
Sexo	,037	,250	82
Idade	,010	,197	82
Escolaridade	,138	-,119	82
Raça – Branco	,389	-,090	82
Religião – Católico	,626	,056	82
Religião – Evangélico	,584	,042	82
Religião – Espírita	,258	-,087	82
Estado civil – Casado	,153	,186	82
Estado civil – Solteiro	,404	-,099	82
Renda familiar	,751	,026	82
Vínculo empregatício	,991	,001	77
Classe social	,566	,043	81
Participação em conselhos gestores	,341	-,120	82
Tempo de participação na FASFIL	,018	,181	81
Participação em outras FASFIL	,068	,224	81
Interesse por política	,504	-,057	82
Eficácia política subjetiva	,614	,048	81
Identificação ideológica	,032	,181	80
Opinião sobre a democracia	,279	-,093	82
Índice de adesão ao sistema político democrático	,000	-,305	80
Medida de importância de viver em um país governado de maneira democrática	,054	-,143	82
Medida de entendimento de que o Brasil está sendo governado de maneira democrática hoje	,547	,050	82

Fonte: Pesquisa “Cultura política e elites não-estatais”, 2011.

Os dados acima apresentados permitem inferir que os homens avaliam melhor o prefeito. De maneira semelhante, quanto maior a idade e o tempo de participação do indivíduo na FASFIL, maior também a avaliação do prefeito. O gestor municipal também é melhor avaliado à medida que os indivíduos se localizam mas à direita no espectro ideológico.

A única associação negativa na Tabela 49 aponta que quanto maior a adesão ao sistema político democrático em detrimento dos demais, menor a avaliação do prefeito por parte do segmento de elite não-estatal maringense sob análise. Tal resultado permite inferir de que os dirigentes que avaliam em melhor medida a democracia são os menos satisfeitos com o gestor municipal, de modo que a exploração desse relacionamento pode ser indício até mesmo que o grupo pesquisado entende que a condução da administração pública maringense não se dá de maneira democrática, ao menos em parte.

A análise das associações apresentadas nas Tabelas 47 a 49 permite afirmar que o índice de adesão ao sistema político democrático encontra-se associado à avaliação dos três

gestores em pauta, sendo que ainda se mostraram relevantes à pesquisa as variáveis sexo, idade, religião, estado civil, renda familiar, classe social, identificação ideológica, tempo de participação na entidade da qual o entrevistado é dirigente e medida de importância de viver em um país governado de maneira democrática.

6.4 CONSIDERAÇÕES SOBRE OS TESTES DE ASSOCIAÇÕES

Diante dos resultados apresentados nas seções anteriores do presente capítulo, são possíveis algumas inferências quanto às variáveis utilizadas nos testes, as quais seguem dispostas como demográficas, relacionadas à participação em FASFIL, de engajamento político e de medidas quantitativas de apoio difuso à democracia, assim como disposto na seção anterior.

A análise das variáveis demográficas demonstra que escolaridade e estado civil são as características mais relevantes dentre aquelas pertencentes a este grupo, sendo que cada uma retornou cinco associações válidas. Cabe destacar que, assim como identificado em termos de apoio difuso, aumentos nos níveis de escolaridade tendem a estar relacionados com elevações nas escalas de avaliação da democracia.

Com relação ao estado civil, dentre as cinco associações encontradas quatro se referem à característica “solteiro” e uma a “casado”, o que permite inferir que a característica de estar solteiro apresenta mais relacionamentos com as variáveis de apoio específico, sendo que todas as associações com tal variável foram positivas, indicando tendências à avaliações mais positivas do sistema democrático.

Em contrapartida, a única variável referente à adesão avaliativa com que se relacionou o estado civil casado apresentou valor negativo, o que significa que ser casado está associado, para a amostra dos dirigentes de FASFIL analisados, com menores avaliações do desempenho do presidente.

Com relação à religião, foram encontradas três associações, sendo duas para “católico” e uma para “evangélico”. Enquanto entrevistados católicos declararam maior confiança nos serviços públicos que os demais e também avaliaram o presidente em medida mais positiva, os evangélicos demonstraram menor confiança nos serviços públicos.

Considerando que católicos e evangélicos somam 79,3% dos entrevistados é possível inferir que a variável religião encontra-se associada à confiança nos serviços públicos, já que, à exceção daqueles que declararam não pertencer a nenhuma religião ou grupo religioso,

apenas 18,3% pertencem a religiões diversas das destacadas.

Já a idade apresentou apenas uma associação válida quanto do teste realizado com a avaliação do desempenho do prefeito, o que permite inferir que quanto maior o tempo de vida dos entrevistados, maior a medida que o dirigente clássica o desempenho do gestor municipal na escala apresentada.

Em se tratando de renda familiar e classe social, ambas apresentaram apenas uma associação, com valor negativo, relacionada à avaliação do presidente. Tal constatação permite inferir que quanto maior a renda familiar do indivíduo e mais elevado o seu posicionamento na escala social, menor a medida de avaliação do presidente.

Diferentemente do ocorrido dentre as variáveis de apoio difuso, para aquelas relacionadas ao apoio específico o sexo se revelou relevante em termos associativos com a avaliação do desempenho do prefeito, em medida positiva, o que significa que mulheres tendem a avaliar o prefeito em maior medida.

Cabe destacar ainda que as variáveis raça e vínculo empregatício não resultaram em nenhuma associação com significância menor ou igual a 0,05 para as questões que tratam do apoio específico ao sistema democrático, o que permite inferir que o apoio do grupo de indivíduos em nível específico ocorre de maneira independente de ser branco ou não e do local onde o indivíduo desenvolve atividades remuneradas.

Quanto às variáveis relacionadas à participação em FASFIL, apenas o tempo de participação nas entidades das quais são dirigentes se apresentou relevante em termos de testes com variáveis relacionadas ao apoio específico. As associações encontradas evidenciam que quanto maior o tempo de participação nas entidades, menor a sua confiança no Governo Federal e melhor sua avaliação do desempenho do prefeito.

Com relação ao engajamento político, a variável que mede o entendimento dos indivíduos quanto a sua capacidade de influenciar nos acontecimentos políticos não retornou nenhuma associação válida nos testes realizados com as medidas de apoio específico à democracia.

Quanto ao interesse por política, este retornou apenas uma associação, com valor negativo, que demonstra que quanto maior o interesse do dirigente por assuntos relacionados ao mundo político, menor o desempenho do governador segundo sua opinião.

No que se refere a identificação ideológica, foram identificadas apenas duas associações estatisticamente aceitáveis: uma negativa, que permite inferir que quanto mais à esquerda no espectro ideológico se posiciona o indivíduo, maior é o seu entendimento de que o Brasil é governado de maneira democrática atualmente, e outra positiva, indicativo de que

quanto mais à direita da mesma escala se posiciona o dirigente, maior é o escore atribuído por ele ao desempenho do prefeito.

O último grupo de variáveis corresponde às medidas de apoio difuso em termos quantitativos ao sistema político democrático, cujas associações demonstram que dirigentes que entendem que a democracia é a melhor forma de governo, que atingiram alto índice de adesão ao referido sistema como melhor tipo de sistema político e que entendem em maior medida que é importante viver em um país governado de maneira democrática apresentaram posicionamento crítico em relação à avaliação da democracia, uma vez que, à exceção de um valor descrito posteriormente, todos os testes com associações válidas em termos estatísticos resultaram em valores negativos.

Nesse sentido, a opinião de que a democracia é a melhor forma de governo obteve apenas uma associação aceitável relacionada ao desempenho do governador, o que permite inferir que quanto maior o entendimento dos dirigentes de que o sistema político democrático é melhor que as demais formas de governo, menor a medida que tais indivíduos entendem que o gestor estadual tem desenvolvido bem suas funções.

Quanto ao índice de adesão à democracia como melhor tipo de sistema político, o único cruzamento válido e positivo para esta variável se refere à avaliação do sistema político a dez anos atrás, o que significa que os entrevistados que aderiram em maior medida ao índice citado são aqueles que demonstraram maior simpatia pela forma como a democracia se desenvolvia no Brasil há uma década.

Dentre os cruzamentos com valores negativos, os resultados indicam que quanto maior a adesão a tal índice, menor a confiança no Sistema Judiciário, na Câmara de Vereadores e nos partidos e ainda menor a avaliação de desempenho atribuída aos gestores públicos.

Já em se tratando da medida de entendimento de que é importante viver em um país governado de maneira democrática, os cruzamentos indicaram que quanto maior o entendimento dos dirigentes quanto a tal importância, menores os escores de avaliação do sistema político há dez anos e atual, assim como menores também sua confiança na Assembléia Legislativa Estadual e sua avaliação do desempenho do governador.

Por fim, discorrendo sobre a medida de entendimento de que o Brasil está sendo governado de maneira democrática atualmente, esta variável foi testada com aquelas pertencentes às três baterias de questões relacionadas ao apoio específico anteriormente mencionadas e os testes apresentaram sete associações positivas e estatisticamente aceitáveis que indicam que quanto maior o entendimento quanto à prática democrática no país nos dias atuais, maiores também suas avaliações do sistema político atual, a expectativa de melhoria

para daqui a uma década, a confiança nos Governos Federal e Municipal e no Congresso Nacional e ainda os escores de avaliação do desempenho do governador e do presidente.

7 O GAP EM PERSPECTIVA COMPARADA

A apresentação dos resultados constantes nos capítulos 4 a 6 é relevante para a identificação das características do segmento de elite estudado, bem como do seu apoio à democracia nos níveis difuso e específico. Para além dessa dimensão descritiva, todavia, a presente pesquisa estabeleceu como objetivo verificar a existência do hiato entre o apoio difuso e o apoio específico à democracia entre indivíduos pertencentes ao grupo especificado e também comparando essa situação com a verificada junto à população nacional por pesquisas anteriores (LIMA E CHEIBUB, 1996, MOISÉS, 1995, 2005, RIBEIRO, 2008, 2011).

Analisando os dados apresentados no Capítulo 5 é perceptível que o segmento da elite não estatal maringaense pesquisado entende a democracia como melhor forma de governo. Além disso, a avaliação do índice de adesão ao sistema político democrático revelou grande concentração de casos que consideram tal sistema como bom ou ótimo e praticamente todos os dirigentes entendem em grande medida que é importante viver em um país governado de maneira democrática.

A análise revela ainda que essa elite não estatal considera como características fundamentais do regime democrático a realização de eleições livres, direitos iguais, liberdade pessoal, possibilidade de alteração de leis pelo voto e punição severa aos criminosos.

Em termos de participação política, os entrevistados apresentaram maior concordância à participação por meio do voto, característico do modelo representativo de democracia, do que pelos instrumentos participativos expostos no questionário. Como defendemos anteriormente, esse dado não significa que tais indivíduos sejam contrários à democracia participativa, mas apenas que aderem em menor medida às estruturas institucionais ligadas ao envolvimento direto do cidadão na política.

Com relação ao apoio específico, pode-se inferir que tal grupo entende em medida moderada que o Brasil é governado de maneira democrática atualmente e que, apesar de reconhecerem uma melhoria quase insignificante no sistema político na última década, os indivíduos têm expectativa de melhora considerável nos próximos dez anos.

Além disso, a maioria dos dirigentes demonstrou confiar pouco no Poder Legislativo (Congresso Nacional, Assembleia Legislativa Estadual e Câmara de Vereadores) e nos partidos e em parte nos sindicatos, nos Poderes Judiciário e Executivo (Governos Federal, Estadual e Municipal) e nos serviços públicos.

Por fim, com relação à avaliação do desempenho dos gestores públicos em níveis municipal, estadual e federal (prefeito, governador e presidente), os resultados apresentados foram moderados, indicando satisfação mediana.

Para fins de comparação, serão tomadas como variáveis de apoio difuso apenas as medidas quantitativas descritas no segundo parágrafo desta seção, uma vez que as baterias sobre as características fundamentais da democracia e sobre instrumentos de participação democrática tratam de medidas qualitativas do referido sistema político, ainda que estas tenham sido mensuradas por meio de escalas quantitativas.

Nesse sentido cabe destacar que a variável identificação ideológica resultou em doze associações com as medidas de adesão normativa e apenas duas no nível avaliativo, é possível inferir que o aumento no percentual de dirigentes de FASFIL com posicionamento à esquerda no espectro ideológico contribuiria para a elevação do *gap*, uma vez que acarretaria no aumento do apoio difuso ao sistema democrático, com manutenção das medidas intermediárias de apoio específico. Já a diminuição do número de indivíduos com posicionamento de esquerda resultaria em redução do *gap*, o que resultaria, no entanto, na diminuição do nível normativo de adesão à democracia.

Considerando que as medidas quantitativas de adesão normativa resultaram em valores elevados e que as medidas avaliativas de apoio à democracia retornaram valores moderados, é possível inferir que existe uma discrepância. Desta forma, apesar de serem mais participativos que a população brasileira em geral, tanto pelos cargos de gestores de FASFIL quanto pela posição ocupada nos conselhos gestores municipais, tais indivíduos também manifestaram em suas opiniões uma diferenciação entre apoio abstrato e avaliativo que constitui um *gap*, a exemplo daquele mencionado pelas pesquisas listadas acima. Além disso, cabe destacar que não apenas foi identificada a diferenciação das medidas de adesão, como também que esta se assemelha às pesquisas mencionadas acima pelo fato de que o nível de apoio difuso é maior que o específico.

A partir desta constatação se faz necessário promover a comparação dos resultados apresentados nesta pesquisa com aqueles decorrentes de outros estudos, a fim de verificar se este segmento de elite apresenta maior aderência à democracia que outros grupos contemplados pela literatura sobre cultura política. Nesse sentido, faz-se relevante destacar

que as pesquisas tomadas para comparação não tratam especificamente dos níveis de apoio à democracia, de modo que nem todas as questões abordadas na presente pesquisa compuseram as bases de dados empreendidas pelos demais estudiosos.

As informações tomadas para comparações advêm de pesquisas realizadas em nível nacional, regional e local²⁸. Em termos nacionais, são expostos resultados de *surveys* realizados pelos institutos internacionais WVS (2006), Latinobarómetro (2007) e LAPOP (2010), do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB, 2002) e da pesquisa de Lima e Cheibub (1996) sobre quatro segmentos de elites políticas e sociais no Brasil (políticos, administradores públicos, empresários e líderes sindicais). Os resultados também foram comparados, em nível regional, com aqueles apresentados por Perissinotto *et al* (2007) acerca de três segmentos específicos da elite paranaense (administrativa, partidária e política) no período compreendido entre os anos de 1995 e 2002. Por fim, no nível local, são abordados dois estudos sobre cultura política desenvolvidos por Tonella (2008, 2011) na RMM, sendo o primeiro com dirigentes de entidades que atuam na área de assistência social e o segundo com uma amostra da população em geral.

Em se tratando da população brasileira, o ESEB realizado em 2002 identificou que mais de 80% de uma amostra nacional representativa concordou em alguma medida com a afirmação de que “A democracia pode ter problemas, mas é melhor do que qualquer outra forma de governo” (RIBEIRO, 2008a). Já o Latinobarómetro, que tem indicado uma tendência de elevação nos níveis de adesão normativa na América Latina como um todo, identificou no Brasil um aumento de 67% para 74% de concordância com a afirmação em 2002 e em 2006, respectivamente.

Assim, é possível inferir que os dirigentes de FASFIL maringenses entendem que a democracia é a melhor forma de governo em medida ligeiramente maior que a população brasileira, uma vez que o percentual de concordância com tal afirmação entre o segmento de elite foi de 84,1%.

Tratando da avaliação de sistemas políticos, cujos dados referentes ao segmento de elite não estatal foram apresentados na Tabela 10, podemos constatar tendência semelhante à encontrada pela pesquisa do WVS de 2006 entre a população brasileira.

²⁸ Apesar desta pesquisa se reportar a uma citação de Baquero (2010) com relação ao *gap* entre adesão normativa e avaliativa à democracia entre os cidadãos dos países latino-americanos, o autor não apresenta resultados detalhados sobre tal constatação, de modo que a comparação, realizada de maneira semelhante àquela com as demais pesquisas mencionadas não foi realizada.

Tabela 50. Tipos de sistemas políticos (WVS)

Sistema	Péssimo	Ruim	Bom	Ótimo
Ter um líder forte que não precise se preocupar com deputados e senadores e com eleições	11,0	24,9	44,6	19,5
Ter técnicos especializados ao invés de políticos, que tomem decisões que acham que são as melhores para o país	3,8	18,4	56,8	21,0
Ter um governo militar	26,3	38,4	28,2	7,1
Ter um sistema político democrático	2,4	7,1	60,5	30,0

Fonte: WVS (2006).

n = 1459, 1446, 1438, 1444, respectivamente

Analisando os dados apresentados nas duas tabelas mencionadas (10 e 43), é possível inferir que o segmento local destoa fortemente da população brasileira quanto à ideia de ter um líder forte. É plausível relacionar a rejeição a tal sistema político ao fato de que o grupo sob análise atua no desenvolvimento de políticas públicas e praticamente a metade dos indivíduos ainda participa da formulação de tais políticas nos conselhos gestores, o que caracteriza tais indivíduos como altamente participativos.

Já em relação ao sistema político em que técnicos especializados são responsáveis pelas decisões do país ao invés de políticos, o grupo pesquisado e a população nacional manifestaram percentuais muito próximos.

Quanto ao governo militar, este foi considerado ruim ou péssimo por mais de 95% dos dirigentes de FASFIL. Em termos populacionais, o percentual de brasileiros que considera tal regime como bom ou ótimo foi muito superior àquele encontrado para a amostra, já que dentre os brasileiros 35,3% avaliaram tal sistema político positivamente, o que demonstra que o segmento sob análise avalia o governo militar de maneira bem menos positiva.

Por fim, enquanto todos os dirigentes entrevistados declararam que o sistema político democrático é bom ou ótimo, dentre a população brasileira tais opções atingiram 90,5%, o que permite inferir que os indivíduos maringaenses entrevistados aderem à democracia em maior medida que a população nacional.

Ainda com relação ao apoio difuso à democracia, os indivíduos componentes da amostra foram questionados ainda em relação a medida em que consideram importante viver em um país governado de maneira democrática, cuja média encontrada foi de 9,01 em uma escala de 1 a 10. A pesquisa conduzida pelo WVS (2006) continha a mesma questão e para a população brasileira a média encontrada foi de 8,24, o que significa que os dirigentes de FASFIL entrevistados consideram em maior medida que é importante viver em um país governado de maneira democrática.

Ao abordarmos especificamente os conteúdos da democracia a qual os brasileiros

aderem, a partir ainda dos dados do WVS, é possível inferir que apenas a característica “Direitos do cidadão protegem a liberdade do povo contra a opressão” obteve média com diferença superior a um ponto entre as duas pesquisas, sendo que os dirigentes maringenses entenderam em maior medida que tal afirmação constitui uma característica fundamental da democracia.

Destaque-se ainda que para a população brasileira a existência de direitos iguais para homens e mulheres foi a característica com maior média, seguida pela escolha de líderes em eleições livres, da possibilidade de mudança das leis pelo voto e da proteção do povo contra a opressão por meio de direitos do cidadão. Desta forma, apesar de apresentarem ordenamento diferente do observado para a amostra pesquisada pode-se inferir que não há grande diferenciação entre as características entendidas pelo segmento de elite não-estatal maringense e pela população brasileira em geral, principalmente pelo fato de que as três afirmações com menores médias para o primeiro grupo mantiveram suas posições também para o segundo.

Por fim, a última bateria de questões acerca do apoio difuso, que tratou da medida em que tais indivíduos entendem que o sistema democrático só existe em caso de presença de determinados instrumentos participativos, não foi contemplada pelas pesquisas de abrangência nacional desenvolvidas pelo WVS (2006), Latinobarómetro (2007) e LAPOP (2010), de modo que qualquer comparação nesse sentido não é possível até o presente momento.

Quanto as questões relacionadas ao apoio específico à democracia, a primeira variável trata da avaliação do regime democrático. Os dirigentes foram questionados primeiramente sobre o quanto acreditam que o Brasil está sendo governado de maneira democrática hoje e a média encontrada foi de 6,33 tomando por base a escala de 1 a 10. Em termos comparativos, o WVS (2006) contemplou a mesma questão e a média encontrada para a amostra da população brasileira foi de 6,19, muito próxima àquela referente ao segmento de elite não-estatal maringense, apesar de ligeiramente menor.

No que se refere à bateria de questões referentes à avaliação do sistema político, cujos resultados para o segmento de elite não-estatal foram apresentados na Tabela 28, os dados nacionais coletados pelo WVS (2006) corroboram com a constatação de que os valores encontrados são muito próximos entre a avaliação da democracia há dez anos e atualmente e da existência de uma tendência positiva quanto à expectativa de melhoria das práticas democráticas para a próxima década.

Entretanto, a base de dados nacional apresenta médias de avaliação do sistema político

inferiores à encontrada nesta pesquisa, quais sejam: 2,79 para a avaliação do sistema político há dez anos atrás, 2,93 para a avaliação do sistema político atual, e 3,29 para a expectativa em relação ao sistema político para daqui a dez anos.

Assim, pode-se inferir que os dirigentes de FASFIL entrevistados avaliam mais positivamente o sistema político brasileiro nos três momentos questionados na pesquisa. No entanto, assim como a população nacional, os membros do segmento da elite não estatal acreditam que houve pouca melhoria no sistema político entre a década passada e o momento atual. A maior diferença consistiria então na expectativa depositada na melhoria do sistema até o fim da próxima década, variável em que a amostra do segmento pesquisado se mostrou bem mais esperançosa que os brasileiros em geral.

Com relação à confiança em instituições democráticas, em se tratando da população brasileira a última onda de pesquisas do WVS (2006) identificou equilíbrio entre brasileiros que não confiam ou confiam pouco e aqueles que confiam em parte ou confiam totalmente nos sindicatos, no Sistema Judiciário e nos serviços públicos, ao passo que a maioria dos entrevistados afirmou não confiar ou confiar pouco no Congresso Nacional e nos partidos políticos. Por sua vez, o Latinobarómetro (2007) registrou percentuais menores de confiança do que aqueles manifestos pelo segmento maringense: 16% confiam em parte ou totalmente nos partidos políticos, 23,4% no Congresso Nacional, 34,7% no governo e 40,6% no Judiciário.

No ano passado, o LAPOP (2010), cujas questões acerca da confiança em instituições apresentam uma escala crescente de 1 a 7, apresentou as seguintes médias: 4,05 para o Sistema Judiciário, 4,45 para o governo federal, 3,84 para o governo municipal, 3,55 para o Congresso Nacional e 2,96 para os partidos políticos. Se considerarmos as extremidades da escala podemos inferir que tais respondentes confiam em medida moderada no governo federal e em medida entre fraca e moderada no Sistema Judiciário, no governo municipal e no Congresso Nacional, sendo que a confiança nos partidos políticos é fraca.

A comparação dos dados coletados com aqueles levantados pelo WVS, Latinobarómetro e LAPOP permite inferir que a elite não estatal maringense confia mais que a população brasileira de modo geral nas instituições democráticas cujos questionários elaborados pelos organismos internacionais incluíram em suas baterias.

Finalizando a comparação, não foi encontrada nas bases de dados mencionadas nenhuma bateria de questões que tratassem da avaliação dos gestores públicos municipal, estadual e federal, de modo que não foi possível identificar medidas comparativas da avaliação do prefeito, governador e presidente com a população nacional.

Analisando as comparações referentes às variáveis de apoio específico de maneira consolidada pode-se inferir que o segmento de elite não estatal, assim como em nível difuso, apresentou maiores medidas de apoio avaliativo à democracia, uma vez que mesmo não sendo possível comparar o entendimento quanto ao desempenho dos gestores públicos, foram identificados maiores medidas de avaliação da forma como o Brasil é governado democraticamente hoje, de expectativa quanto à melhoria do sistema democrático nos próximos dez anos e maiores índices de confiança nas instituições democráticas. Diante do exposto, considerando tanto as variáveis de apoio abstrato e avaliativo referentes à população nacional apresentadas, é possível inferir que o segmento de elite não estatal maringense composto por dirigente de FASFIL apresenta maiores medidas de apoio difuso e específico à democracia que a população brasileira em geral.

No entanto, apesar dessa manifestação mais favorável à democracia em termos normativo e avaliativo, o *gap* identificado pela literatura para a população se reproduz também para a amostra pesquisada, uma vez apesar dos resultados permitirem a identificação de níveis mais elevados de apoio que aqueles relacionados aos brasileiros, a diferenciação de intensidade das medidas de adesão se manifestou também entre os dirigentes de FASFIL.

Ainda em se tratando de amostras nacionais, a pesquisa de Lima e Cheibub (1996) acerca das dimensões da democracia na visão da elite brasileira apresentou dados decorrentes de um *survey* aplicado a quatro segmentos de elite distintos no Brasil: políticos, administradores públicos, empresários e líderes políticos.

Dentre as questões apresentadas no artigo, os respondentes foram inquiridos sobre a medida de concordância quanto à afirmação de que o Brasil já era uma democracia e o percentual encontrado foi de 65%. Segmentando esse indicador verifica-se que para congressistas o percentual foi de 64%, para os empresários 66,7%, para os administradores públicos 72,4% e para os líderes sindicais 57,3%. Na interpretação dos autores, tais valores não constituem diferenças estatisticamente significativas, o que denota certo grau de homogeneidade entre os segmentos quanto à percepção do país como uma democracia.

Os pesquisadores questionaram também os entrevistados quanto à influência que determinados grupos deveriam ter no campo político, dentre os quais o Congresso Nacional e os partidos políticos. Os líderes sindicais atribuíram maior influência a uma série de instituições vinculadas ao sistema financeiro que ao Congresso Nacional e aos partidos políticos, ao passo que os demais segmentos analisados classificaram ambas as instituições mencionadas dentre as quatro que deveriam gozar de maior influência em termos políticos no país.

Apesar de questões quanto à influência de instituições democráticas não estarem presentes nesta pesquisa, é entendimento deste autor que tal variável é, em alguma medida, indicativo de confiança nas instituições mencionadas, uma vez que, diante da presença de instituições em que confiam a tendência é que os indivíduos pertencentes aos segmentos de elite pesquisados por Lima e Cheibub (1996) lhes atribuíssem maiores medidas de influência desejada, ao passo que o inverso deveria ocorrer com instituições nas quais os entrevistados não depositam confiança.

Desta forma, comparando a influência que os segmentos de elite abordados por Lima e Cheibub (1996) declararam acreditar que o Congresso Nacional e os partidos políticos deveriam ter no Brasil e o nível de confiança atribuída a tais instituições pelos dirigentes de FASFIL maringaenses pode-se inferir que o segmento de elite não estatal local confia mais que os segmentos nacionais no Congresso Nacional, ao passo que ambos os estudos revelaram pouca confiança nos partidos políticos.

Além das questões mencionadas, Lima e Cheibub (1996) aplicaram uma série de outras que lhes permitiram concluir que o entendimento dos quatro segmentos de elite pesquisados foi de que o primeiro período de transição, mencionado na Introdução da presente pesquisa, já se completou no Brasil, e que o país se encontra, portanto, no segundo momento de transição, em que a democracia busca seu fortalecimento e consolidação.

É perceptível que a amostra local é composta por indivíduos que entendem em maior medida que o processo de implantação da democracia no Brasil já ocorreu, o que corresponderia à primeira transição nos moldes de Lima e Cheibub (1996), uma vez que a média atribuída em uma escala de 1 a 10 pontos para a medida em que o segmento de elite não estatal maringaense entende que o país está sendo governado de maneira democrática atualmente foi de 6,33, com concentração de 73,2% dos casos na metade mais próxima ao ponto máximo da escala, indicando uma forte tendência à concordância com a afirmação exposta, ainda que o resultado aponte para uma média entre moderada e forte de entendimento nesse sentido. Ademais, o segmento de elite não estatal maringaense apresentou maior nível de confiança no Congresso Nacional e medida semelhante com relação aos partidos políticos.

Nesse sentido, é possível inferir que o *gap* tratado pela literatura se manifestou de maneira mais acentuada entre os segmentos de elites políticas e sociais abordados por Lima e Cheibub (1996) do que aquele analisado nesta pesquisa, ou seja, a lacuna entre apoio difuso e específico manifestada pelos valores políticos dos dirigentes de FASFIL maringaenses é menor que aquela encontrada pelos autores acima mencionados para políticos, administradores públicos, empresários e líderes políticos.

Transpondo a discussão para o cenário estadual, o livro organizado por Perissinotto *et al* (2007) trata da cultura política de três diferentes segmentos de elite: político-administrativo, composto pelo governador, vice-governador, secretários de estado, diretores de empresas estatais e comandantes da polícia, parlamentar, a qual pertencem os deputados da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, e partidária, definida pelos presidentes dos partidos políticos²⁹.

Dentre as variáveis relacionadas ao apoio difuso, foi apresentada a opinião dos segmentos em relação à afirmação de que a democracia é a melhor forma de governo. Os resultados, extremamente semelhantes, revelaram que os segmentos político-administrativo (92,6%), parlamentar (92,7%) e partidário (92,9%) indicaram concordar com tal afirmação, de modo que é possível inferir que tais segmentos de elite demonstraram aderir em maior medida que o segmento de elite não estatal maringense pesquisado ao sistema democrático (ALMEIDA E BRAUNERT, 2007, PERISSINOTTO E BRAUNERT, 2007, BRAUNERT E ALMEIDA, 2007).

Dentre as demais variáveis presentes nesta pesquisa, apenas a bateria relacionada às formas de participação política encontra-se presente nos resultados apresentados por Almeida e Braunert (2007), Perissinotto e Braunert (2007) e Braunert e Almeida (2007).

Em se tratando do segmento de elite político-administrativo, 96,2% declararam concordar ou concordar fortemente com o voto enquanto forma de participação política, ao passo que 66,6% também concordaram ou concordaram fortemente com a afirmação relacionada aos conselhos gestores. Já as afirmações relacionadas ao plebiscito, ao orçamento participativo e à participação direta obtiveram percentuais relevantes de respostas entre discorda e discorda totalmente, cujos valores foram de 46,3%, 48,2% e 59,3%, respectivamente (ALMEIDA E BRAUNERT, 2007).

Tais percentuais permitem inferir que o segmento de elite político-administrativo paranaense não se apresentou de maneira democrática em se tratando de maioria dos instrumentos participativos apresentados, uma vez que consideraram relevantes apenas o voto e os conselhos gestores, em detrimento dos plebiscitos, orçamento participativo e da participação direta.

Por sua vez, o segmento de elite parlamentar abordado por Perissinotto e Braunert (2007) indicou percentuais expressivos de concordância ou forte concordância com todos instrumentos participativos constantes na bateria de questões, quais sejam: 95,2% para o voto,

²⁹ A amostra atingiu 62% do universo da pesquisa. Detalhamentos da composição do universo e dos procedimentos utilizados constam em nota metodológica da obra.

70,8% para os conselhos gestores, 61% para a participação direta, 58,5% para o orçamento participativo e 51,2% para os plebiscitos.

Já o segmento partidário foi questionado apenas quanto à participação por meio do voto, de plebiscitos, de conselhos gestores e do orçamento participativo. Com relação ao voto, 92,9% concordam ou concordam fortemente com a afirmação de que “Só há democracia se houver participação pelo voto” (BRAUNERT E ALMEIDA, 2007). Entretanto, em se tratando dos demais instrumentos, os resultados se apresentaram menos favoráveis à democracia, em sua dimensão mais participativa: 35,7% discordam da afirmação que trata da relevância dos plebiscitos e 42,9% quanto aos conselhos gestores. Além disso, existe uma ambivalência entre aqueles que concordam que “Só há democracia se houver participação por orçamento participativo”, uma vez que 35,7% concordam com a afirmação e o mesmo percentual de entrevistados discorda da afirmação.

A análise dos três segmentos permite inferir que no que diz respeito ao entendimento de que a democracia é a melhor forma de governo os segmentos de elite paranaenses abordados na obra organizada por Perissinotto e colaboradores (2007) demonstraram forte adesão ao sistema democrático. Já com relação à bateria sobre participação, diferentemente dos segmentos político-administrativo e partidário, os parlamentares demonstraram maior concordância com os instrumentos democráticos de participação constantes na bateria. Tais constatações evidenciam a heterogeneidade da composição da elite política paranaense.

Diante dos dados apresentados, não é possível identificar a existência de um *gap* entre os níveis de apoio para os segmentos da elite política paranaense abordados, uma vez que a obra organizada por Perissinotto e colaboradores (2007) aborda apenas a adesão normativa à democracia.

Nesse sentido, em comparação com os valores encontrados para o segmento de elite não estatal maringaense, é possível inferir que em termos de apoio abstrato à democracia os segmentos de elite paranaenses concordam de forma mais intensa que tal sistema é a melhor forma de governo em comparação com os dirigentes de FASFIL. Estes, por sua vez, demonstraram posicionamento mais próximo aos parlamentares paranaenses e contrários aos grupos compostos pelo governador, vice-governador, secretários de estado, diretores de empresas estatais e comandantes da polícia e pelos presidentes de partidos políticos no que se refere aos instrumentos democráticos de participação discutidos em ambas as pesquisas.

Por fim, no que se refere a dados locais, a pesquisa de Tonella (2011) abordou moradores de três municípios que, juntos, compõem o que a autora denomina “mancha

urbana” da Região Metropolitana de Maringá (RMM)³⁰, quais sejam: Maringá, Sarandi e Paiçandú. A pesquisa visava identificar a cultura política de tais indivíduos em relação às dimensões do exercício da cidadania e da participação na vida pública no âmbito local.

Tratando especificamente da comparação dos dados, primeiramente, com relação ao apoio difuso à democracia, no estudo de Tonella (2011) os entrevistados foram questionados quanto à maneira como consideravam a democracia: se como um bom regime ou se eram indiferente ao fato do regime ser democrático ou não. Para tal questão, os indivíduos que declararam considerar a democracia como uma boa forma de governo atingiram o percentual de 71,7% das respostas.

Na comparação é perceptível que o segmento de elite não estatal objeto do presente estudo entende em maior medida que a democracia é a melhor forma de governo, uma vez que o percentual de concordância com tal afirmação foi de 84,1%.

No terreno do apoio específico à democracia, no que se refere à bateria de questões referentes à avaliação do sistema político, cujos resultados para o segmento de elite não-estatal foram apresentados na Tabela 28, a amostra da RMM analisada por Tonella (2011) também expressou valores muito próximos entre a avaliação da democracia há dez anos e atualmente e ainda uma tendência positiva quanto à expectativa de melhoria das práticas democráticas para a próxima década, porém em menores medidas que as encontradas para o segmento de elite não estatal.

Nesse sentido, a única constatação possível em termos de apoio específico ao sistema democrático é que os dirigentes de FASFIL maringaenses são mais esperançosos que a população da RMM em relação a melhoria do desempenho que a democracia pode atingir nos próximos dez anos.

De modo geral, considerando todas as comparações realizadas entre o objeto desta pesquisa e os cidadãos da mancha urbana da RMM é possível inferir que o *gap* anteriormente abordado se manifesta entre a população local em maior medida que entre o segmento de elite não estatal sob análise.

A última pesquisa utilizada para efeito comparativo inquiriu dirigentes de entidades sociais da RMM com vistas à discussão sobre a luta pela construção democrática no espaço da sociedade civil a partir da cultura política dos referidos entrevistados³¹.

³⁰ Foram entrevistadas 297 pessoas, selecionadas a partir da divisão em estratos homogêneos residentes nas Áreas de Expansão Demográfica (AEDs) classificadas pelo IBGE, com posterior amostragem aleatória simples dentro dos estratos, proporcional ao tamanho de cada AED (TONELLA, 2011, p. 7).

³¹ O artigo de Tonella (2008) não especifica as questões metodológicas utilizadas para a definição da amostra, que foi constituída por 87 pessoas. Entretanto, considerando os procedimentos metodológicos adotados para

Em se tratando do apoio difuso, a única questão contemplada pela pesquisa de Tonella (2008) que compõe também a base de dados analisada nesta pesquisa trata da concordância com a afirmação de que a democracia é um regime bom, com a qual 92% dos entrevistados declararam concordar, um percentual expressivo se considerarmos os resultados desta pesquisa e aqueles utilizados para comparação nas seções anteriores deste capítulo.

As demais questões relacionadas ao apoio abstrato ao sistema democrático e às características fundamentais da democracia não foram contempladas por Tonella (2008). No entanto, a autora abordou algumas formas de participação política, cujos resultados permitem inferir que a amostra analisada concorda em parte ou totalmente com as afirmações de que “O orçamento municipal deveria ser elaborado com a participação direta dos cidadãos” (86,2%) e “O plebiscito é uma boa maneira de decidir questões políticas importantes” (89,6%).

Apesar das questões de Tonella (2008) serem distintas das formuladas em nossa pesquisa, é perceptível também dentre os dirigentes de entidades sociais da RMM a importância atribuída a tais formas de participação mais diretas.

Desta maneira, o apoio difuso identificado por Tonella (2008) apresentou-se em maior medida em termos abstratos e com percentuais mais robustos quanto à participação por meio de orçamentos participativos e plebiscitos do que os resultados encontrados para o segmento de elite não estatal maringense.

Com relação ao apoio específico, a autora questionou os dirigentes das entidades sociais da RMM quanto a avaliação do sistema político, utilizando uma escala de cinco pontos em que 1 significa “muito ruim” e 5 corresponde a “muito bom”. Dentre aqueles que consideraram a democracia como muito boa, 2,3% o consideraram há dez anos atrás e 3,4% nos dias atuais, ao passo que a expectativa de um melhor funcionamento daqui a dez anos atingiu 25,3%.

É possível verificar ainda que 54% dos entrevistados entendem que o sistema político era ruim ou muito ruim há dez anos, enquanto mais da metade dos dirigentes (52,9%) indicou o ponto médio da escala para a situação atual da democracia. Já considerando a perspectiva para a próxima década, 60,9% dos indivíduos entende que daqui a dez anos a democracia terá um funcionamento bom ou muito bom, percentual maior que o dobro daquele referente à situação atual, em que os que consideram o sistema democrático como bom ou muito bom

seleção da amostra, cujo sorteio incluiu apenas gestores de entidades legalmente constituídas em termos jurídicos e detentoras de títulos concedidos pelo Governo Federal, e ainda as características demográficas dos respondentes da RMM e que entre as coletas de dados existe uma diferença temporal de três anos, passível de circulação de grande parte dos dirigentes das entidades, entendemos que a comparação é relevante e pelo fato de se tratarem de composições amostrais diferentes, ainda que seja possível que algum dirigente tenha sido

somam 25,2%.

Nesse sentido, de maneira semelhante ao resultado encontrado para a presente pesquisa, a expectativa de melhoria do desempenho da democracia no futuro se mostra superior à avaliação de avanço do sistema na última década, o que permite inferir que ambas as amostras de dirigentes possuem visões otimistas quanto à democracia no Brasil.

Em se tratando da confiança em instituições democráticas, a pesquisa de Tonella (2008), utilizando uma escala de cinco pontos em que 1 significa “concorda totalmente” e 5 corresponde a “discorda totalmente”, inquiriu os dirigentes com relação a três afirmações. Os percentuais agregados de concorda em parte e concorda totalmente foram de 60,9% para a afirmação “No Congresso Nacional estão representados os interesses que compõem a sociedade brasileira” e 55,2% para “A administração pública no Brasil está comprometida em servir as pessoas”.

Os percentuais de concordância com tais afirmações diferem do entendimento dos gestores de FASFIL entrevistados para esta pesquisa quanto à confiança Congresso Nacional, uma vez que o segmento de elite não estatal sob análise declarou majoritariamente confiar pouco em tal instituição (52,4%). Já em se tratando do comprometimento da administração pública em servir as pessoas, o percentual encontrado por Tonella (2008) é inferior àquele da confiança depositada pelos dirigentes de FASFIL nos serviços públicos, no qual 68,3% declararam confiar em parte.

Quanto à confiança, cabe a ressalva de que esta pesquisa contemplou uma bateria com dez diferentes instituições democrática, conforme exposto na Tabela 33, de modo que a presença de apenas duas variáveis na pesquisa de Tonella (2008) não possibilita inferências mais detalhadas sobre tal forma de apoio específico.

Desta maneira, em termos avaliativos, os dirigentes entrevistados por Tonella (2008) e aqueles que compuseram a amostra desta pesquisa possuem opiniões semelhantes quanto à avaliação do sistema político, mas destoam em relação à confiança no Congresso Nacional.

Diante do exposto, dadas as diferenças entre as formulações das questões, é possível inferir que o grupo tomado como amostra por Tonella (2008) apresentou níveis ligeiramente mais elevados de apoio difuso à democracia e semelhantes em relação ao apoio específico no que tange à avaliação dos sistemas políticos. Quanto à confiança em instituições democráticas, por conta da limitação descrita anteriormente, a comparação encontra-se comprometida. No entanto, é possível inferir que dentre os dirigentes de entidades sociais da

RMM o *gap* entre os níveis de apoio à democracia é maior que aquele identificado para os dirigentes de FASFIL tomados como amostra nesta pesquisa, uma vez que a adesão normativa para o segmento abordado por Tonella (2008) se manifestou em maior medida que aquela encontrada na presente pesquisa, ao passo que o apoio avaliativo não apresentou medidas consideravelmente discrepantes em termos comparativos.

A análise consolidada das amostras nacionais, regional e locais utilizadas para fins comparativos com os dirigentes de FASFIL permite algumas inferências. Primeiramente, no que diz respeito especificamente aos segmentos de elites políticas paranaenses, os valores discutidos se referem apenas à adesão normativa ao sistema democrático e demonstram que tais elites estaduais entendem que a democracia é a melhor forma de governo em maior medida que grupo estudado nesta pesquisa. Além disso, no que tange aos instrumentos de participação democrática, os dirigentes de FASFIL valorizam mais a atuação mediada por plebiscitos, orçamentos participativos e conselhos gestores que o grupo estadual destacado, da mesma maneira como se comportam frente à participação direta em todas as decisões políticas. Entretanto, faz-se salutar ressaltar que o juízo acerca dos referidos instrumentos pelo segmento de elite maringense estudado apresenta semelhanças com aqueles manifestados pelos parlamentares paranaenses.

Com relação às demais pesquisas tomadas para comparação, os níveis de adesão normativa e avaliativa manifestados pelos dirigentes de FASFIL se apresentaram em magnitudes mais altas que aqueles relacionados à população nacional, aos segmentos de elites políticas e sociais (LIMA E CHEIBUB, 1996), à população da Região Metropolitana de Maringá (TONELLA, 2011) e aos gestores de entidades sociais da mesma região (TONELLA, 2008).

Desta forma, o segmento de elite não estatal maringense tomado por objeto da presente pesquisa apresentou menor *gap* entre as medidas de apoio difuso e específico que as amostras apresentadas, o que permite inferir que tais indivíduos demonstraram adesão mais robusta ao sistema democrático que a população nacional e da RMM e os segmentos de elite nacional e local utilizados para comparação.

A análise da discussão exposta no presente capítulo à luz do referencial teórico apresentado no Capítulo 2 desta pesquisa permite algumas considerações para além da identificação dos diferentes níveis de adesão ao sistema democrático destacados por Moisés (1995, 2005), Lima e Cheibub (1996), Ribeiro (2008, 2011) e Baquero (2010) a partir das definições de Easton (1975).

Ainda que o *gap* encontrado para o segmento de elite não estatal pesquisado seja

menor que aquele identificado para a população nacional e local e para outros segmentos de elites nas mesmas escalas, as diferentes magnitudes são indicativos de que o grupo analisado entende também que o regime democrático ainda não está consolidado no Brasil, ou seja, nos termos de Lima e Cheibub (1996), nossa jovem democracia ainda se encontra no segundo período de transição para o sistema democrático.

Nesse sentido, se a existência de um *gap* entre a população em geral é algo preocupante, uma vez que pode conduzir ao gradual esgotamento do reservatório de legitimidade democrática (Moisés, 1995), tal diferenciação se apresenta ainda mais grave quando se trata de um elite política como a estudada, que supostamente desempenha papel importante na formação das atitudes e valores da população sob a sua influência.

O argumento de Moisés (1995) se torna ainda mais forte se considerarmos que o grupo sob análise atua direta e indiretamente na proposição e implementação de políticas sociais no município, de modo que sua atuação interfere em grande medida na avaliação dos cidadãos quanto ao seu entendimento de que são governados de maneira democrática, a confiança nas instituições democráticas e o desempenho do sistema político e dos gestores públicos.

Em outras palavras, a cultura política dos dirigentes de FASFIL influencia diretamente a adesão avaliativa dos cidadãos à democracia. Logo, se os membros do referido grupo apresentam apoio específico moderado ao sistema democrático, a diminuição de sua adesão pode conduzir à redução do apoio também dentre a população em geral.

Desta forma, ainda que os dirigentes de FASFIL tenham apresentado altas medidas de apoio difuso e moderadas em termos de apoio específico à democracia, bem como um *gap* menor do que aquele demonstrado pelos demais grupos tomados para comparação neste capítulo, a existência da lacuna entre as formas de adesão deve ser entendida como um sinal de alerta, uma vez que podem ser indicativos de diminuição da reserva de legitimidade e, por consequência, da estabilidade do regime democrático em médio e longo prazo. Entretanto, cabe ressaltar que esta discussão supõe um efeito que pode ou não se confirmar no futuro.

8 CONCLUSÃO

Retomando a discussão abordada na introdução da presente pesquisa, Lima e Cheibub (1996), ao discutirem sobre os problemas para a consolidação da democracia em jovens democracias, o que chamaram de segunda transição, afirmaram que um dos problemas a ser enfrentado é a oposição entre as medidas de adesão instrumental com foco nas instituições e o apoio relacionado aos princípios e valores.

As diferentes medidas de adesão à democracia a que se referiram os autores foram conceituadas por Easton (1975), que definiu o apoio difuso como a medida abstrata de adesão dos indivíduos ao regime democrático e o apoio específico como a adesão em termos avaliativos do referido sistema.

Nesse sentido, autores como Moisés (1995, 2005) e Ribeiro (2008, 2011) identificaram em suas pesquisas diferenciação entre tais níveis de adesão, com maior apoio em termos normativos em detrimento de medidas valorativas, constituindo um *gap* ou lacuna entre as magnitudes dessas medidas.

Diante de tais argumentos, a presente pesquisa buscou verificar a existência do hiato entre o apoio difuso e o apoio específico à democracia entre indivíduos pertencentes a um determinado grupo, segmento da elite não-estatal do município de Maringá (PR), com vistas à compreensão de seus valores acerca do referido regime, da identificação das características com que tais valores se encontram associados e de discrepâncias em relação à população nacional quanto ao *gap* apontado por Lima e Cheibub (1996), Moisés (1995, 2005) e Ribeiro (2008, 2011), dentre outros autores, bem como a comparação com outros segmentos específicos de elite.

Para tanto, foi aplicado um *survey* a uma amostra representativa de um segmento de elite não estatal composto por dirigentes de entidades sem fins lucrativos detentoras de títulos concedidos pelo Governo Federal. A opção por tal grupo se justificou pelo fato de que tais indivíduos atuam como agentes políticos na medida em que são responsáveis pelo desenvolvimento de atividades voltadas às mais diversas finalidades sociais, além de muitos participarem de conselhos gestores e, por conseguinte, da proposição, elaboração e

implementação de políticas públicas no âmbito municipal, o que significa que tais indivíduos possuem mais influência que os cidadãos comuns no processo de gestão de políticas públicas, de modo que é possível afirmar que seus valores, crenças e atitudes políticas os diferenciam do restante da população, de modo a considerá-los como uma elite não estatal.

Após a coleta de dados, aqueles referentes às medidas de apoio difuso e específico à democracia foram submetidos a análises estatísticas descritivas e bivariadas, sendo que esta se utilizou de testes de associação de Kendall's Tau c para estimar relacionamentos existentes entre variáveis.

A amostra analisada foi composta majoritariamente por homens, maduros, com alta escolaridade, brancos, religiosos, casados, com filhos, com empregos com altos rendimentos em empresas privadas e de classe média, com tendência a posicionamento de direita no espectro ideológico, interessados por política e com entendimento mediano quanto à sua eficácia política subjetiva. Em comparação com uma amostra dos cidadãos da Região Metropolitana de Maringá, é possível inferir que o segmento de elite não-estatal é mais masculino, de maior idade, mais escolarizado, se declarou mais branco, com maior renda familiar, mais interessado por política e ainda de posicionamento mais à direita no espectro ideológico.

No que diz respeito ao apoio difuso à democracia, os dirigentes de FASFIL demonstraram altas medidas de adesão ao referido sistema político como melhor forma de governo, bem com indicaram predileção pela democracia em detrimento de outros tipos de sistemas e ainda manifestaram considerar muito importante viver em um país governado de maneira democrática.

Em termos de qualificação do regime, os entrevistados entendem que são características fundamentais da democracia o povo poder escolher seus líderes em eleições livres, as mulheres gozarem dos mesmos direitos que os homens, a liberdade contra a opressão ser garantida por direitos do cidadão, a possibilidade de alteração da legislação por meio do voto e a punição severa aos criminosos.

Quanto às formas de participação democrática, a análise descritiva permitiu inferir que o segmento considera importantes o voto, os plebiscitos, os orçamentos participativos e os conselhos gestores, bem com a participação direta em todas as decisões.

Já com relação à medida avaliativa de apoio à democracia, as respostas indicaram que os entrevistados entendem em medida intermediária que o Brasil está sendo governado de maneira democrática atualmente, assim como avaliação em valores medianos o sistema político e o desempenho dos gestores e confiam parcialmente nas instituições-chaves do

sistema democrático.

Tais resultados permitiram a identificação do *gap* entre os níveis abstrato e avaliativo de adesão à democracia, uma vez que o apoio difuso se manifestou em medidas mais robustas que o apoio específico para o segmento de elite não estatal analisado. Esta inferência é consonante com pesquisas de âmbito nacional sobre o assunto, como Ribeiro (2008, p. 141), cujos dados analisados referentes à população brasileira permitiram a seguinte constatação:

[...] a investigação demonstrou principalmente a existência de uma distinção nítida entre níveis normativos e avaliativos entre a população nacional, que tende a apoiar os princípios dessa forma de governo ao mesmo tempo em que avaliam negativamente o seu funcionamento concreto. Os efeitos desse *gap* para o processo de consolidação de nossa jovem democracia são ainda incertos, entretanto, merece a atenção dos analistas e o acompanhamento atento ao longo do tempo a partir da utilização de medidas complexas que incorporem múltiplos objetos.

Tal distinção se mostrou relevante mesmo ao examinarmos um grupo composto por atores políticos cujo engajamento cívico se dá em maior medida que a população em geral, uma vez que participam direta e indiretamente do processo de formulação e desenvolvimento de políticas públicas e da gestão social no município de Maringá.

Com relação aos testes estatísticos bivariados, estes permitiram a identificação de que o posicionamento dos indivíduos no espectro ideológico foi a variável que resultou em mais associações aceitáveis em termos de significância com aquelas referentes à medida normativa de apoio ao sistema democrático. Dentre as características demográficas, cabe destacar o número de associações com escolaridade e renda familiar, para as quais os testes demonstraram que aumentos nos níveis de escolarização e de faixas de renda estão relacionados a elevações no apoio difuso à democracia. Já para as variáveis de apoio específico, apenas escolaridade e estado civil foram características demográficas cujos relacionamentos retornaram associações estatisticamente válidas em quantidade relevante.

Os testes bivariados permitiram identificar ainda a coerência entre as medidas quantitativas de adesão à democracia e as baterias de questões apresentadas para ambos os níveis de apoio, de modo que a medida de importância de viver em um país governado de maneira democrática e o índice de adesão ao sistema político democrático apresentaram relacionamentos válidos para ambas as medidas de adesão, enquanto a opinião sobre a democracia se associou a variáveis de apoio difuso e a medida de entendimento de que o Brasil é governado democraticamente hoje a variáveis de apoio específico.

Em termos globais, o posicionamento no espectro ideológico, escolaridade e renda familiar foram as variáveis mais relevantes em termos associativos, ao passo que sexo, idade e

raça podem ser consideradas características irrelevantes quanto ao seu relacionamento com ambas as medidas de apoio à democracia.

Por fim, em termos comparativos com resultados do WVS (2006), Latinobarómetro (2007), LAPOP (2010), Lima e Cheibub (1996), Perissinotto *et al* (2007) e Tonella (2008, 2011), o segmento de elite não estatal maringense apresentou menor *gap* entre as medidas de apoio difuso e específico que as amostras apresentadas nas demais pesquisas, o que permite inferir que os dirigentes de FASFIL demonstraram adesão mais robusta ao sistema democrático que a população nacional e da RMM e os segmentos de elite nacional e local utilizados para comparação.

Diante do exposto, pode-se concluir que a presente pesquisa atingiu os objetivos a que se propôs, uma vez que a análise dos dados coletados junto aos dirigentes de FASFIL maringenses permitiu a mensuração dos níveis de adesão à democracia entre tais indivíduos, a identificação das características que se relacionam a tais medidas de apoio, a verificação da existência do *gap* entre o apoio difuso e o apoio específico entre o referido segmento de elite não estatal, bem como a comparação de tais resultados com amostras nacionais, regional e locais, que permitiu inferir que o grupo pesquisado apresenta menor discrepância entre adesão normativa e avaliativa do sistema democrático que aqueles tomados para comparação.

Tal conclusão, mais que encerrar uma discussão, parece-nos um ponto de partida para novos estudos, com vistas a responder ao menos duas perguntas que surgem quando nos deparamos com os resultados apresentados. A primeira seria se a quantidade de participação à qual os dirigentes de FASFIL entrevistados tiveram acesso seria capaz de aumentar a qualidade de sua participação em termos de apoio à democracia ou se seria a qualidade de seus valores democráticos que lhes conduziram a uma maior quantidade de participação?

Uma vez que a diferenciação dos valores democráticos de tais indivíduos foi identificada, a realização de estudos acerca do relacionamento entre participação e adesão à democracia poderia, além de explicar a causalidade entre as partes, fornecer subsídios para o entendimento das características que fortalecem ou prejudicam tal relação.

O segundo questionamento resultante da discussão apresentada nesta pesquisa se refere a quanta participação seria necessária ou qual a qualidade desta para que os indivíduos apoiassem a democracia em termos avaliativos em medidas mais próximas àquelas do apoio difuso, a ponto de minimizar o *gap* existente nos dias atuais?

Tão relevante quanto a questão anterior, esta se constitui numa proposta com vistas à melhoria da adesão e, por conseguinte, da possibilidade de consolidação e fortalecimento do sistema democrático, já que o aumento do apoio específico à democracia implica na elevação

da reserva de legitimidade do regime.

Tais questionamentos se justificam em virtude do argumento exposto por teóricos abordados no segundo capítulo desta pesquisa e à discussão apresentada no capítulo anterior, de que os valores, crenças e comportamentos políticos dos dirigentes de FASFIL enquanto atores com expressiva atuação no desenvolvimento de políticas sociais são mais relevantes que aqueles demonstrados pela população em geral, uma vez que a incorporação de uma determinada crença é fortemente influenciada pelo prestígio de quem a transmite.

Assim, se a cultura política deve ser considerada um importante fator explicativo para os fenômenos políticos contemporâneos, os valores, crenças e atitudes os indivíduos mais diretamente envolvidos nos processos políticos possuem uma relevância ainda maior, de modo que a realização de novas pesquisas com o grupo analisado, bem como estudos com outros segmentos de elites, estatais e não estatais, pode contribuir para a superação do segundo período de transição (LIMA E CHEIBUB, 1996), o que só será possível quando os níveis de apoio à democracia (EASTON, 1975) se tornarem tão fortes quanto estáveis, a ponto do *gap* entre adesão normativa e avaliativa não se constituir em ameaça à democracia.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, J. A. G. de. Identidade, oposição e pragmatismo: uma teoria política do voto. **Revista Lua Nova**, n. 26, 1992. pp. 53-79.

ALMEIDA, B. G. M. de, BRAUNERT, M. B. Técnicos de Estado e democracia: os valores políticos da elite político-administrativa paranaense. In: PERISSINOTTO, R. *et al.* (Orgs.). **Quem governa?** Um estudo das elites políticas do Paraná. Curitiba: UFPR, 2007.

ALMOND, G. *The intellectual history of the civic culture concept*. In: ALMOND, G. A., VERBA, S. **The civic culture revisited**. London: Sage, 1989.

ALMOND, G. A., VERBA, S. **The civic culture: political attitudes and democracy in five nations**. 3. ed. New York: Sage, 1989.

AMORIM, M. S. S. de. **Cultura política e decisão eleitoral no Oeste do Paraná**. Tese de Doutorado. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

BABBIE, E. **Métodos de pesquisas de survey**. CEZARINO, Guilherme (Trad.). Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

BALBACHEVSKY, E. Identidade partidária e instituições políticas no Brasil. **Revista Lua Nova**, n. 26, 1992. pp. 133-165.

BAQUERO, M. A cultura política na agenda da democratização na América Latina. In: _____ (Org.). **Cultura(s) políticas(s) e democracia no século XXI na América Latina**. Porto Alegre: UFRGS, 2010.

_____. Padrões de constituição da cultura política na América Latina no século XXI. In: _____ (Org.). **Cultura(s) políticas(s) e democracia no século XXI na América Latina**. Porto Alegre: UFRGS, 2010a.

_____. Cultura política participativa e desconsolidação democrática: reflexões sobre o Brasil contemporâneo. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 15, n. 4, 2001. pp. 98-104.

BAQUERO, M., LINHARES, B. de F. Democracia, desigualdades, capital social e cultura política no Brasil. In: Seminário Nacional e Seminário Internacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia, 3 e 1, 2010, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2010. pp. 797-809.

BARBETTA, P. **Estatística aplicada às Ciências Sociais**. Florianópolis: UFSC, 2005.

BOHRNSTEDT, G. W., KNOKE, D. *Statistics for Social Data Analysis*. 2. ed. Itasca: Peacock, 1988.

BOLOGNESI, B. **A cultura política dos alunos da UFPR: valores e origens políticas no corpo discente 2005/2006**. São Paulo: Consórcio de Informações Sociais da Associação Brasileira de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2006.

BORBA, J. Cultura política, ideologia e comportamento eleitoral: alguns apontamentos teóricos sobre o caso brasileiro. **Revista Opinião Pública**, Campinas, v. 11, n. 1, mar. 2005. pp. 147-168.

BRAUNERT, M. B. **Elite e cultura política: os valores políticos da elite parlamentar de Curitiba (2001-2004)**. 69 f. Monografia (Graduação em Ciências Sociais). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2005.

BRAUNERT, M. B., ALMEIDA, B. G. M. de. Partido e posição ideológica: os valores políticos da elite partidária paranaense. *In: PERISSINOTTO, R. et al. (Orgs.). Quem governa? Um estudo das elites políticas do Paraná*. Curitiba: UFPR, 2007.

CARVALHO, J. M. de. O motivo edênico no imaginário social brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 13, n. 38, out. 1998.

CLEMENTE, A. J., HOROCHOVSKI, R. R. Democracia deliberativa: uma análise comparativa entre o Orçamento Participativo e as Audiências Públicas Orçamentárias. *In: Congresso Latino Americano de Opinião Pública da WAPOR*, 4, 2011, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: WAPOR, 2011.

CODATO, A. N. *et al.* **Perfil da elite política paranaense 1994-2002**. São Paulo: Consórcio de Informações Sociais da Associação Brasileira de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2004.

CODATO, A. N., ALMEIDA, B. G. M. de. Vias de acesso a posições de poder: um estudo da trajetória da elite político-administrativa do governo Lerner. *In: PERISSINOTTO, R. et al. (Orgs.). Quem governa? Um estudo das elites políticas do Paraná*. Curitiba: UFPR, 2007.

CODATO, A. N., COSTA, P. R. N., PERISSINOTTO, R. **Quem governa? Mapeando as elites políticas e econômicas no Paraná contemporâneo (2003-2006)**. São Paulo: Consórcio de Informações Sociais da Associação Brasileira de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2006.

CODATO, A. N., GOUVÊA, J. C. Os atributos da elite político-administrativa: uma visão descritiva dos ocupantes dos empregos políticos. *In: PERISSINOTTO, R. et al. (Orgs.). Quem governa? Um estudo das elites políticas do Paraná*. Curitiba: UFPR, 2007.

COLEN, C. M. L. As covariantes da confiança política na América Latina. **Revista Opinião Pública**, Campinas, v. 16, n. 1, 2010. pp. 1-27.

DAHL, R. A. **Poliarquia**: participação e oposição. São Paulo: EDUSP, 1997.

DIAMOND, L. *Causes and effects*. In: _____. *Political culture and democracy in developing countries*. London: Lynne Rienner, 1994.

EASTON, D. *A re-assessment of the concept of political support*. *British Journal of Political Science*, Cambridge, v. 5, n. 4, 1975. pp. 435-457.

FREITAS, Henrique *et al.* **O método de pesquisa survey**. *Revista de Administração*, São Paulo, v. 35, n. 3, jul./set. 2000. pp. 105-112.

GIMENES, E. R. **Banco de dados**: Pesquisa “Cultura política e elites não-estatais”. 2011.

GOHN, M. da G. **O protagonismo da sociedade civil**: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias. São Paulo: Cortez, 2005.

GONZÁLEZ, R. S. Democracia, cultura política e experiências participativas na América Latina. In: BAQUERO, M. (Org.). **Cultura(s) políticas(s) e democracia no século XXI na América Latina**. Porto Alegre: UFRGS, 2010.

GRYNSZPAN, M. A teoria das elites e sua genealogia consagrada. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n. 41. jan./jun. 1996. pp. 35-83.

INGLEHART, R. *The renaissance of political culture*. *American Political Science Review*, v. 82, n. 4, 1988. pp. 1203-1230.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010** – Dados preliminares. Brasília: 2011.

_____. **As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

LATIN American Public Opinion Project. **Banco de dados**. 2010.

LATINOBARÓMETRO. **Banco de dados**. 2007.

LIMA, M. R. S. de, CHEIBUB, Z. B. Instituições e valores. As dimensões da democracia na visão da elite brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n. 31, 1996. pp. 83-110.

LUNDASEN, S. Podemos confiar nas medidas de confiança? **Revista Opinião Pública**, Campinas, v. 8, n. 2, 2002. pp. 304-327.

MCDONOUGH, P. *et al.* A democratização desencantada: a cultura política na Espanha pós-82. **Revista Lua Nova**, n. 26, 1992. pp. 187-218.

MICHELIS, R. **Sociologia dos partidos políticos**. CHAUDON, A. (Trad.). Brasília: UnB, 1982.

MOISÉS, J. A. A desconfiança nas instituições democráticas. **Revista Opinião Pública**, Campinas, v. 11, n. 1, 2005. pp. 33-63.

_____. Cidadania, confiança e instituições democráticas. **Revista Lua Nova**, n. 65, 2005. pp. 71-94.

_____. Democratização e cultura política de massas no Brasil. **Revista Lua Nova**, n. 26, 1992. pp. 5-51.

_____. **Os brasileiros e a democracia**: bases sócio-políticas da legitimidade democrática. São Paulo: Ática, 1995.

_____. (Org.). **Democracia e confiança**: porque os cidadãos desconfiam das instituições públicas? São Paulo: USP, 2010.

MOISÉS, J. A., CARNEIRO, G. P. Democracia, desconfiança política e insatisfação com o regime – o caso do Brasil. **Revista Opinião Pública**, v. 14, n. 1, jun. 2008. pp. 1-42.

MOSCA, G. **La classe política**. México: Fondo de Cultura Econômica, 1992.

PARETO, V. **Pareto**. RODRIGUES, J. A. (Org.). São Paulo: Ática, 1984.

PERISSINOTTO, R. **As elites políticas**: questões de teoria e método. Curitiba: Ibpex, 2009.

_____. **Notas metodológicas sobre estudo de elites**. Publicado em 2003. Disponível em <<http://www.nusp.ufpr.br>>. Acesso em 11 mar. 2010.

PERISSINOTTO, R. *et al.* (Orgs.). **Quem governa?** Um estudo das elites políticas do Paraná. Curitiba: UFPR, 2007.

PERISSINOTTO, R., BRAUNERT, M. B. A direita, a esquerda e a democracia: os valores políticos dos parlamentares paranaenses. *In*: PERISSINOTTO, R. *et al.* (Orgs.). **Quem governa?** Um estudo das elites políticas do Paraná. Curitiba: UFPR, 2007.

PERISSINOTTO, R., GOUVÊA, J. C., CODATO, A. N. **A elite política do Paraná, 2003-2006**. São Paulo: Consórcio de Informações Sociais da Associação Brasileira de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2005.

PERISSINOTTO, R., GOUVÊA, J. C., CODATO, A. N. **As elites administrativas, parlamentares e partidárias do Paraná, 1995-2006**. São Paulo: Consórcio de Informações Sociais da Associação Brasileira de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2005b.

PONTE, V. M. D. Contexto e mudança na cultura política mexicana. **Revista Lua Nova**, n. 26, 1992. pp. 167-185.

POWER, T. J.; JAMISON, G. D. Desconfiança política na América Latina. **Revista Opinião Pública**, Campinas, v. 11, n. 1, 2005. pp. 64-93.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália Moderna. MONJARDIM, L. A. (Trad.). Rio de Janeiro: FGV, 1996.

REIS, F. W.; CASTRO, M. M. M. de. Regiões, classe e ideologia no processo eleitoral brasileiro. **Revista Lua Nova**, n. 26, 1992. pp. 81-131.

RENNÓ, L. Teoria da cultura política: vícios e virtudes. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n. 45. jan./jun. 1998. pp. 71-92.

RIBEIRO, E. A. Cultura política e gênero no Brasil: estudo exploratório sobre as bases da sub-representação feminina. *In*: BAQUERO, M. (Org.). **Cultura(s) políticas(s) e democracia no século XXI na América Latina**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010b. pp. 195-218.

_____. **Cultura Política e Teoria Democrática**: implicações empíricas de um debate teórico. 2002. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Curitiba: UFPR, 2002.

_____. As dimensões da legitimidade democrática no Brasil. **Revista Teoria e Sociedade**, n. 16, v. 1, jan.-jun. 2008. pp.120-143.

_____. Bases da legitimidade democrática no Brasil: adesão a valores e avaliação de desempenho. **Revista Opinião Pública**, Campinas, v. 13, n. 1, jun. 2007. pp. 74-96.

_____. Confiança política na América Latina: evolução recente determinantes individuais. **Revista Política e Sociedade**, Florianópolis, v. 8, n. 15, 2009. pp. 271-297.

_____. Desconfiança política e legitimidade democrática na América Latina. *In*: Congresso Latino-Americano de Opinião Pública, 3, Queretaro, 2010. **Anais...** WAPOR: 2010.

_____. Investigando os determinantes individuais da confiança política entre os brasileiros. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 19, n. 39, 2011a. pp. 167-182.

_____. Pós-materialismo e participação política no Brasil. **Revista Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 11, n. 2, jul./dez. 2008. pp. 375-387.

_____. **Valores pós-materialistas e cultura política no Brasil**. 2008. Tese (Doutorado em Sociologia). Curitiba: UFPR, 2008a.

_____. Valores pós-materialistas e adesão normativa à democracia entre os brasileiros. **Revista Debates**, n. 2, v. 2, jul.-dez. 2008b. pp.103-133.

_____. **Valores pós-materialistas e cultura política no Brasil**. Maringá: EDUEM, 2011.

RIBEIRO, E. A., BOLOGNESI, B. As elites paranaenses e a democracia: explorando a estrutura dimensional e os determinantes dos seus valores e atitudes políticas. **Revista Tomo**, São Cristóvão, n. 12, jan./jun. 2008. pp. 83-110.

RIBEIRO, E. A., BORBA, J. Participação e cultura política: rendimentos subjetivos da experiência do Orçamento Participativo. *In*: Congresso Latino Americano de Opinião Pública da WAPOR, 4, 2011, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: WAPOR, 2011.

RIPARI, A. **Entre o público e o privado**: uma análise dos discursos e das inflexões do terceiro setor ou “Empreendedores de *Outsiders*”. Relatório final de projeto de iniciação científica vinculado ao CNPq. Maringá: UEM, 2010.

ROKEACH, M. *Beliefs, attitudes and values*. São Francisco: Jossey-Bass, 1968.

SELIGSON, M. A.; BOOTH, J. A. GÓMEZ, M. Os contornos da cidadania crítica: explorando a legitimidade democrática. **Revista Opinião Pública**, Campinas, v. 12, n. 1, 2006. pp. 1-37.

TONELLA, C. Cultura política, dimensões do exercício da cidadania e participação na vida pública em cidades da Região Metropolitana de Maringá – PR. *In: Congresso Latino Americano de Opinião Pública da WAPOR*, 4, 2011, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: WAPOR, 2011.

_____. **Poder local e políticas públicas**. O papel dos conselhos gestores. Maringá: UEM, 2006.

_____. Participação social cultura política e indicadores de associativismo: os dirigentes de entidades sociais. *In: Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política*, 6, 2008, Campinas. **Anais...** Campinas: ABCP, 2008.

TORCAL, M., BRUSATTIN, L. Confiança institucional nas novas democracias europeias: outra dimensão do apoio político. *In: MOISÉS, J. A. (Org.). Confiança e democracia: por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas?* São Paulo: USP, 2010.

VENTURINI, M. A. **Elites políticas e a democracia: os valores políticos dos parlamentares catarinenses da 16ª Legislatura, 2007**. São Paulo: Consórcio de Informações Sociais da Associação Brasileira de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2007.

WORLD Values Survey. *2005-2006 World Values Survey*. Michigan: *World Values Survey*, 2006.

ANEXOS

APRESENTAÇÃO DO ENTREVISTADOR

Sou da Universidade Estadual de Maringá. Estamos realizando um estudo sobre o que os presidentes de fundações e associações sem fins lucrativos pensam a respeito da política no Brasil. Neste estudo, serão entrevistados os presidentes das instituições que possuem certificados de Utilidade Pública Federal (UPF) ou Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) ou entidades cadastradas junto ao Conselho Nacional de Assistência Social CNAS). Gostaria de perguntar sua visão sobre diversos assuntos. Suas respostas serão confidenciais, mas contribuirão para uma melhor compreensão sobre o que os presidentes de organizações não-estatais maringaenses pensam sobre o tema.

V1. Sexo (anote sem perguntar):

0	Feminino	<input type="checkbox"/>
1	Masculino	<input type="checkbox"/>

V2. Idade

V3. Qual o nível educacional mais alto que o(a) Sr(a) atingiu?

0	Não frequentou a escola	<input type="checkbox"/>
1	Ensino Fundamental incompleto	<input type="checkbox"/>
2	Ensino Fundamental completo	<input type="checkbox"/>
3	Ensino Médio incompleto	<input type="checkbox"/>
4	Ensino Médio completo	<input type="checkbox"/>
5	Ensino Superior incompleto	<input type="checkbox"/>
6	Ensino Superior completo	<input type="checkbox"/>
7	Pós-Graduação	<input type="checkbox"/>

V4. Considerando a classificação racial do IBGE, em que grupo étnico o(a) sr.(a) se classificaria?

1	Branco	<input type="checkbox"/>
2	Negro	<input type="checkbox"/>
3	Moreno ou pardo	<input type="checkbox"/>
4	Indígena	<input type="checkbox"/>
5	Oriental	<input type="checkbox"/>
6	Outro (Anote): _____	<input type="checkbox"/>

V5. O(A) Sr(a) pertence a alguma religião ou grupo religioso? Se sim, qual? (assinale uma resposta)

0	Não pertence a nenhuma religião ou grupo religioso	<input type="checkbox"/>
1	Católico Romano	<input type="checkbox"/>
2	Protestante	<input type="checkbox"/>
3	Judeu	<input type="checkbox"/>
4	Muçulmano	<input type="checkbox"/>
5	Religiões de origem asiática	<input type="checkbox"/>
6	Espírita	<input type="checkbox"/>
7	Evangélico	<input type="checkbox"/>
8	Religiões de origem africana	<input type="checkbox"/>
9	Outra: (Anote) _____	<input type="checkbox"/>

V6. Atualmente, o(a) Sr(a) está: (leia e assinale uma resposta)

1	Casado	<input type="checkbox"/>
2	Morando junto como casado	<input type="checkbox"/>
3	Divorciado	<input type="checkbox"/>
4	Separado	<input type="checkbox"/>
5	Viúvo	<input type="checkbox"/>
6	Solteiro	<input type="checkbox"/>

V7. O(A) Sr(a) tem filhos? (assinale uma resposta)

0	Não
1	Um filho(a)
2	Dois filhos
3	Três filhos
4	Quatro filhos
5	Cinco filhos
6	Seis filhos
7	Sete filhos
8	Oito filhos ou mais

V8. Somando a renda de todas as pessoas que moram na sua casa, incluindo envios de dinheiro de pessoas que estão no exterior ou outro lugar e o salário de todos os adultos e crianças que trabalham, qual o valor da renda familiar dessa casa? (Se não entendeu, pergunte: quanto dinheiro ao todo entra na sua casa por mês? Assinale a alternativa referente ao valor informado)

0	Sem renda	
1	De R\$ 1,00 até R\$ 255,00	
2	De R\$ 256,00 até R\$ 510,00	
3	De R\$ 511,00 até R\$ 1.020,00	
4	De R\$ 1.020,00 até R\$ 1.530,00	
5	De R\$ 1.531,00 até R\$ 2.550,00	
6	De R\$ 2.551,00 até R\$ 5.100,00	
7	De R\$ 5.101,00 até R\$ 10.200,00	
8	De R\$ 10.201,00 até R\$ ou mais	

V9. Qual a sua profissão/ocupação principal?

(escreva)

(Caso a pessoa não esteja trabalhando avançar para V11)

V10. O(A) Sr(a) está trabalhando para o governo, para a empresa privada ou para a indústria? (leia as opções e assinale uma resposta)

1	Governo ou instituição pública	
2	Empresa privada ou indústria	
3	Organização privada não-lucrativa	

V11. As pessoas às vezes se descrevem como pertencendo à classe baixa, à classe média ou à classe alta. O(A) Sr(a) se descreve como pertencendo à: (leia e assinale uma resposta)

1	Classe baixa	
2	Classe média-baixa	
3	Classe média	
4	Classe média-alta	
5	Classe alta	

(MOSTRE O CARTÃO A)

V12. Em geral, em que medida o(a) Sr.(a) está satisfeito ou insatisfeito com a situação financeira de sua família? (assinale um número)

Completamento insatisfeito	2	3	4	5	6	7	8	9	Completamente satisfeito	
----------------------------	---	---	---	---	---	---	---	---	--------------------------	--

V13. Em geral, em que medida o(a) Sr.(a) está satisfeito ou insatisfeito com sua vida ultimamente, tomando por referência uma escala em que 1 corresponde a “completamente insatisfeito” e 10 corresponde a “completamente satisfeito”?

Completamento insatisfeito	2	3	4	5	6	7	8	9	Completamente satisfeito	
----------------------------	---	---	---	---	---	---	---	---	--------------------------	--

Em que medida o(a) sr.(a) está satisfeito com os atuais gestores municipal, estadual e federal?

	Completamente insatisfeito					Completamente satisfeito					
V14. Prefeito	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
V15. Governador	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
V16. Presidente	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	

(MOSTRE O CARTÃO B)

V17. Se tivesse que escolher, qual dessas coisas o(a) Sr(a). diria que é a mais importante atualmente? (assinale uma resposta na coluna “o primeiro mais importante”)

V18. E em segundo lugar? (assinale uma resposta na coluna “o segundo mais importante”)

	Primeiro mais importante	Segundo mais importante		
Manter a ordem no País.	1	1		
Aumentar a participação do povo nas decisões importantes do Governo.	2	2		
Combater o aumento dos preços.	3	3		
Proteger a liberdade de expressão.	4	4		

(MOSTRE O CARTÃO C)

V19. Aqui está outra lista. Em sua opinião, qual dessas coisas é a mais importante? (assinale uma resposta na coluna “primeiro mais importante”)

V20. E em segundo lugar? (assinale uma resposta na coluna “segundo mais importante”)

	Primeiro mais importante	Segundo mais importante		
Uma economia estável.	1	1		
Progresso em direção a uma sociedade mais humana e menos impessoal.	2	2		
Progresso em direção a uma sociedade na qual as idéias têm mais valor que o dinheiro.	3	3		
Combate à criminalidade.	4	4		

(MOSTRE O CARTÃO D)

V21. Fala-se muito sobre quais objetivos o Brasil deve procurar atingir nos próximos dez anos. Neste cartão estão alguns objetivos que as pessoas dariam prioridade. Qual deles o(a) Sr(a). acha o mais importante? (assinale uma resposta na coluna “primeiro mais importante”).

V22. E em segundo lugar? (assinale uma resposta na coluna “segundo mais importante”)

	Primeiro mais importante	Segundo mais importante		
Alto nível de crescimento econômico.	1	1		
Garantir um forte sistema de defesa militar para o país.	2	2		
Aumentar a participação das pessoas nas decisões que são tomadas em seus trabalhos e em suas comunidades.	3	3		
Tentar fazer com que as nossas cidades e o interior do país fiquem mais bonitos.	4	4		

(MOSTRE O CARTÃO E)

V23. Utilizando uma escala em que 1 significa “muito ruim” e 10 significa “muito bom”, como o(a) sr.(a) o avaliaria o sistema político atual?

Muito ruim	2	3	4	5	6	7	8	9	Muito bom	
------------	---	---	---	---	---	---	---	---	-----------	--

V24. Tomando por base a mesma escala da questão anterior, como o(a) sr.(a) o avaliaria o sistema político há dez anos atrás?

Muito ruim	2	3	4	5	6	7	8	9	Muito bom	
------------	---	---	---	---	---	---	---	---	-----------	--

V25. Ainda utilizando a mesma escala, qual a sua expectativa em relação ao sistema político daqui a dez anos?

Muito ruim	2	3	4	5	6	7	8	9	Muito boa	
------------	---	---	---	---	---	---	---	---	-----------	--

(MOSTRE O CARTÃO F)

Dentre as razões abaixo relacionadas, em que medida o(a) sr.(a) acredita que cada uma delas é responsável pela pobreza no Brasil?

	Pouco responsável					Muito responsável					
V26. O não cumprimento das funções sociais do Estado.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
V27. Falta de vontade política.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
V28. Falta de consciência social das elites.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
V29. A lógica inevitável do sistema capitalista.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
V30. Monopolização das oportunidades por poucos.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
V31. Concentração de renda.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
V32. Falta de empenho dos pobres.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	

(MOSTRE O CARTÃO G)

Considerando uma escala em que 1 representa “pouca importância” e 10 representa “muita importância”, a seu ver, qual a importância das seguintes questões para o Brasil atualmente?

	Pouca importância					Muita importância					
V33. Educação.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
V34. Saúde.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
V35. Pobreza.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
V36. Governabilidade e gestão estatal.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
V37. Corrupção.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
V38. Desemprego.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
V39. Comportamento das elites.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
V40. Dependência externa.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
V41. Crise moral.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
V42. Proteção do meio ambiente.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	

(MOSTRE O CARTÃO H)

Em que medida o(a) sr.(a) entende que as seguintes iniciativas podem contribuir com a redução das desigualdades sociais no Brasil?

	Pequena contribuição					Grande contribuição					
V43. Tornar os serviços públicos sociais mais eficientes.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
V44. Estimular o controle populacional.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
V45. Permitir maior liberdade de regulação econômica às empresas.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
V46. Tornar o imposto de renda mais progressivo.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
V47. Ampliar os gastos públicos com programas sociais.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
V48. Garantir a participação dos empregados nos lucros da empresa.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
V49. Instituir um imposto sobre grandes fortunas.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
V50. Apoiar iniciativas de entidades não lucrativas voltadas à função social.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
V51. Promover uma reforma agrária.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	

(MOSTRE O CARTÃO I)

Gostaríamos que o(a) sr.(a) avaliasse as seguintes políticas de acordo com as seguintes alternativas: viável e desejável, desejável mas não viável, viável mas não desejável ou nem viável nem desejável.

	Viável e desejável	Desejável mas não viável	Viável mas não desejável	Nem viável nem desejável	
V52. Educação básica gratuita e universal.	1	2	3	4	
V53. Programa de construção de casas populares.	1	2	3	4	
V54. Acesso universal e gratuito aos serviços de saúde.	1	2	3	4	
V55. Aposentadoria por tempo de serviço.	1	2	3	4	
V56. Seguro-desemprego para todos os trabalhadores.	1	2	3	4	
V57. Programas de distribuição de alimentos aos pobres.	1	2	3	4	
V58. Cotas sociais nas universidades e nos serviços públicos.	1	2	3	4	
V59. Cotas raciais nas universidades e nos serviços públicos.	1	2	3	4	
V60. Desenvolvimento econômico combinado com proteção ao meio ambiente.	1	2	3	4	

(MOSTRAR CARTÃO J)

V61. Usando novamente a escala em que 1 significa “discordo totalmente” e 10 significa “concordo totalmente”, qual ponto o(a) Sr(a) escolheria com relação à seguinte afirmação: “A criminalidade chegou a tal ponto que seria absurdo a polícia cumprir à risca as normas gerais”

Discordo totalmente	2	3	4	5	6	7	8	9	Concordo totalmente	
---------------------	---	---	---	---	---	---	---	---	---------------------	--

Ainda utilizando a mesma escala, qual ponto o(a) Sr(a) escolheria com relação às seguintes afirmações:

	Discordo totalmente					Concordo totalmente					
V62. Um bom político nem sempre pode cumprir a lei.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
V63. Mais que ser honesto, um bom político deve ser empreendedor.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
V64. A política é melhor entendida como a “arte do possível”.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
V65. Fazer compromissos com os adversários políticos é perigoso porque normalmente leva à traição do seu próprio partido.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
V66. Nas controvérsias políticas, em geral deve-se evitar posições extremadas porque a melhor posição costuma estar no centro.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
V67. Em última análise, a lealdade aos concidadãos é mais importante do que a lealdade ao partido.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	

V68. Na sua opinião, a política é:

1	Nada importante	
2	Pouco importante	
3	Importante	
4	Muito importante	

V69. Em que medida o(a) Sr.(a) se interessa por política? O(A) Sr(a) é: (leia e assinale uma resposta)

1	Não sou interessado	
2	Não muito interessado	
3	Um pouco interessado	
4	Muito interessado	

(MOSTRAR O CARTÃO K)

As pessoas usam diferentes fontes para se informar sobre o que está acontecendo no Brasil e no mundo. Indique a frequência com que o(a) sr.(a) faz uso de cada uma das seguintes fontes de informação: (leia e assinale uma resposta para cada item)

	Nunca	Raramente	Uma ou duas vezes por semana	Todos os dias	
V70. Jornal impresso	0	1	2	3	
V71. Jornais de TV ou rádio	0	1	2	3	
V72. Revistas	0	1	2	3	
V73. Programas de rádio ou TV	0	1	2	3	
V74. Internet e e-mail (correio eletrônico)	0	1	2	3	
V75. Conversas com amigos ou colegas	0	1	2	3	

Em se tratando especificamente de informações relacionadas à política, com que frequência o(a) sr.(a) faz uso de cada uma das seguintes fontes de informação para buscar as referidas informações: (leia e assinale uma resposta para cada item)

	Nunca	Raramente	Uma ou duas vezes por semana	Todos os dias	
V76. Jornal impresso	0	1	2	3	
V77. Jornais de TV ou rádio	0	1	2	3	
V78. Revistas	0	1	2	3	
V79. Programas de rádio ou TV	0	1	2	3	
V80. Internet e e-mail (correio eletrônico)	0	1	2	3	
V81. Conversas com amigos ou colegas	0	1	2	3	

(MOSTRAR O CARTÃO L)

V82. Gostaria que o(a) sr.(a) me dissesse qual das três frases seguintes se aproxima mais do que o(a) sr.(a) pensa:

1	A democracia é sempre melhor do que qualquer outra forma de governo.	
2	Em certas situações, é melhor uma ditadura do que um regime democrático.	
3	Tanto faz se o governo é uma democracia ou uma ditadura.	

(MOSTRE O CARTÃO M)

Vou descrever alguns tipos de sistemas políticos e gostaria de saber o que o(a) Sr(a) pensa sobre cada um deles como modo de governar o País. Para cada um, diga se é ótimo, bom, ruim ou péssimo? (leia e assinale uma resposta para cada item)

	Péssimo	Ruim	Bom	Ótimo	
V83. Ter um líder forte que não precise se preocupar com deputados e senadores e com eleições.	0	1	2	3	
V84. Ter técnicos especializados, ao invés de políticos, que tomem decisões que acham que são as melhores para o país.	0	1	2	3	
V85. Ter um governo militar.	0	1	2	3	
V86. Ter um sistema político democrático.	0	1	2	3	

(MOSTRE O CARTÃO N)

V87. Em que medida é importante para o(a) Sr(a) viver em um país que é governado de maneira democrática? Nesta escala, em que 1 significa “nada importante” e 10 significa “totalmente importante”, que ponto o(a) Sr(a). escolheria?(assinale um número)

Nada importante	2	3	4	5	6	7	8	9	Totalmente importante	
-----------------	---	---	---	---	---	---	---	---	-----------------------	--

Em se tratando de obstáculos à democracia, utilizando novamente a mesma escala, em que medida, o(a) sr.(a) concorda com as afirmações abaixo?

	Discordo totalmente					Concordo totalmente					
V104. A política é complexa e deve ser deixada às lideranças políticas.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
V105. A ganância das elites é um obstáculo à democracia no Brasil.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
V106. A falta de educação do povo é um obstáculo à democracia no Brasil.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
V107. O desrespeito aos direitos humanos é um obstáculo à democracia no Brasil.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
V108. A agitação social é um obstáculo à democracia no Brasil.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
V109. A corrupção nos órgãos públicos é um obstáculo à democracia no Brasil.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
V110. A violência e o crime organizado são um obstáculo à democracia no Brasil.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	

Em se tratando de situações em que o fim da democracia é justificável, em que medida o(a) sr.(a) concorda com as afirmações abaixo?

	Discordo totalmente					Concordo totalmente					
V111. Ameaça generalizada à propriedade privada justifica o fim da democracia.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
V112. Ameaça generalizada aos valores morais e religiosos justifica o fim da democracia.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
V113. Ameaça à ordem pública em função de crise econômica justifica o fim da democracia.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
V114. Descontrole da corrupção justifica o fim da democracia.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
V115. Ameaça ao Estado pelo crime organizado justifica o fim da democracia.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
V116. Quebra da hierarquia das instituições militares justifica o fim da democracia.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
V117. O fim da democracia não é aceitável em hipótese alguma.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	

Em uma escala onde 1 significa “discordo totalmente” e 10 significa “concordo totalmente”, qual o seu posicionamento com relação às seguintes afirmações:

	Discordo totalmente					Concordo totalmente					
V118. Os conflitos políticos normalmente resultam em prejuízo para a coletividade.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
V119. O antagonismo entre os grupos sociais não é prejudicial ao interesse geral do país.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	

(MOSTRE O CARTÃO S)

Agora, gostaria que o(a) Sr(a). olhasse este cartão. Vou ler algumas formas de atuação política que as pessoas podem ter e gostaria que me dissesse se já fez alguma dessas coisas, se poderia vir a fazer ou se não faria nunca. (leia e assinale uma resposta para cada afirmação)

	Não faria nunca	Poderia fazer	Já fiz	
V120. Assinar um abaixo-assinado	0	1	2	
V121. Participar de boicotes	0	1	2	
V122. Participar de manifestações	0	1	2	
V123. Participar de passeatas	0	1	2	
V124. Participar de greves	0	1	2	

(MOSTRE O CARTÃO T)

V125. De modo geral, o(a) Sr(a). diria que pode confiar na maioria das pessoas ou precisa ser muito cuidadoso com elas? (leia e assinale uma resposta)

1	A maioria das pessoas são de confiança.	
2	É preciso ser muito cuidadoso.	

(MOSTRE O CARTÃO U)

Gostaria de perguntar em que medida o(a) Sr(a) confia nos seguintes grupos. O(A) Sr(a) poderia me dizer se confia totalmente, em parte, pouco ou não confia nas pessoas dos grupos abaixo:

	Não confia	Confia pouco	Confia em parte	Confia totalmente	
V126. Pessoas em geral.	0	1	2	3	
V127. Sua família.	0	1	2	3	
V128. Seus vizinhos.	0	1	2	3	
V129. Pessoas de outras religiões.	0	1	2	3	
V130. Pessoas de outros países.	0	1	2	3	

Vou citar o nome de algumas organizações. Para cada uma, o(a) Sr(a). poderia me dizer em que medida confia: confia totalmente, em parte, pouco ou não confia nessas organizações? (leia e assinale uma resposta para cada item)

	Não confia	Confia pouco	Confia em parte	Confia totalmente	
V131. Igrejas	0	1	2	3	
V132. Forças Armadas (Marinha, Exército e Aeronáutica)	0	1	2	3	
V133. Imprensa	0	1	2	3	
V134. Televisão	0	1	2	3	
V135. Sindicatos	0	1	2	3	
V136. Polícia	0	1	2	3	
V137. Sistema Judiciário	0	1	2	3	
V138. Ministério Público	0	1	2	3	
V139. Governo Federal	0	1	2	3	
V140. Governo Estadual	0	1	2	3	
V141. Governo Municipal	0	1	2	3	
V142. Congresso Nacional (Câmara e Senado)	0	1	2	3	
V143. Assembleia Legislativa Estadual	0	1	2	3	
V144. Câmara de Vereadores	0	1	2	3	
V145. Partidos políticos	0	1	2	3	
V146. Serviços Públicos	0	1	2	3	
V147. Entidades sem fins lucrativos (ONGs, OSCIPs, Terceiro Setor)	0	1	2	3	
V148. Movimentos Sociais	0	1	2	3	

(MOSTRE O CARTÃO V)

V149. Hoje em dia, quando se conversa de tendências políticas, fala-se de pessoas que simpatizam mais com a esquerda e de pessoas que simpatizam mais com a direita. De acordo com o sentido político que os termos “esquerda” e “direita” têm para o sr./sra, onde o sr./sra. se situa nesta escala? Indique o número nessa escala que se aproxima mais da sua própria posição. (assinale um número)

Esquerda	2	3	4	5	6	7	8	9	Direita	
----------	---	---	---	---	---	---	---	---	---------	--

(MOSTRE O CARTÃO W)

V150. Se houvesse uma eleição amanhã, o(a) Sr(a) votaria em qual partido dessa lista? Se o(a) Sr(a) não tem certeza, qual partido o(a) atrai mais?

0	Nenhum	
1	PDT	
2	DEM	
3	PMDB	
4	PP	
5	PSDB	
6	PSOL	
7	PT	
8	PTB	
9	PV	
10	Outro: _____ (Anote)	

V151. Há algum partido em que o(a) Sr(a) nunca votaria?

0	Nenhum	
1	PDT	
2	DEM	
3	PMDB	
4	PP	
5	PSDB	
6	PSOL	
7	PT	
8	PTB	
9	PV	
10	Outro: _____ (Anote)	

(MOSTRE O CARTÃO X)

V152. De um modo geral, em que medida o(a) sr.(a) acredita que o brasileiro sabe votar?

O brasileiro não sabe votar	2	3	4	5	6	7	8	9	O brasileiro sabe votar	
-----------------------------	---	---	---	---	---	---	---	---	-------------------------	--

(MOSTRE O CARTÃO Y)

Em que medida o(a) sr.(a) concorda com as seguintes afirmações:

	Discordo totalmente	Discordo	Concordo	Concordo totalmente	
V153. Política de distribuição de renda prejudicam os mais competentes.	0	1	2	3	
V154. A insistência em distribuir renda é a nova face do populismo.	0	1	2	3	
V155. A melhor sociedade é aquela em que cada um sabe o seu lugar.	0	1	2	3	
V156. Sem hierarquias definidas nenhuma ordem se sustenta.	0	1	2	3	

Ver ler algumas afirmações sobre o meio ambiente. Para cada uma, diga se o(a) Sr(a) discorda totalmente, discorda, concorda ou concorda totalmente.

	Discordo totalmente	Discordo	Concordo	Concordo totalmente	
V157. Eu daria parte do meu salário se tivesse certeza que o dinheiro seria usado para evitar a poluição do meio ambiente.	0	1	2	3	
V158. Eu concordaria em aumentar os impostos se o dinheiro extra fosse usado para prevenir a poluição do meio ambiente.	0	1	2	3	
V159. O governo deveria reduzir a poluição do meio ambiente, mas isso não deveria me custar nada.	0	1	2	3	

(MOSTRE O CARTÃO Z)

Vou ler uma lista de problemas ambientais presentes em muitas comunidades. Por favor, diga em que medida o(a) Sr(a) considera que esses problemas são graves em relação à sua comunidade. São muito graves, graves, pouco graves ou não são graves? (leia e assinale uma resposta para cada problema)

	Não é grave	Pouco grave	Grave	Muito grave	
V160. Baixa qualidade da água.	0	1	2	3	
V161. Baixa qualidade do ar.	0	1	2	3	
V162. Falta de água tratada e de esgoto.	0	1	2	3	

Agora vamos pensar em problemas ambientais do mundo como um todo. Por favor, diga em que medida o(a) Sr(a) considera que esses problemas são graves em relação ao mundo como um todo. São muito graves, graves, pouco graves ou não são graves.

	Não é grave	Pouco grave	Grave	Muito grave	
V163. Aquecimento global ou efeito estufa.	0	1	2	3	
V164. Perda de espécies de plantas e animais ou de biodiversidade.	0	1	2	3	
V165. Poluição de rios, lagos e oceanos.	0	1	2	3	

Agora eu vou ler uma lista de organizações/associações voluntárias e gostaria de saber se o(a) Sr(a). participa ou não de cada uma delas. (leia os itens e assinale uma resposta para cada)

	Não participa	Participa	
V166. Igreja ou organização/grupo de religião.	0	1	
V167. Organização/associação esportiva ou recreativa,	0	1	
V168. Organização/associação artística, musical ou educacional.	0	1	
V169. Sindicato.	0	1	
V170. Partido político	0	1	
V171. Organização/associação de meio ambiente.	0	1	
V172. Associação profissional.	0	1	
V173. Organização/associação humanitária ou de caridade.	0	1	
V174. Outras _____ (Anote)	0	1	

V175. Em que medida o(a) Sr(a) é orgulhoso de ser brasileiro?

0	Não sou brasileiro	
1	Nada orgulhoso	
2	Não muito orgulhoso	
3	Orgulhoso	
4	Muito orgulhoso	

(MOSTRE O CARTÃO AA)

V176. Em que medida o(a) sr.(a) acredita que o que acontece na política influi na sua vida, utilizando como medida uma escala em que 1 significa “pouca influência” e 10 significa “muita influência”?

Pouca influência	2	3	4	5	6	7	8	9	Muita influência	
------------------	---	---	---	---	---	---	---	---	------------------	--

V177. Utilizando a mesma escala, em que medida o(a) sr.(a) acredita que pode influir na política?

Pouca influência	2	3	4	5	6	7	8	9	Muita influência	
------------------	---	---	---	---	---	---	---	---	------------------	--

V178. Há quantos anos o(a) sr.(a) participa desta entidade?

V179. O(A) sr.(a) participa de outras entidades?

0	Não	<input type="text"/>
1	Sim	<input type="text"/>

(MOSTRE O CARTÃO AB)

V180. Em sua opinião, qual a melhor denominação dentre as seguintes para o grupo de entidades a qual esta que o(a) sr.(a) preside pertence?

1	Terceiro Setor	<input type="text"/>
2	Sociedade civil organizada	<input type="text"/>
3	Fundações privadas e associações sem fins lucrativos	<input type="text"/>
4	Organizações não governamentais (ONGs)	<input type="text"/>
5	Outro: _____ (Anote)	<input type="text"/>

V181. Ano de fundação da entidade

V182. Dentre os setores de atividades discriminados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) para classificação das FASFIL, a área de atuação da entidade é:

1	Habitação	<input type="text"/>
2	Saúde	<input type="text"/>
3	Cultura e Recreação	<input type="text"/>
4	Educação e Pesquisa	<input type="text"/>
5	Assistência Social	<input type="text"/>
6	Religião	<input type="text"/>
7	Associações Patronais e Profissionais	<input type="text"/>
8	Meio Ambiente e Proteção Animal	<input type="text"/>
9	Desenvolvimento e Defesa de Direitos	<input type="text"/>
10	Outro: _____	<input type="text"/>

Participação em conselho vinculado à Secretaria de Assistência Social e Cidadania (SASC) da Prefeitura do Município de Maringá

	Não participa	Participa	<input type="text"/>
V183. Conselho Municipal de Assistência Social (COMAS)	0	1	<input type="text"/>
V184. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA)	0	1	<input type="text"/>
V185. Conselho Municipal dos Direitos do Idoso (CMDI)	0	1	<input type="text"/>
V186. Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CMDPD)	0	1	<input type="text"/>

ENCERRE A ENTREVISTA E AGRADEÇA AO (A) ENTREVISTADO(A).

Hora do término da entrevista: ____:____

V187.(Assinale o grupo étnico utilizando apenas a observação)

1	Branco	<input type="text"/>
2	Negro	<input type="text"/>
3	Moreno ou pardo	<input type="text"/>
4	Indígena	<input type="text"/>
5	Oriental	<input type="text"/>

V188. (Assinale o grau de interesse demonstrado pelo entrevistado)

0	O entrevistado não estava interessado	<input type="text"/>
1	O entrevistado estava razoavelmente interessado	<input type="text"/>
2	O entrevistado estava muito interessado	<input type="text"/>

ANEXO 2 – MODELOS DE CARTÕES DE RESPOSTAS

CARTÃO A

Completamente
Insatisfeito

Completamente
Satisfeito

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

(V13 A V16)

CARTÃO B

Manter a ordem no País.

Aumentar a participação do povo nas decisões importantes do Governo.

Combater o aumento dos preços.

Proteger a liberdade de expressão.

(V17 A V18)

ANEXO 3 – RELAÇÃO DE ENTIDADES SORTEADAS PARA A AMOSTRA³²

Abrigo Deus, Cristo e Caridade
Apoio à Iniciativa Empreendedora
Asilo São Vicente de Paulo
Associação Beneficente Bom Samaritano
Associação Beneficente Casa de Nazaré
Associação Comunitária Criança Feliz
Associação Comunitária João Paulino Vieira Filho
Associação Cultural e Beneficente Nossa Senhora de Sião
Associação das Irmãs Missionárias do Santo Nome de Maria
Associação das Senhoras de Rotarianos de Maringá
Associação de Amigos da Pastoral da Criança
Associação de Assistência Social Sallus
Associação de Incentivo ao Desenvolvimento Social da Comunidade de Maringá
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Maringá
Associação de Pais, Mestres e Funcionários Pio XII da Escola Estadual Zuleide Sammays Portes
Associação de Proteção à Maternidade, à Infância e à Família de Maringá
Associação do Roupeiro de Santa Rita de Cássia
Associação dos Funcionários da Universidade Estadual de Maringá
Associação dos Mestres, Alunos e Amigos dos Deficientes Visuais
Associação Espírita de Maringá - AMEM
Associação HSM de Assistência Social e Saúde
Associação Indigenista
Associação Internacional de Estudantes em Ciências Econômicas e Comerciais de Maringá - AIESEC
Associação José Gerardo Braga
Associação Maringá Apoiando a Recuperação de Vidas
Associação Maringaense Amigos da Infância

³² Quatro indivíduos aceitaram conceder a entrevista desde que os nomes das FASFIL das quais são dirigentes são fosse mencionado nesta lista. Desta forma, apesar de terem sido realizadas oitenta e duas entrevistas, constam apenas os nomes de setenta e oito entidades, das quais, conforme descrito na metodologia, foi entrevistado um dirigente (presidente, vice-presidente, coordenador ou diretor geral) da entidade.

Associação Maringaense de Apoio ao Reumático - AMAR
Associação Maringaense de Apoio e Reintegração de Adolescentes - Recanto Mundo Jovem
Associação Maringaense dos Autistas
Associação Norte-Paranaense de Áudio Comunicação Infantil
Associação Paranaense de Amparo às Pessoas Idosas Wajun-Kai
Casa Assistencial Bezerra de Menezes
Centro Cultural e Social São Francisco Xavier
Centro de Formação Marcelino Champagnat - Juvenato Marcelino Champagnat
Centro de Recuperação Casa do Oleiro
Centro de Reintegração Unidos com Cristo
Centro de Treinamento e Qualificação no Transporte
Centro de Vida Independente de Maringá
Centro Integrado de Assistência Gerador de Movimento para a Cidadania
Clube de Pais da Creche Pertinho da Mamãe
Colégio Adventista Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio
Colégio Marista de Maringá - Associação Brasileira de Educação e Cultura
Colégio Regina Mundi - Associação das Religiosas da Instrução Cristã
Congregação das Irmãs de São Carlos de Lyon/Congregação de São Carlos
Congregação das Irmãzinhas da Imaculada Conceição – Lar dos Velhinhos
Conselho Comunitário de Segurança de Maringá
Fundação Cultural Nossa Senhora de Lourdes de Maringá
Fundação Ísis Bruder - Casa Maternal Evangélica de Maringá
Grupo APETIM - Associação de Pessoas da Terceira Idade
Grupo da Terceira Idade Feliz da AABB
Grupo Esperança
Grupo Espírita Allan Kardek
Grupo Folclórico Os Lusíadas
Grupo Renascer
Instituição de Crédito Solidário de Maringá
Instituto ATUS - Ações para um Turismo Sustentável
Instituto Casa Mercosul
Instituto Constâncio Pereira Dias de Responsabilidade Social - COCAMAR SOCIAL
Instituto da Árvore
Instituto de Incentivo à Medicina Preventiva

Instituto de Promoção e Desenvolvimento Social (Sociedade São Vicente de Paulo)

Instituto de Responsabilidade Social de Maringá

Instituto para o Desenvolvimento Regional

Instituto Rotary de Meio Ambiente do Distrito 4630 - Rotary Internacional

Instituto São Marcos Biotecnologia e Diagnóstico

Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Maringá

Lar Betânia de Maringá

Lar Escola Bom Samaritano

Lar Escola da Criança de Maringá

Lar Preservação da Vida

Maria do Ingá - A retirante que mais dava o que falar

Núcleo Social Papa João XXIII

Parque do Japão - Memorial IMIN 110

Recanto da Fraternidade Plantando Vidas

Recanto do Menor

Rede de Turismo Regional

Rede Feminina de Combate ao Câncer

Sistema de Apoio à Saúde São Rafael

Sociedade Esportiva Alvorada Club